

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 031/2018**  
**Processo Administrativo 23541.000619/2016-78**

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, filial Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria (EBSERH-HUSM), por meio de seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 054, de 04 de abril de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL**, do **Tipo Menor Preço Global**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1. DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA ABERTURA DA LICITAÇÃO:****DATA: 29/06/2018****HORÁRIO: 09:00 horas** (horário de Brasília).**LOCAL:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**UASG Gerenciadora: 155125**

1.1. Constituem anexos a este Edital, dele fazendo parte integrante:

- ANEXO I:** Minuta do Termo de Contrato
- ANEXO II:** Formulário de Informações da Licitante
- ANEXO III:** Termo de Referência
- ANEXO IV:** Parque de equipamentos médico-hospitalares
- ANEXO V:** Estoque de peças usuais
- ANEXO VI:** Relação de ferramentas
- ANEXO VII:** Relação de parâmetros mensuráveis
- ANEXO VIII:** Informações operacionais da empresa
- ANEXO IX:** Modelo de proposta comercial
- ANEXO X:** Planilha de composição do BDI
- ANEXO XI:** Quadro resumo da equipe residente
- ANEXO XII:** Planilha de Custos e Formação de Preços.
- ANEXO XIII:** Quadro resumo do valor global do serviço
- ANEXO XIV:** Planilha de cálculo do valor global mensal do serviço
- ANEXO XV:** Modelo de ronda geral
- ANEXO XVI:** Modelo de ronda setorial
- ANEXO XVII:** Requisitos de saúde e segurança do trabalho
- ANEXO XVIII:** Requisitos de proteção radiológica para a atuação de terceirizados ou contratados
- ANEXO XIX:** Conta Vinculada para a quitação de Obrigações Trabalhistas
- ANEXO XX:** Modelo de declaração de visita técnica - facultativa
- ANEXO XXI:** Modelo de declaração de não visita técnica
- ANEXO XXII:** Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública

**1.2. Visitas Técnicas**, de caráter **facultativo**, tem como data a **véspera da abertura do pregão eletrônico (no término do expediente do dia 28/06/2018)**.



## 2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

2.1. Esta licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA CLÍNICA, UTILIZANDO SOFTWARE DEDICADO DE GESTÃO DE ENGENHARIA CLÍNICA, PARA PRESTAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM APLICAÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS QUANDO NECESSÁRIO, CALIBRAÇÃO E TESTE DE SEGURANÇA ELÉTRICA, TREINAMENTO DE OPERADORES E APOIO AO GERENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (EBSERH-HUSM)**, constantes no Termo de Referência, em anexo ao presente Edital, que faz parte deste Edital, como se aqui estivesse transcrito.

2.2. Será assinado contrato entre a EBSERH-HUSM e a licitante vencedora com a vigência por **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura, podendo a sua duração se estender até o limite de **60 (sessenta) meses**, mediante aditamentos anuais.

2.3. A **EBSERH-HUSM** poderá aumentar ou suprimir o objeto, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

2.4. A licitante vencedora **NÃO poderá** transferir a terceiros o objeto licitado de que trata o presente contrato, sob pena de rescisão contratual.

## 3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2. A licitante deverá estar cadastrada no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, na forma da Lei.

3.3. Como condição de participação da presente licitação, a licitante, **NÃO** deverá possuir em seu quadro, atuando de forma direta ou indireta, nenhum servidor ou dirigente da EBSERH, conforme dispõe o Inciso III do Artigo 9º da Lei 8.666/93.

3.4. Para participar do presente edital a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

3.5. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

## 4. DO CREDENCIAMENTO:

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e da senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

4.2. O credenciamento da Licitante dependerá de registro atualizado, bem como a sua manutenção, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à EBSERH-HUSM responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão eletrônico.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO ENVIO DA PROPOSTA:

5.1. A licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento das propostas.

5.1.1. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.2. A licitante será responsável pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à EBSERH-HUSM responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. A proposta deverá conter o Preço **unitário e total**, por item, para cada item cotado.

**5.4.1. A licitante participante deste Pregão não poderá, durante o envio das propostas, registrar quantidade inferior a 100% do quantitativo total estimado para cada item.**

**5.5. A proposta deverá ser incluída no sítio do compras governamentais, sem a necessidade do envio de proposta impressa.**

5.5.1. Além da formulação e o envio da Proposta de Preços Padrão do Sistema, na fase de aceitação a licitante deverá anexar ao sistema, para análise, a Planilha de Custos e Formação de Preço (Proposta de Preços atualizada com o último lance), **conforme modelos dos Anexos IX a XIV**, bem como outros documentos solicitados pelo pregoeiro, via *chat*, na fase de aceitação.

5.5.2. A planilha deverá ser enviada, obrigatoriamente, em duas versões de arquivo (o arquivo da planilha eletrônica e outro em PDF) por e-mail. Os arquivos com os documentos deverão ser zipados e enviados para o e-mail do pregão: [pregoes.husm@ufsm.br](mailto:pregoes.husm@ufsm.br).

5.6. Deverá constar na inserção da proposta especificação clara do objeto de acordo com o Termo de Referência (**ANEXO III**) em anexo ao presente Edital.



5.7. Na inserção da proposta, deverá ser citado no campo do sistema, na opção “**descrição detalhada do objeto ofertado**” descrição do objeto ofertado nos moldes do Termo de Referência. Caso a licitante não apresente as informações solicitadas, sua proposta **poderá** ser desclassificada.

5.7.1. No caso de a licitante não apresentar todas as informações requeridas no item anterior, o pregoeiro poderá solicitá-las via *chat*, durante a fase de aceitação. A licitante deverá responder dentro do prazo a ser definido pelo pregoeiro via *chat*, do contrário sua proposta poderá ser desclassificada.

5.8. No envio da proposta, deverão estar incluídos nos preços de cada produto/serviço, grupo de produtos/serviços, ou global (de acordo com o caso), obrigatoriamente, impostos, fretes, taxas e demais incidências.

5.8.1. O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da empresa proponente deverá ser o mesmo da que efetivamente fornecerá os produtos/materiais objetos da presente licitação.

5.9. Na fase de envio da proposta, na cotação de preços (unitários, por grupos ou global; de acordo com o caso) serão aceitos **até 02 (dois) dígitos após a vírgula**.

5.10. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, se for o caso, aquelas que não estejam de acordo com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.11. A desclassificação da proposta será fundamentada, registrada e acompanhada em tempo real, no sistema eletrônico.

5.12. As propostas, ao serem cadastradas, deverão conter as especificações técnicas do objeto de forma detalhada. **Poderão ser desclassificadas** as propostas sem detalhamento da descrição do objeto ou contendo apenas a redação “conforme descrito no edital” ou expressão equivalente.

5.13. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, após o término da fase de lances. Se o pregão não for homologado até este prazo, a proposta perderá sua vigência.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES:**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada, pelo sistema, o recebimento dos lances e o valor consignado no registro.

6.3.1. Os lances deverão ser ofertados obedecendo o **Tipo Menor Preço Global**.

6.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.5. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

6.5.1. Durante a fase competitiva, o intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a 20 segundos.



6.5.2. Os lances enviados em desacordo com o subitem 6.5.1. deste edital serão descartados automaticamente pelo sistema.

6.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.7. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.8. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos aos atos realizados.

6.9. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez (10) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

6.10. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, a critério do pregoeiro, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta (30) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

6.12. Após o encerramento dos lances, se a proposta de menor valor não for ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

6.12.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

## **7. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

7.1. Declarada encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação da licitante, conforme disposto no item 8 deste Edital.

7.1.1. Quando solicitado pelo pregoeiro, a licitante deverá comprovar a exequibilidade da sua proposta.

7.1.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.



7.3. Para julgamento e classificação das propostas será(ão) adotado(s) o(s) critério(s) de **Tipo Menor Preço Global**, observados as especificações constantes no Termo de Referência em anexo do presente Edital.

7.4. Poderá o pregoeiro, a qualquer momento, solicitar informações adicionais, esclarecimentos a respeito da proposta, assim como o envio de amostras, catálogos e documentos, de forma extraordinária, mesmo que não previstos no Termo de Referência, para o perfeito conhecimento do objeto licitado. Solicitações dessa natureza serão realizadas via chat. A licitante deverá atender a tais solicitações dentro do prazo a ser definido pelo pregoeiro via *chat*, do contrário sua proposta poderá ser desclassificada.

7.5. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 6.12.1. deste edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.12. deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.5.1. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações deste edital.

7.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.8. A indicação do lance da vencedora, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão na Ata do Pregão divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

7.9. O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da EBSERH-HUSM ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

7.10. Obtida a proposta de menor valor, a licitante **deverá encaminhar os originais ou cópias autenticadas da PROPOSTA AJUSTADA AO VALOR DO ÚLTIMO LANCE (Anexos IX a XIV), por Correios ou mediante portador, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, contados A PARTIR DA ACEITAÇÃO**, sob pena de ser considerada desistente.

## 8. DA HABILITAÇÃO:

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- A) SICAF;
- B) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa (CNJ);
- C) CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU);
- D) Cadastro de Inidôneos do TCU;
- E) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST).

8.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.



8.3. As declarações abaixo listadas serão incluídas pela licitante em campo próprio do sistema eletrônico (**compras governamentais**), juntamente com a proposta online, não sendo aceita outra forma de envio.

- A) Declaração de Inexistência de fato superveniente.
- B) Declaração de cumprimento do disposto no Inciso XXXIII, do Artigo 7 da Constituição Federal.
- C) Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- D) Declaração ME/EPP/Cooperativa.
- E) Declaração de não utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.
- F) Declaração de concordância com as condições do edital.

8.4. A licitante deverá estar cadastrada no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, nos **Níveis I, II, III, IV e VI** (habilitação jurídica, regularidade fiscal (federal e estadual/distrital), trabalhista e qualificação econômico-financeira, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 16, 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010. O não cadastramento em tais níveis acarretará na inabilitação da empresa pelo Pregoeiro.

8.5. Para considerar-se habilitada na **qualificação econômico-financeira**, a empresa deverá:

- I. Apresentar **Balanco Patrimonial** e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, que comprovem Índice de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1(um);
- II. Comprovar existência de **Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação** tendo por base as demonstrações contábeis do exercício social.
- III. **Comprovar Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**, por meio da apresentação do Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.
- IV. **Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data da abertura da licitação.** Tal informação deverá ser comprovada por meio de declaração de contratos firmados (**ANEXO XXII**), acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social e se houver divergência superior a 10% (para cima ou para baixo) em relação à receita bruta discriminada na DRE, a licitante deverá apresentar as devidas justificativas para tal diferença.
- V. **Certidão Negativa de feitos sobre falência**, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.6. As empresas deverão comprovar ainda a **qualificação técnica**, mediante a apresentação dos documentos elencados neste subitem. Os mesmos deverão ser digitalizados e enviados para e-mail [pregoes.husm@ufsm.br](mailto:pregoes.husm@ufsm.br), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a fase de aceitação, sob pena de decair do direito à habilitação.



I. **Atestado(s) de Capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha atividade pertinente e compatível em **CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES** e prazos com o objeto desta licitação, O(s) atestado(s) deverá(ão) ser acompanhado(s) dos seguintes documentos:

- a) ART - Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica registrada(s) no CREA;
- b) Contrato de Serviço e Termo(s) Aditivo(s) que deram suporte à contratação.

8.6.1 Deverá constar, obrigatoriamente, no(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados, os seguintes dados mínimos:

- I. Data de início e término da prestação do(s) serviço(s);
- II. Informações (Nome, CNPJ e Endereço) e Assinatura com Firma reconhecida em Cartório da(s) Contratante(s) e da Contratada;
- III. Nome do(s) responsável(is) técnico(s), e seu(s) título(s) e N° profissional(is);
- IV. Descrição do(s) serviço(s) prestado(s);
- V. Quantitativo de Equipamentos Médico-Hospitalares.

8.6.2. Conforme o Art. 30 da Lei 8666/93 e Instrução Normativa nº 02/2008 do SLTI/MPOG, e suas Alterações, para fins de **Capacitação Técnico-Profissional** a Licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

- I. **Certidão de Registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e CAT - Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA**, comprovando possuir em seu quadro técnico 01 (um) Engenheiro, com especialização em Engenharia Clínica, com Registro Profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e detentor de CAT - Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA **que comprove a experiência deste na Prestação de Serviço com as seguintes características mínimas:** Engenharia Clínica, com Gestão de Manutenção Corretiva e Preventiva, com Calibração e Teste de Segurança Elétrica, em Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares;

8.6.3. Conforme o Art. 30 da Lei 8666/93 e a Instrução Normativa 02/2008 do SLTI/MPOG, e suas Alterações:

8.6.3.1. Somente serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua prestação, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

8.6.3.2. Somente serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica que referirem-se a serviço prestado pela licitante no âmbito de sua atividade principal ou secundária especificadas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e na Certidão de Registro no CREA;

8.6.3.3. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados devem totalizar período de prestação de serviço não inferior a 3 (três) anos;

8.6.3.4. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos será aceito o somatório de Atestado(s) de Capacidade Técnica;

8.6.3.5. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados devem comprovar a prestação, em Estabelecimento(s) Assistencial(is) de Saúde de direito público ou privado, de serviço pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o serviço objeto do Termo de Referência, **devendo estar evidenciado nesta documentação as seguintes características e quantidades, mínimas:**



**i. Engenharia Clínica, com Gestão de Manutenção Corretiva e Preventiva, com Calibração e Teste de Segurança Elétrica, em Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares de dimensão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade de equipamentos do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE, respeitando os Acórdãos 1.284/2003, 2.088/2004, 2.656/2007 e 2.215/2008 do Plenário do TCU;**

8.6.3.6 Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados que sejam referentes a serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto de que trata o Termo de Referência;

8.6.4. Os Profissionais apresentados pela Licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto deste Termo de Referência, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.

8.6.5 Toda a documentação apresentada estará sujeita a diligências e/ou auditorias para comprovação da veracidade das informações prestadas;

8.6.6. A inobservância de qualquer das qualificações técnicas exigidas será motivo de inabilitação da licitante do certame.

**8.7. As Visitas Técnicas** ao local de execução do Objeto deste Edital terão caráter **facultativo, sendo a data limite para tal visita técnica a véspera da abertura do pregão eletrônico (no término do expediente do dia 28/06/2018).**

8.7.1. As visitas técnicas deverão ser **agendadas previamente**, por meio de telefone e/ou e-mail, com no **mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência**.

8.7.2. Para o licitante que optar por realizar a visita técnica será emitida uma declaração de visita a qual deverá ser devidamente assinada pelo responsável do HUSM/UFSM e pela licitante (**modelo do Anexo XX**). Esta declaração devidamente preenchida e assinada deverá ser enviada, durante a fase de habilitação, através do e-mail [pregoes.husm@ufsm.br](mailto:pregoes.husm@ufsm.br).

8.7.3. Informações sobre o local da execução do objeto para realização da visita técnica poderão ser obtidas junto ao **Setor de Engenharia Clínica** por meio dos telefones (55) 3213-1675, no horário compreendido entre 08:00 (oito) horas e 17:00 (dezessete) horas, com o(s) servidor(es) Odair Moreira ou através do(s) e-mail(s) [engclin.husm@gmail.com](mailto:engclin.husm@gmail.com).

8.7.4. Para a visita ao local onde será executado o objeto da presente licitação, recomenda-se que o representante legal do licitante possua formação adequada, devido à complexidade dos serviços objeto desta licitação.

8.7.5. Caso o licitante opte por não realizar a visita técnica, este deverá apresentar declaração **obrigatória** de que não efetuou a visita técnica e que concorda com todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos (conforme modelo constante no **Anexo XXI**). Esta declaração devidamente preenchida e assinada deverá ser enviada, durante a fase de habilitação, através do e-mail [pregoes.husm@ufsm.br](mailto:pregoes.husm@ufsm.br). Dessa forma, o licitante deverá assumir toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame.

8.8. Os documentos remetidos via e-mail, deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data da homologação do pregão.



8.9. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. A licitante enquadrada como microempreendedora individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006, estará dispensada da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.12.1. A não-regularização fiscal ou trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.15. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.16. Durante a análise dos documentos, o Pregoeiro poderá solicitar esclarecimentos ou outras informações que julgar necessárias junto aos órgãos emitentes dos documentos.

8.17. Solicita-se às Licitantes participantes que enviem o **ANEXO II (Formulário de Informações da Licitante)**, durante a fase de habilitação, devidamente preenchido com as informações solicitadas para o e-mail [pregoes.husm@ufsm.br](mailto:pregoes.husm@ufsm.br).

## 9. DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO:

9.1. O prazo da homologação da presente licitação será no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir da data da adjudicação da presente licitação.

9.2. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados. O Objeto será adjudicado à Licitante Vencedora, mediante Contrato, sendo que a minuta do mesmo integra o presente Edital como se nele estivesse transcrita.



9.3. A licitante vencedora terá prazo de 05 (cinco) dias para a assinatura do contrato, após a convocação feita pela EBSERH-HUSM, sob pena de decair o direito à contratação. Tal convocação será efetuada prioritariamente via e-mail, e contato telefônico quando se julgar necessário.

9.3.1. Alternativamente à convocação para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico ([pregoes.husm@ufsm.br](mailto:pregoes.husm@ufsm.br)), para que seja assinado.

9.3.2. O contrato remetido por e-mail, ou mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), deverá ser retornado em original ou cópia autenticada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da empresa. Em caso de envio de e-mail, o prazo estipulado passará a contar a partir da ocasião do envio do e-mail.

## 10. DA GARANTIA CONTRATUAL:

10.1. O adjudicatário, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no Artigo 56 da Lei 8.666/93, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração.

10.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

10.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do Artigo 78 da Lei 8.666/93;

10.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

10.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

10.3. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

10.4. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.5. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.6. Será considerada extinta a garantia:

10.6.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da



CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.6.2. após o término da vigência do contrato, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

#### **11. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:**

11.1. Até três (03) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar, ao pregoeiro, esclarecimentos referentes ao processo licitatório, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço: [pregoes.husm@ufsm.br](mailto:pregoes.husm@ufsm.br).

11.2. Até dois (02) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

11.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de vinte e quatro horas.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. Acolhida a impugnação do Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e registrando a síntese de suas razões.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará a decadência do direito do recurso e consequente adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

12.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.4. Admitido o recurso, será concedido o **prazo de três (03) dias** para apresentação das razões, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### **13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

13.1. Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados nas seguintes rubricas: P.T: 103022585850043, PTR(S) 109671, Fonte 6153000300, Unid. Orçam. 026443, Esfera 02, Natureza da Despesa (ND) 339039.

#### **14. DOPAGAMENTO:**

14.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.



14.1.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada dos documentos elencados no §1º do Artigo 36 da IN/SLTI 02/2008, sendo:

I – Comprovação do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei 9.032/95, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;

II – Comprovação da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e

III – Comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

14.2. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo Gestor do Contrato, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados e será acompanhada dos demais documentos exigidos no Termo de Referência.

14.2.1. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados, em especial sobre o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução dos serviços contratados.

14.2.2. Fica a Contratante autorizada a fazer o desconto nas faturas e a realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

14.2.2.1. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o item 14.2.2 pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

14.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.2.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter ao menos:

- a) Destinatário;
- b) Data de Emissão;
- c) Número do CNPJ do Fornecedor;
- d) Descrição do Item;
- e) Valor Unitário;
- f) Quantidade;
- g) Competência;
- h) Número da Nota de Empenho;
- i) Número do Contrato;



14.2.5. No campo observações informar:

- a) O regime de tributação;
- b) Código e nome do banco, número da agência e número da conta corrente.

14.2.6 A Nota Fiscal ou fatura correspondente à prestação dos serviços deverá indicar o valor de retenção para a Previdência Social – INSS, Imposto de Renda, CSLL, PIS, Cofins e ISS com base na IN 1234/2012 da Receita Federal do Brasil, Manual do substituto tributário do imposto sobre serviços – ISS e Lei 9.711/98.

14.3. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG 02/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.3.1. Não produziu os resultados acordados;

14.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

14.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

14.4.1. Serão efetuadas as seguintes consultas:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- b) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa.
- e) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

14.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei 8.212/91.

14.5.1 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar 116/2003, e legislação municipal aplicável.

14.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

14.6.1. Para a apuração do valor da nota fiscal, deverá ser observado o Acordo de Nível de Serviço, Medição e Pagamento, conforme disposto no item 13 do Termo de Referência.

14.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.



14.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada pela variação do INPC/IBGE ocorrida no período.

14.10. Haverá provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela Administração em **conta vinculada** específica, conforme o disposto no Anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MP 02/2008.

14.10.1. Os valores provisionados na forma item acima somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições:

14.10.1.1 Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

14.10.1.2 Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

14.10.1.3 Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

14.10.1.4 Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

14.11. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% (um vírgula noventa e quatro por cento) no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% (zero vírgula cento e noventa e quatro por cento) a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo contratual.

## 15. DASPENALIDADES:

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 10.520/2002, o licitante/adjudicatário que:

15.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da licitação;

15.1.2. Apresentar documentação falsa;

15.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.5. Não mantiver a proposta;

15.1.6. Cometer fraude fiscal;

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

15.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



15.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.3.1. Multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

15.3.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

15.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/93, e subsidiariamente na Lei 9.784/99.

15.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

15.9. Aos licitantes, será aplicada quando necessário, a **Norma Operacional nº 03, de 03 de junho de 2016**. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, voltado à aplicação de sanções administrativas a licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios. A Norma será disponibilizada no site da EBSERH-HUSM por meio do endereço eletrônico <http://www.ebserh.gov.br/web/husm-ufsm> juntamente com o Edital.

## 16. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

16.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada.

16.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e/ou proposta comercial, devendo ser reparados/retificados às expensas do fornecedor no prazo e condições constantes no Termo de Referência.

16.2.1. Neste caso serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório e o reinício da contagem dos prazos.

16.3. Os serviços serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

16.4. As demais condições de recebimento, sejam elas gerais ou específicas, bem como os prazos e locais de execução constam no Termo de Referência anexo ao edital.



16.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da utilização do serviço fornecido.

16.6 O fornecedor deverá informar, se for o caso, qualquer condição especial para manutenção e/ou conservação do serviço prestado.

#### **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

17.1. À EBSERH-HUSM, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar este Pregão, nos termos da legislação, sem que caiba aos participantes, direito à reclamação ou indenização.

17.2. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido "in albis" o prazo estabelecido no Artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93.

17.3. As condições e preços acolhidos na proposta aceita serão irreversíveis, na forma determinada pelo Edital.

17.4. Caso o atraso dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra for superior a 90 (noventa) dias, fica facultada à contratada a suspensão do cumprimento das obrigações, até que seja normalizada a situação, e/ou a rescisão contratual, forte o disposto no Artigo 78, inciso XV da Lei 8.666/93.

17.5. A licitante vencedora obriga-se a manter durante o período de vigência do contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório.

17.6. No caso de não haver expediente no dia marcado para a realização desta licitação, a mesma será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidas todas as demais condições.

17.7. A administração reserva-se o direito de deduzir dos valores a serem pagos à licitante vencedora do certame, ou da garantia contratual eventualmente exigida, o montante advindo de multas devidas e/ou de prejuízos causados.

17.8. Eventuais controvérsias resultantes desta licitação, bem como os casos de inadimplência da licitante na entrega dos produtos/materiais/serviços licitados, serão resolvidas no foro da Justiça Federal no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria.

17.9. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação, serão solicitados ao pregoeiro, exclusivamente através do endereço eletrônico: [pregoes.husm@ufsm.br](mailto:pregoes.husm@ufsm.br).

17.10. As cópias originais ou autenticadas dos documentos solicitados no presente edital deverão ser remetidas para o seguinte endereço:

**Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH**  
**Filial Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria (EBSERH-HUSM)**  
**Unidade de Licitações**  
CNPJ: 17.126.437/0019-72, Av. Roraima, 1000, Hospital Universitário, Prédio 22, Subsolo  
CEP: 97105-900, Campus Universitário – Bairro Camobi - Santa Maria, RS, Brasil.



17.11. Para a execução do objeto deste pregão, nenhuma das Partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma (Lei 12.846/13).

17.12. Com exceção dos casos legalmente previstos à qual a EBSERH esteja subordinada ou nos casos em que a própria EBSERH verificar a conveniência quanto a divulgação dos valores estimados, esta Empresa Pública reserva-se ao direito de só divulgar os citados valores após o encerramento da etapa de lances do pregão eletrônico.

Santa Maria – RS, 12 de junho de 2018.

ELAINE VERENA RESENER  
*Superintendente*

**ANEXO I – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO  
CONTRATO / \_\_\_\_\_**

**A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – FILIAL HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA**, inscrita no CNPJ 15.126.437/0019-72, sediada na Av. Roraima, 1000 – Prédio 22 – Bairro Camobi – CEP 97105-900 – Santa Maria-RS, neste ato representada por sua superintendente **ELAINE VERENA RESENER** e a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, a seguir denominadas CONTRATANTE e CONTRATADA, respectivamente, para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA CLÍNICA, UTILIZANDO SOFTWARE DEDICADO DE GESTÃO DE ENGENHARIA CLÍNICA, PARA PRESTAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM APLICAÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS QUANDO NECESSÁRIO, CALIBRAÇÃO E TESTE DE SEGURANÇA ELÉTRICA, TREINAMENTO DE OPERADORES E APOIO AO GERENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (HUSM-UFSM)**, de acordo com o que prescreve a Lei 8.666/93, alterada por Legislação Posterior, e Decreto 4.485/02, e em face do que consta no **Processo 23541.000619/2016-78** e da proposta da licitante vencedora do **Pregão Eletrônico 031/2018**, que é parte integrante deste, firmam o presente contrato, para o fim acima e de acordo com o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Este contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA CLÍNICA, UTILIZANDO SOFTWARE DEDICADO DE GESTÃO DE ENGENHARIA CLÍNICA, PARA PRESTAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM APLICAÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS QUANDO NECESSÁRIO, CALIBRAÇÃO E TESTE DE SEGURANÇA ELÉTRICA, TREINAMENTO DE OPERADORES E APOIO AO GERENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH, FILIAL HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (EBSERH-HUSM)**, conforme descrito no Edital do **Pregão Eletrônico 031/2018** da EBSERH-HUSM, e seus anexos, como se aqui estivesse transcrito.

1.2. A CONTRATANTE poderá aumentar ou suprimir o objeto, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL**

2.1. Importa o presente contrato o valor anual de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

3.1. São obrigações da CONTRATANTE:

**3.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Edital do Pregão 031/2018** e seus anexos.

3.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

3.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.

3.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no **Edital do Pregão 031/2018** e seus anexos.

3.2. A CONTRATANTE, durante a vigência do respectivo contrato, compromete-se a:

3.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

3.2.2. Proporcionar todas as facilidades para a CONTRATADA executar o fornecimento do objeto do presente Termo de Referência, permitindo o acesso dos profissionais da CONTRATADA às suas dependências. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da CONTRATANTE, principalmente as de segurança, inclusive àqueles referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências;

3.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Termo de Referência, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e sempre que possível indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

3.2.4. Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer imperfeição, falha ou irregularidade no objeto deste instrumento de Contrato, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

3.2.5. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais, após o procedimento administrativo, garantidos o direito à prévia e ampla defesa e ao contraditório;

3.2.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA.

3.2.7. Indicar um gestor para o contrato.

3.3. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no **Edital do Pregão 031/2018**, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.



**4.1.1.** A CONTRATADA deverá efetuar a execução do objeto conforme especificações constantes no **Edital do Pregão 031/2018, Termo de Referência e Termo de Contrato.**

**4.1.2.** A CONTRATADA deverá reparar possíveis defeitos na execução do objeto contratado dentro do prazo estipulado no Termo de Contrato, quando for o caso.

**4.1.3.** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

**4.1.4.** A CONTRATADA deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**4.1.5.** A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**4.1.6.** A CONTRATADA deverá indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso.

**4.2** A CONTRATADA, durante a vigência do respectivo Contrato, compromete-se a:

**4.2.1.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de sanções;

**4.2.2.** Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

**4.3.3** A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter nas dependências da CONTRATANTE, toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste contrato;

**4.3.4** A CONTRATADA obriga-se a manter a frente dos serviços, representantes idôneos, com poderes para representá-la do ponto de vista técnico e operacional;

**4.3.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**4.3.6.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto 7.203/10;

4.3.7 Apresentar, ao início do contrato, o “Anexo VIII - Informações Operacionais da Empresa”, contendo telefone(s) e e-mail(s) para contato e abertura de chamados, e a relação nominal dos seus empregados envolvidos na execução do contrato com suas respectivas funções (preposto, responsável técnico, técnico, administrativo etc.) e comprovantes de vínculo destes com a Contratada. Devendo entregar novo documento sempre que ocorrer alteração destas informações;

4.3.8. Providenciar, conforme o Art. 3 da Resolução 1025/2009 do CONFEA, o registro no CREA da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica relativa ao serviço objeto deste Termo de Referência, tendo como responsáveis técnicos os Profissionais apresentados pela Licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE;

4.3.9. Providenciar, sempre que necessário, conforme o Art. 10 da Resolução 1025/2009 do CONFEA:

I. O registro no CREA da ART Complementar que, vinculada a ART inicial, complementa os dados anotados nos seguintes casos:

a) For realizada alteração contratual que ampliar o objeto, o valor do contrato ou a atividade técnica contratada, ou prorrogar o prazo de execução;

b) Houver a necessidade de detalhar as atividades técnicas, desde que não impliquem a modificação da caracterização do objeto ou da atividade técnica contratada.

II. O registro no CREA da ART de Substituição que, vinculada a ART inicial, substitui os dados anotados nos casos em que:

a) Houver a necessidade de corrigir dados que impliquem a modificação da caracterização do objeto ou da atividade técnica contratada;

b) Houver a necessidade de corrigir erro de preenchimento de ART.

4.3.10. Providenciar, sempre que necessário, conforme o Art. 12 da Resolução nº 1025/2009 do CONFEA, o registro no CREA de nova ART, vinculada a ART inicial, nos seguintes casos:

I. Aditivo contratual;

II. Substituição de Responsável Técnico.

4.3.11. Responsabilizar-se pelo registro de toda e qualquer ART necessária, conforme disposto neste Termo de Referência, e estando o pagamento de notas fiscais condicionado a apresentação das ART's necessárias;

4.3.12. Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os EPI - Equipamentos de Proteção Individual, quando for o caso. Assim, nas dependências do CONTRATANTE, o uso de uniformes adequados com a identificação da empresa CONTRATADA e em bom estado de conservação, e de Equipamentos de Proteção Individuais adequados aos serviços deverá ser considerado obrigatório sendo o não cumprimento passível das sanções previstas;

4.3.13. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

4.3.14. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE;

4.3.15. Visando garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, bem como suas repercussões perante o FGTS e Seguridade Social, serão depositados pela CONTRATANTE em conta vinculada específica, conforme disposto no anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPOG 2/2008, que somente será liberada para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas nas alíneas “a” a “e”, do inciso I, do art. 19-A, da referida norma ou daquela que vier substituí-la;

4.3.16. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a realizar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.3.17. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes;

4.3.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE.

4.3.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.3.20. Apoiar na avaliação de serviço prestado por empresas externas, quando estas realizarem intervenções em qualquer EMH do CONTRATANTE, bem como, comunicar formalmente a CONTRATANTE, qualquer desvio identificado na execução destes serviços, realizados por outra empresa.

4.3.21. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e do pagamento dos salários e benefícios dos profissionais da Equipe Residente à disposição da CONTRATANTE;

4.3.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.3.23. Assumir, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

4.3.24. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento das faturas mensais efetuado pela CONTRATANTE;

4.3.25. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

4.3.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.3.27. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

4.3.28. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123/2006;

4.3.29. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, exceto para atividades previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123/2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123/2006;

4.3.30. Apresentar a CONTRATANTE comprovante de entrega e recebimento do referido comunicado à Receita Federal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar a partir da data de assinatura do contrato;

4.3.31. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93;

4.3.32. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

**4.4. O Prazo de Atendimento Técnico e o Prazo de Reparo terão início de vigência a partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.**

4.5. A CONTRATADA deverá atender todas as demais condições estabelecidas no Edital do Pregão 031/2018 e seus Anexos.

## CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

5.1.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada dos documentos elencados no §1º do Artigo 36 da IN/SLTI 02/2008, sendo:

I – Comprovação do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei 9.032/95, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;

II – Comprovação da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e

III – Comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo Gestor do Contrato, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, que conterá o detalhamento dos serviços executados e será acompanhada dos demais documentos exigidos no Termo de Referência.

5.2.1 O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente prestados, em especial sobre o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução dos serviços contratados.

5.2.2 Fica a CONTRATANTE autorizada a fazer o desconto nas faturas e a realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

5.2.2.1. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o item 5.2.2 pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

5.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.2.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter ao menos:



- a) Destinatário;
- b) Data de Emissão;
- c) Número do CNPJ do Fornecedor;
- d) Descrição do Item;
- e) Valor Unitário;
- f) Quantidade;
- g) Competência;
- h) Número da Nota de Empenho;
- i) Número do Contrato;

5.2.5. No campo observações informar:

- a) O regime de tributação;
- b) Código e nome do banco, número da agência e número da conta corrente.

5.2.6 A Nota Fiscal ou fatura correspondente à prestação dos serviços deverá indicar o valor de retenção para a Previdência Social – INSS, Imposto de Renda, CSLL, PIS, Cofins e ISS com base na IN 1234/2012 da Receita Federal do Brasil, Manual do substituto tributário do imposto sobre serviços – ISS e Lei 9.711/98.

5.3. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG 02/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

5.3.1. Não produziu os resultados acordados;

5.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.4. Antes do pagamento, a CONTRATANTE realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

5.4.1. Serão efetuadas as seguintes consultas:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- b) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa.
- e) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei 8.212/91.

5.5.1 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar 116/2003, e legislação municipal aplicável.

5.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

5.6.1. Para a apuração do valor da nota fiscal, deverá ser observado o Acordo de Nível de Serviço, Medição e Pagamento, conforme disposto no item 13 do Termo de Referência.

5.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada no contrato.

5.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada pela variação do INPC/IBGE ocorrida no período.

5.10. Haverá provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da CONTRATADA, que serão depositados pela Administração em **conta vinculada** específica, conforme o disposto no Anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MP 02/2008.

5.10.1. Os valores provisionados na forma item acima somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições:

5.10.1.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

5.10.1.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

5.10.1.3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

5.10.1.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

5.11. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% (um vírgula noventa e quatro por cento) no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% (zero vírgula cento e noventa e quatro por cento) a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo contratual.

## CLÁUSULA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO

6.1. Será admitida, por solicitação da CONTRATADA, a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, de acordo com o artigo 5º do Decreto 2.271/97, e com os dispositivos aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MP 2/2008.

6.2. A responsabilidade pela apresentação das documentações que comprovem a variação dos custos do objeto contratual é exclusiva da CONTRATADA, a qual deverá ser apresentada à CONTRATANTE antes do vencimento do contrato, sob pena de ocorrer preclusão lógica.

6.2.1 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao **princípio da anualidade** do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como:

a) Os custos decorrentes da mão de obra, de acordo com a convenção coletiva das categorias envolvidas;

b) Os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço, que serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

6.1.2. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com data-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.2 A repactuação não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato.

6.2.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.2.2 O aumento dos custos da mão-de-obra decorrente de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deverá ser integralmente repassado ao preço repactuado, exceto na hipótese descrita no subitem abaixo.

6.2.3 A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

6.3.1. Para a primeira repactuação:

6.3.1.1. Para os custos relativos à mão-de-obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir do dia correspondente à data da vigência dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo à categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.3.1.2. Para os custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir do dia correspondente à data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.3.2. Para as repactuações subsequentes à primeira: a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação ocorrida ou preclusa.

6.4. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão-de-obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.4.1 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.4.1.1. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste Contrato.

6.4.1.2 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido registrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, a CONTRATADA deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo disponha daquele instrumento devidamente registrado, sob pena de preclusão.

6.5. Ao solicitar a repactuação, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços contratados da seguinte forma:

6.5.1. Quando a repactuação se referir aos custos da mão-de-obra: apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato, acompanhado da demonstração analítica da variação dos custos.

6.5.2. Quando a repactuação se referir a insumos e materiais, exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei: Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6.5.3. Quando a repactuação se referir aos demais custos: Planilha de Custos e Formação de Preços que comprove o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

6.5.3.1. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração.

6.5.3.2. As particularidades do contrato em vigência.

6.5.3.3 Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

6.6. O órgão CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.7. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.7.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.7.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.7.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.7.4. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.8. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.8.1. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela EBSERH para a comprovação da variação dos custos.

6.9. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. Para atender as despesas decorrentes da presente contratação a CONTRATANTE emitiu a **Nota de Empenho 2018NE\_\_\_\_\_**.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1. O presente contrato vigorará por **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura, podendo a sua duração se estender até o limite de **60 (sessenta) meses**, mediante aditamentos anuais.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 8.666/93, da Lei 10.520/02, do Decreto 3.555/00, e do Decreto 5.450/05, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

9.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

9.1.2. Apresentar documentação falsa;

9.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.4. Cometer fraude fiscal;

9.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

9.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

9.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

9.2.2. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, até o limite de 15 (quinze) dias;

9.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.2.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a EBSERH-HUSM, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

9.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

9.2.7. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

9.2.7.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

9.2.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.2.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.2.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/93, e subsidiariamente na Lei 9.784/99.

9.2.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.2.10. Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como a não manutenção das condições de habilitação e o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02.

9.2.10.1. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item acima, a CONTRATANTE deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

9.2.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

9.2.12. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.2.13. O cálculo das multas a serem aplicadas no decorrer da execução do contrato poderá se basear na gradação prevista nas tabelas de infrações abaixo:

**Tabela I – Percentagem para Multa**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (em relação ao valor mensal do contrato)
1	0,06%
2	0,2%
3	0,3%
4	0,4%
5	0,6%
6	1%

**Tabela II – Infrações**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDENCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	1	Por empregado e por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços	3	Por empregado e por dia
3	Suspender ou interromper, em sua totalidade, os serviços contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito	6	Por ocorrência e por dia
4	Subcontratar o serviço	6	Por ocorrência
5	Utilizar as dependências da EBSERH-HUSM para fins diversos do objeto do contrato	5	Por ocorrência
6	Recusar-se a executar serviço determinado pela equipe de fiscalização, sem motivo justificado	4	Por ocorrência
7	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem anuência prévia da EBSERH-HUSM	4	Por empregado e por dia
8	Reter documentos pessoais de seus empregados	3	Por ocorrência e por dia
9	Efetuar o pagamento de verbas trabalhistas em desacordo com a proposta apresentada ou determinação normativa, inclusive das Convenções Coletivas aplicáveis às categorias	5	Por ocorrência e por dia
10	Indicar preposto sem treinamento, qualificação e/ou remuneração compatíveis com a função	3	Por ocorrência e por dia
11	Demora injustificada no atendimento das solicitações emanadas da equipe de fiscalização	2	Por ocorrência e por dia

**Para os itens seguintes - Deixar de:**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDENCIA
13	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	1	Por empregado e por dia

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	3	Por ocorrência
15	Manter a documentação de habilitação atualizada	2	Por item e por ocorrência
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela equipe de fiscalização	4	Por ocorrência
17	Cumprir determinação da equipe de fiscalização para controle de acesso de seus funcionários	1	Por ocorrência
18	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da equipe da fiscalização	4	Por ocorrência
19	Efetuar a reposição de funcionários faltosos	4	Por empregado e por ocorrência
20	Efetuar o pagamento de salários, vale transportes, auxílio alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionada à execução do contrato nas datas avençadas	6	Por ocorrência e por dia
21	Entregar o uniforme aos funcionários no prazo estipulado no contrato	3	Por empregado e por dia
22	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária	6	Por ocorrência e por dia
23	Entregar no prazo os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências e dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida pela equipe de fiscalização	4	Por ocorrência e por dia
24	Observar determinação da legislação trabalhista	6	Por ocorrência
25	Registrar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados	6	Por empregado e por ocorrência
26	Fornecer meios para que seus funcionários cumpram as tarefas gerais ou específicas previstas para cada posto de trabalho	1	Por ocorrência
27	Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança para execução dos serviços, quando necessário	4	Por empregado e por ocorrência
28	Cumprir as políticas de segurança da EBSERH-HUSM	2	Por ocorrência
29	Recolher as contribuições sociais da Previdência Social e do FGTS	6	Por empregado e por ocorrência

9.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

10.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), na modalidade de \_\_\_\_\_, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 15 (quinze) dias, observadas as condições previstas no Edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido de acordo com o que estabelece o Artigo 78, da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA**

12.1. A CONTRATADA reconhece, na hipótese de rescisão administrativa, prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93, os direitos da CONTRATANTE, conforme prevê o art. 55, inciso IX, do mesmo diploma legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO**

13.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência deste contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificações em questão, conforme art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GESTÃO DO CONTRATO**

14.1. Fica indicado como gestor do presente contrato, conforme determina o Artigo 67 da Lei 8.666/93, o servidor **Odair Moreira**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**

15.1. Nos termos do art. 7º. do Decreto no. 7.203/2010, fica vedada a contratação de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na EBSERH.

15.2. A relação de parentesco de que trata a subcláusula acima inclui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Casos omissos serão resolvidos de acordo com o que dispuser a Lei nº 8.666/93, a Lei 10.520/02 e o Decreto 5.450/05.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

17. Para dirimir as questões judiciais, eventuais controvérsias, bem como os casos de inadimplência, a respeito ao presente acordo o foro competente será a Justiça Federal na cidade de Santa Maria.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH)  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA MARIA (HUSM)  
Av. Roraima, 1000, Prédio 22, Campus Universitário – Bairro Camobi –  
Santa Maria, RS, Brasil - CEP: 97105-900.  
Telefone: (55) 3213-1460



E para constar, lavrou-se o presente Termo de Contrato, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas, abaixo firmadas, maiores e capazes.

Santa Maria, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE – Gerência

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE – Superintendência

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA

**ANEXO AO CONTRATO \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_**

**QUADRO RESUMO DO VALOR GLOBAL DO SERVIÇO**

<b>SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA CLÍNICA</b>		<b>VALOR R\$</b>
<b>A</b>	<b>VALOR MENSAL DO SERVIÇO</b>	
A.1	VALOR MENSAL – SUPERVISOR TÉCNICO	
A.2	VALOR MENSAL – TÉCNICO(S) DE EMH	
A.3	VALOR MENSAL – AUXILIAR(ES) TÉCNICO(S) DE EMH	
A.4	VALOR MENSAL – SOBREAVISO DA EQUIPE RESIDENTE	
A.4	VALOR MENSAL – EQUIPE NAO RESIDENTE	
A.5	VALOR MENSAL – INSTALAÇÕES FÍSICAS	
A.6	VALOR MENSAL – ANALISADORES E SIMULADORES	
A.7	VALOR MENSAL – SOFTWARE	
A.8	...	
<b>B</b>	<b>VALOR ANUAL DO SERVIÇO (A x 12)</b>	

<b>BDI (APLICAÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS)</b>		<b>VALOR %</b>
<b>C</b>	VALOR – BDI (ma), a incidir sobre a Aplicação de Peças	
<b>D</b>	VALOR – BDI (se), a incidir sobre a Aplicação de Serviços Especializados	
<b>E</b>	BDI (PROPOSTA), utilizado unicamente para formação do valor global do serviço, será o maior BDI dentre o BDI (ma) e o BDI (se)	

<b>VALOR GLOBAL DO SERVIÇO</b>		<b>VALOR R\$</b>
<b>F</b>	VALOR ANUAL PREVISTO PARA APLICAÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	
<b>G</b>	VALOR ANUAL PREVISTO PARA APLICAÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COM BDI ( $F \times (1 + E / 100)$ )	
<b>VALOR GLOBAL DO SERVIÇO (B + G)</b>		



## ANEXO II: Formulário de Informações da Licitante

Prezado(a) Licitante.

Pedimos que preencha as informações solicitadas abaixo para facilitar o processo de elaboração de eventuais **Contratos Administrativos**, assim como para a construção e manutenção de uma base de dados cadastrais das empresas licitantes participantes dos Pregões do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria (EBSERH-HUSM).

Enviar as informações por e-mail para [pregoes.husm@ufsm.br](mailto:pregoes.husm@ufsm.br)

Nome da Empresa: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço (completo e atualizado): \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
Telefone (atualizado): (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ E-mail p/ Licitações (atualizado): \_\_\_\_\_  
Nome do Representante Legal\* : \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

\* Nome da pessoa responsável pela assinatura de eventuais Contratos.

### DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA

Nº. Código do Banco: \_\_\_\_\_ Nome do Banco: \_\_\_\_\_  
Nº. Agência Bancária: \_\_\_\_\_ Nome da Agência Bancária: \_\_\_\_\_  
Cidade / Estado da Agência Bancária: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Nº. Conta Corrente: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Modalidade de Garantia Contratual (se solicitada): \_\_\_\_\_

**ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA  
EDITAL DE PREGÃO 031/2018****PROCESSO 23541.000619/2016-78****1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO:**

**17.1.** Esta licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA CLÍNICA, UTILIZANDO SOFTWARE DEDICADO DE GESTÃO DE ENGENHARIA CLÍNICA, PARA PRESTAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM APLICAÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS QUANDO NECESSÁRIO, CALIBRAÇÃO E TESTE DE SEGURANÇA ELÉTRICA, TREINAMENTO DE OPERADORES E APOIO AO GERENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (EBSERH-HUSM)**, com detalhamento constante neste Termo de Referência, que faz parte do **Edital do Pregão 031/2018**.

**2. JUSTIFICATIVA:**

2.1. O Hospital Universitário de Santa Maria possui um avançado Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares, para suportar a complexidade dos serviços prestados no cumprimento de seus objetivos acadêmicos e sociais, desta forma a execução de serviço de gerenciamento e manutenção contínua e ininterrupta do parque de equipamentos é imprescindível para o funcionamento deste dentro dos padrões de segurança estabelecidos por diversos organismos nacionais e internacionais e parâmetros definidos pelos fabricantes, garantindo a qualidade, eficácia, efetividade e segurança dos serviços prestados, minimizando riscos e custos intrínsecos, bem como buscando a maior economicidade, a rastreabilidade e maior disponibilidade dos equipamentos, e o menor impacto ambiental possível;

2.2. Assim, faz-se necessário o apoio contínuo de uma equipe especializada de Engenharia Clínica, composta de Engenheiro Clínico, Técnicos em Equipamentos Médico-Hospitalares e apoio administrativo, para melhor utilização desta estrutura tecnológica, tanto do ponto de vista de redução de custos quanto de exploração da tecnologia;

2.3. Da contratação do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica resultarão como principais benefícios:

- a) Celeridade no reparo do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares, com aplicação de peças e serviços especializados quando necessário, reduzindo o tempo de espera para realização de atendimento, consultas, exames e procedimentos ocasionados pela indisponibilidade de equipamentos;
- b) Maior qualidade e presteza no atendimento, provendo desta forma a satisfação e segurança do usuário, agregando economia nos processos de trabalho;
- c) Acompanhamento pleno de todos os serviços executados no parque;
- d) Treinamento do corpo clínico para minimizar problemas com equipamentos;
- e) Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica de acordo com o previsto pelo fabricante e determinado pelas normas que regem grupos de Equipamentos Médico-Hospitalares para garantir a confiabilidade dos diagnósticos e procedimentos médicos, aumentando, assim, a segurança dos procedimentos e diminuindo os riscos envolvidos e eventos adversos, com a Emissão de Laudos rastreáveis a RBC - Rede Brasileira de Calibração;
- f) Gestão informatizada do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares, possibilitando uma melhor gestão e maior agilidade nas decisões;

- g) Criação de indicadores gerenciais para monitorar os trabalhos de gestão de equipamentos e viabilizar os ajustes necessários;
- h) Criação de indicadores de custo para promover o controle efetivo e redução dos custos na manutenção do parque;
- i) Histórico de manutenção dos equipamentos, contemplando custos, de modo a respaldar as decisões da Diretoria quanto à incorporação tecnológica e descarte por obsolescência;
- j) Cumprimento à RDC/ANVISA nº 2, de 25 de janeiro de 2010, que determina a rastreabilidade dos processos que envolvam tecnologias em saúde, bem como à ABNT NBR 15.943:2011, que dispõe sobre as diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde.

2.4. Para julgamento e classificação das propostas será(ão) adotado(s) o(s) critério(s) de **Tipo Menor Preço Global**, observados as especificações constantes neste Termo de Referência.

2.5. O objeto desta contratação enquadra-se na classificação de **bem comum**, assim definido como aquele cujo padrão de desempenho e qualidade possa ser objetivamente definido pelo edital e seus anexos, por meio de especificação usual do mercado, nos termos da Lei nº 10.520/02 e do Decreto nº 5.450/05.

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA A CONTRATAÇÃO:

3.1. A contratação, objeto deste Termo de Referência, dar-se-á por meio de seleção de proposta, na modalidade Pregão na forma eletrônica, regida pela Lei 10.520/02 e Decreto 5.450/05; aplicando-se, no que couber, as disposições contidas na Lei 8.666/93.

### 4. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA

4.1. Será firmado instrumento contratual sobre o objeto do presente Termo de Referência, com vigência de **12 (doze) meses** a partir da data de sua assinatura.

### 5. DA VALIDADE DO CONTRATO

5.1. O prazo de validade do Contrato será de **12 (doze) meses**, podendo a sua duração se estender até o limite de **60 (sessenta) meses**, mediante aditamentos anuais.

### 6. CRITÉRIOS GERAIS DE ACEITAÇÃO E HABILITAÇÃO

#### 6.1. Critérios de Aceitação:

6.1.1. Planilhas de Custos e Formação de Preços, nos termos do item 5.5.1 do Edital.

#### 6.2. Critérios de Habilitação:

6.2.1. Apresentar **Balanco Patrimonial** e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, que comprovem Índice de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1(um);

6.2.2. Comprovar existência de **Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação** tendo por base as demonstrações contábeis do exercício social.

**6.2.3. Comprovar Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**, por meio da apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

**6.2.4. Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data da abertura da licitação.** Tal informação deverá ser comprovada por meio de declaração de contratos firmados (ANEXO XXII), acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social e se houver divergência superior a 10% (para cima ou para baixo) em relação à receita bruta discriminada na DRE, a licitante deverá apresentar as devidas justificativas para tal diferença.

**6.2.5. Certidão Negativa de feitos sobre falência**, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**6.2.6. Atestado(s) de Capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha atividade pertinente e compatível em CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES e prazos com o objeto desta licitação. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser acompanhado(s) dos seguintes documentos:

- a) ART - Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica registrada(s) no CREA;
- b) Contrato de Serviço e Termo(s) Aditivo(s) que deram suporte à contratação.

**6.2.6.1.** Deverá constar, obrigatoriamente, no(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados, os seguintes dados mínimos:

- I. Data de início e término da prestação do(s) serviço(s);
- II. Informações (Nome, CNPJ e Endereço) e Assinatura com Firma reconhecida em Cartório da(s) Contratante(s) e da Contratada;
- III. Nome do(s) responsável(is) técnico(s), e seu(s) título(s) e Nº profissional(is);
- IV. Descrição do(s) serviço(s) prestado(s);
- V. Quantitativo de Equipamentos Médico-Hospitalares.

**6.2.7. Certidão de Registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e CAT - Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA**, comprovando possuir em seu quadro técnico 01 (um) Engenheiro, com especialização em Engenharia Clínica, com Registro Profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e detentor de CAT - Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA **que comprove a experiência deste na Prestação de Serviço com as seguintes características mínimas:** Engenharia Clínica, com Gestão de Manutenção Corretiva e Preventiva, com Calibração e Teste de Segurança Elétrica, em Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares;

- a) Somente serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua prestação, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
- b) Somente serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica que referirem-se a serviço prestado pela licitante no âmbito de sua atividade principal ou secundária especificadas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e na Certidão de Registro no CREA;
- c) O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados devem totalizar período de prestação de serviço não inferior a 3 (três) anos;
- d) Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos será aceito o somatório de Atestado(s) de Capacidade Técnica;

- e) O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados devem comprovar a prestação, em Estabelecimento(s) Assistencial(is) de Saúde de direito público ou privado, de serviço pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o serviço objeto do Termo de Referência, **devendo estar evidenciado nesta documentação as seguintes características e quantidades, mínimas:**

ii. Engenharia Clínica, com Gestão de Manutenção Corretiva e Preventiva, com Calibração e Teste de Segurança Elétrica, em Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares de dimensão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade de equipamentos do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE, respeitando os Acórdãos 1.284/2003, 2.088/2004, 2.656/2007 e 2.215/2008 do Plenário do TCU;

- f) Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados que sejam referentes a serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto de que trata o Termo de Referência;

## 7. DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES:

7.1. Com o objetivo de padronizar o vocabulário que será utilizado neste Termo de Referência, fica estabelecida a adoção dos seguintes conceitos e definições:

- a) **Equipamento Médico-Hospitalar (EMH)** é o equipamento, aparelho ou instrumento de uso médico, odontológico ou laboratorial, destinado à detecção de informações do organismo humano para auxílio a procedimento clínico, destinado a tratamento de patologias, incluindo a substituição ou modificação da anatomia ou processo fisiológico do organismo humano, ou ainda destinado a fornecer suporte a procedimentos diagnósticos, terapêuticos ou cirúrgicos. O Equipamento Médico-Hospitalar é composto pelo seu módulo principal e módulos secundários, seus acessórios e Equipamentos Auxiliares;
- b) **Equipamento Auxiliar** é o equipamento, aparelho ou instrumento com características de apoio, que compõe um EMH, como exemplo: *Nobreak*, Módulos de Refrigeração, Computadores, Gravador de Mídia, Termômetro e Termohigrômetro de Ambiente, Osmose Reversa etc.;
- c) **Central de Equipamentos Médico-Hospitalares** é a área física dentro do Estabelecimento Assistencial de Saúde que acondiciona equipamentos e promove o uso eficiente destes distribuindo os mesmos para as áreas assistenciais conforme a necessidade que surgir, além de dar suporte ao recolhimento de equipamentos com falha e/ou ociosos;
- d) **Equipe Interna** é a equipe de Engenharia Clínica da instituição, podendo esta ser composta por pessoal próprio e/ou pessoal terceirizado;
- e) **Horário de Prestação do Serviço** são os dias/horário para usual prestação do Serviço Técnico Especializado em Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares, conforme disposto neste Termo de Referência;
- f) **Chamado Técnico** é a solicitação usual feita pela Contratante à Contratada, dentro do Horário de Prestação do Serviço, para a realização de um Atendimento Técnico;
- g) **Chamado Técnico Emergencial** é a solicitação eventual feita pela Contratante à Contratada, fora do Horário de Prestação do Serviço, para a realização de um Atendimento Técnico Emergencial;
- h) **Atendimento Técnico** é a presença, no local de instalação dos conjuntos, de técnico da Contratada ou de seus prepostos;

- i) **Prazo de Atendimento Técnico** é o período transcorrido entre o Chamado Técnico e o primeiro Atendimento Técnico;
- j) **Prazo de Atendimento Técnico Emergencial** é o período transcorrido entre o Chamado Técnico Emergencial e o primeiro Atendimento Técnico;
- k) **Prazo de Reparo** é o período transcorrido entre o Chamado Técnico e o efetivo restabelecimento do funcionamento dos equipamentos;
- l) **Ordem de Serviço** é o registro do Atendimento Técnico (Manutenção Corretiva ou Manutenção Programada), e de todas as suas respectivas informações;
- m) **Ordem de Serviço Aberta** é a demanda de Atendimento Técnico que ainda não foi atendida, ou está em atendimento, pela Equipe Interna;
- n) **Ordem de Serviço Executada** é a demanda de Atendimento Técnico que já foi solucionada;
- o) **Ordem de Serviço Pendente** é a demanda de Atendimento Técnico que já foi atendida pela Equipe Interna, mas sua solução final está dependendo de algum outro item, tais como Aguardando Assistência Externa, Aguardando Retorno da Assistência Externa, Aguardando Aplicação de Peça ou Serviço Especializado etc;
- p) **Ordem de Serviço Interna** é a demanda de Atendimento Técnico que envolve apenas o serviço técnico da Equipe Interna;
- q) **Ordem de Serviço Externa** é a demanda de Atendimento Técnico que não envolve apenas o serviço técnico da Equipe Interna;
- r) **Manutenção Corretiva** é o conjunto de ações realizadas após a ocorrência de uma pane, com o objetivo de recolocar um item em condições de executar uma função requerida, compreendendo aplicação de peças, componentes e/ou acessórios, ajustes e reparos, incluindo a reinstalação de sistema operacional e/ou aplicativos, tendo como resultado um documento de Manutenção Corretiva individual, ou seja, por Equipamento Médico-Hospitalar atendido;
- s) **Manutenção Preventiva** é um atendimento técnico planejado e periódico, onde realiza-se um conjunto de ações de intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um item, tendo como resultado um documento de Manutenção Preventiva individual, ou seja, por Equipamento Médico-Hospitalar atendido;
- t) **Calibração** é um conjunto de ações que visa assegurar a confiabilidade de um instrumento de medição por meio da comparação do valor aferido no equipamento com um padrão rastreável ao Sistema Internacional (SI), tendo como resultado um certificado de Calibração individual, ou seja, por Equipamento Médico-Hospitalar atendido, assinado por Engenheiro Responsável Técnico e rastreável à Rede Brasileira de Calibração (RBC - INMETRO);
- u) **Teste de Segurança Elétrica** é um conjunto de testes que avaliam a corrente de fuga, o consumo, os valores de tensão de alimentação, o aterramento e a resistência de isolamento de um equipamento, tendo como resultado um certificado de Teste de Segurança Elétrica individual, ou seja, por Equipamento Médico-Hospitalar atendido, assinado por Engenheiro Responsável Técnico e rastreável à Rede Brasileira de Calibração (RBC - INMETRO);
- v) **Ronda Geral** é a rotina de verificação de problemas em Equipamentos Médico-Hospitalares junto a todos os setores da instituição, visando antecipar a comunicação entre as partes e verificar a ocorrência de eventuais reclamações de funcionamento dos EMH, tendo como resultado um documento formal assinado pelo Técnico Executor e pelos Chefes/Responsáveis dos setores;

w) **Ronda Setorial** é a rotina de inspeção detalhada em Equipamentos Médico-Hospitalares junto a setores críticos da instituição, que inclui testes funcionais e verificação de parâmetros, visando averiguar o correto funcionamento de todos os EMH do setor, reduzindo a probabilidade de falhas ou a degradação do funcionamento de um item, tendo como resultado um documento formal assinado pelo Técnico Executor e pelo Chefe/Responsável do setor crítico inspecionado;

x) **Manutenção Programada** é a Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de Segurança Elétrica, Ronda Geral e/ou Ronda Setorial;

y) **Manutenção Programada Planejada** é a Manutenção Programada planejada, e ainda não executada, que se encontra dentro do prazo, SEMANA/ANO, programado para execução;

z) **Manutenção Programada Pendente** é a Manutenção Programada planejada, e ainda não executada, que se encontra fora do prazo, SEMANA/ANO, programado para execução;

aa) **Manutenção Programada Executada** é a Manutenção Programada planejada, que já foi executada;

bb) **Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)** é o valor percentual que incide sobre o custo global de referência para realização da obra ou serviço de engenharia.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Edital do Pregão 031/2018** e seus anexos.

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

8.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no **Edital do Pregão 031/2018** e seus anexos.

### 8.2. A CONTRATANTE, durante a vigência do respectivo Contrato, compromete-se a:

8.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2.2. Proporcionar todas as facilidades para a Contratada executar o fornecimento do objeto do presente Termo de Referência, permitindo o acesso dos profissionais da Contratada às suas dependências. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da Contratante, principalmente as de segurança, inclusive àqueles referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências;

8.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Termo de Referência, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e sempre que possível indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.2.4. Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer imperfeição, falha ou irregularidade no objeto deste instrumento de Contrato, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

8.2.5. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais, após o procedimento administrativo, garantidos o direito à prévia e ampla defesa e ao contraditório;

8.2.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA.

8.2.7. Indicar um gestor para o contrato.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no **Edital do Pregão 031/2018**, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.1.1. A Contratada deverá efetuar a execução do objeto conforme especificações constantes no **Edital do Pregão 031/2018, Termo de Referência e Termo de Contrato**.

9.1.2. A Contratada deverá reparar possíveis defeitos na execução do objeto contratado dentro do prazo estipulado no Termo de Contrato, quando for o caso.

9.1.3. A Contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.1.4. A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.5. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.6. A Contratada deverá indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso.

9.2 A Contratada, durante a vigência do respectivo Contrato, compromete-se a:

9.2.1. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de sanções;

9.2.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

9.3.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter nas dependências da CONTRATANTE, toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência;

9.3.4 A CONTRATADA obriga-se a manter a frente dos serviços, representantes idôneos, com poderes para representá-la do ponto de vista técnico e operacional;

9.3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a

Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.3.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.3.7 Apresentar, ao início do contrato, o “ANEXO VIII - INFORMAÇÕES OPERACIONAIS DA EMPRESA”, contendo telefone(s) e e-mail(s) para contato e abertura de chamados, e a relação nominal dos seus empregados envolvidos na execução do contrato com suas respectivas funções (preposto, responsável técnico, técnico, administrativo etc.) e comprovantes de vínculo destes com a Contratada. Devendo entregar novo documento sempre que ocorrer alteração destas informações;

9.3.8. Providenciar, conforme o Art. 3 da Resolução nº 1025/2009 do CONFEA, o registro no CREA da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica relativa ao serviço objeto deste Termo de Referência, tendo como responsáveis técnicos os Profissionais apresentados pela Licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE;

9.3.9. Providenciar, sempre que necessário, conforme o Art. 10 da Resolução nº 1025/2009 do CONFEA:

I. O registro no CREA da ART Complementar que, vinculada a ART inicial, complementa os dados anotados nos seguintes casos:

- a) For realizada alteração contratual que ampliar o objeto, o valor do contrato ou a atividade técnica contratada, ou prorrogar o prazo de execução;
- b) Houver a necessidade de detalhar as atividades técnicas, desde que não impliquem a modificação da caracterização do objeto ou da atividade técnica contratada.

II. O registro no CREA da ART de Substituição que, vinculada a ART inicial, substitui os dados anotados nos casos em que:

- b) Houver a necessidade de corrigir dados que impliquem a modificação da caracterização do objeto ou da atividade técnica contratada;
- b) Houver a necessidade de corrigir erro de preenchimento de ART.

9.3.10. Providenciar, sempre que necessário, conforme o Art. 12 da Resolução nº 1025/2009 do CONFEA, o registro no CREA de nova ART, vinculada a ART inicial, nos seguintes casos:

- I. Aditivo contratual;
- II. Substituição de Responsável Técnico.

9.3.11. Responsabilizar-se pelo registro de toda e qualquer ART necessária, conforme disposto neste Termo de Referência, e estando o pagamento de notas fiscais condicionado a apresentação das ART's necessárias;

9.3.12. Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os EPI - Equipamentos de Proteção Individual, quando for o caso. Assim, nas dependências do CONTRATANTE, o uso de uniformes adequados com a identificação da empresa CONTRATADA e em bom estado de conservação, e de Equipamentos de Proteção Individuais adequados aos serviços deverá ser considerado obrigatório sendo o não cumprimento passível das sanções previstas;

9.3.13. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

9.3.14. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE;

9.3.15. Visando garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, bem como suas repercussões perante o FGTS e Seguridade Social, serão depositados pela CONTRATANTE em conta vinculada específica, conforme disposto no anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, que somente será liberada para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas nas alíneas “a” a “e”, do inciso I, do art. 19-A, da referida norma ou daquela que vier substituí-la;

9.3.16. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a realizar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.3.17. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes;

9.3.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.

9.3.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.3.20. Apoiar na avaliação de serviço prestado por empresas externas, quando estas realizarem intervenções em qualquer EMH do CONTRATANTE, bem como, comunicar formalmente a CONTRATANTE, qualquer desvio identificado na execução destes serviços, realizados por outra empresa.

9.3.21. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e do pagamento dos salários e benefícios dos profissionais da Equipe Residente à disposição da CONTRATANTE;

9.3.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.3.23. Assumir, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

9.3.24. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento das faturas mensais efetuado pela CONTRATANTE;

9.3.25. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.3.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.3.27. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

9.3.28. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006;

9.3.29. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, exceto para atividades previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006;

9.3.30. Apresentar a CONTRATANTE comprovante de entrega e recebimento do referido comunicado à Receita Federal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar a partir da data de assinatura do contrato;

9.3.31. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.3.32. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

**9.4. O Prazo de Atendimento Técnico e o Prazo de Reparo terão início de vigência a partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.**

## **10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **11. DETALHAMENTO DO OBJETO LICITADO**

11.1. O Termo de Referência é composto de 3 (três) itens.

11.2. Detalhes dos Itens deste Termo de Referência são apresentados na tabela a seguir.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ANUAL ESTIMADO R\$
1	Prestação de Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, utilizando software dedicado de gestão de Engenharia Clínica, para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças e serviços especializados quando necessário, calibração e teste de segurança elétrica, treinamento de operadores e apoio ao gerenciamento dos Equipamentos Médico-Hospitalares instalados na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, filial Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria (EBSERH-HUSM). <b>(CANCELADO)</b>	xxxxxxx	xxxxxxxxxxx
2	Prestação de Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, utilizando software dedicado de gestão de Engenharia Clínica, para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças e serviços especializados quando necessário, calibração e teste de segurança elétrica, treinamento de operadores e apoio ao gerenciamento dos Equipamentos Médico-Hospitalares instalados na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, filial Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria (EBSERH-HUSM).	12 meses	1.151.307,32
3	Peças para execução de manutenção em equipamentos médico-hospitalares	12 meses	280.000,00
4	Serviços Especializados eventuais de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos médico-hospitalares	12 meses	120.000,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO R\$</b>			<b>1.551.307,32</b>

Obs.: Esclarecemos que o item 1 aparece como “**CANCELADO**” porque foi necessário corrigir o código da publicação no sistema. O item foi lançado novamente com o código correto, tornando-se o número 2, com as mesmas condições iniciais.

### 11.3 Dimensionamento:

12.3.1 A metodologia aplicada, para dimensionar o Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica no Hospital Universitário de Santa Maria teve como base a Quantidade Total de Equipamentos do “ANEXO IV - PARQUE DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES” e a sua respectiva previsão de Custo de Manutenção com peças e serviços especializados, resultando, para o dimensionamento do serviço, na sugestão de **EQUIPE RESIDENTE MÍNIMA** e no **VALOR ANUAL PREVISTO** para Aplicação de Peças e Serviços Especializados;

11.3.2 O quadro abaixo apresenta a supracitada Quantidade Total de Equipamentos do “ANEXO A - PARQUE DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES”, e a sugestão de **EQUIPE RESIDENTE MÍNIMA** e o **VALOR ANUAL PREVISTO** para Aplicação de Peças e Serviços Especializados:

Quantidade Total Aproximada de Equipamentos do “ANEXO A - PARQUE DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES” (UND)	Valor estimado do parque de equipamentos do HUSM objetos desse contrato	Sugestão de EQUIPE RESIDENTE MÍNIMA		
		Supervisor Técnico	Técnico em EMH	Auxiliar Técnico em EMH
2000	R\$ 20.000.000,00	01	03	02

**11.3.3.** De forma a orientar o dimensionamento da Equipe Residente, através da quantidade de equipamentos, foi estimado, para executar o objeto deste contrato, como sugestão, uma **EQUIPE RESIDENTE MÍNIMA** composta por 06 (seis) colaboradores, sendo estes **01 (um) Supervisor Técnico, 03 (três) Técnicos em Equipamentos Médico-Hospitalares e 02 (dois) Auxiliares Técnicos em Equipamentos Médico-Hospitalares;**

11.3.4. O Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica incluirá um **VALOR ANUAL**

**PREVISTO** máximo correspondente a 2% (dois por cento) do valor do parque de equipamentos do hospital, cujo valor estimado se encontra na tabela presente no item 11.3.2, para a Aplicação de Peças e Serviços Especializados, a ser empregado sob demanda;

#### 11.3.5. Atividades do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica:

11.3.5.1. A relação sintética das principais atividades do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, a serem executadas no Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares disposto de forma não exaustiva no "ANEXO IV", são:

- I. Levantamento, cadastramento, elaboração e manutenção, do cadastro e prontuário dos equipamentos, bem como organização, rastreabilidade e atualização destes;
- II. Qualificação dos equipamentos;
- III. Apoiar o recebimento e aceitação dos equipamentos;
- IV. Instalação e desinstalação dos equipamentos, ou seja, montagem e desmontagem, dos equipamentos, quando necessário;
- V. Manutenção Corretiva;
- VI. Elaboração de procedimentos operacionais de Manutenção Preventiva, Calibração e/ou Teste de Segurança Elétrica;
- VII. Elaboração de Plano Anual de Manutenção Programada;
- VIII. Manutenção Preventiva, Calibração e/ou Teste de Segurança Elétrica dos equipamentos;
- IX. Rondas Gerais e Rondas Setoriais;
- X. Aplicação de Peças e Serviços Especializados, quando necessário;
- XI. Apoio no acompanhamento de todas as intervenções técnicas em Equipamentos Médico-Hospitalares realizadas por outras empresas contratadas pelo Hospital Universitário;
- XII. Elaboração de Plano Anual de Treinamento;
- XIII. Treinamento de usuários de Equipamentos Médico-Hospitalares e demais profissionais indicados pela CONTRATANTE;
- XIV. Operacionalização da Central de Equipamentos Médico-Hospitalares;
- XV. Gestão do Serviço via software dedicado de gestão de Engenharia Clínica;
- XVI. Registro histórico, utilizando software dedicado de gestão de Engenharia Clínica, de todas as intervenções técnicas nos equipamentos;
- XVII. Apoio na criação de indicadores gerenciais para monitorar os trabalhos de gestão de equipamentos, realizando o acompanhamento on-line dos indicadores, e criando planos de ação, sempre que necessário, buscando viabilizar os ajustes necessários;
- XVIII. Apoio na criação de indicadores de custo para promover o controle efetivo e redução dos custos na manutenção do Parque de EMH;
- XIX. Relatórios de Gestão (Mensal, Trimestral e Anual);
- XX. Elaboração de Planejamento Estratégico;

XXI. Apoio no Planejamento, Seleção e Aquisição de novos equipamentos;

XXII. Apoio na elaboração de especificações técnicas de equipamentos e/ou suas partes, peças e acessórios;

XXIII. Apoio em estudos de viabilidade técnica e econômica, para incorporação de novas tecnologias, para pareceres de obsolescência tecnológica e para indicação de atualizações etc., referentes à Equipamentos Médico-Hospitalares;

XXIV. Emissão de laudos técnicos, quando necessário;

XXV. Apoio em processos de qualidade (ONA, ISO, Joint Commission, etc.), tecnovigilância e gerenciamento de riscos;

XXVI. Apoio no gerenciamento do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares.

11.3.6. Considera-se “Atividades de Apoio” as atividades especificadas no item 11.3.5.1 com exceção dos subitens iv, v, vi, viii e x.

11.3.7 Para os equipamentos em que o HUSM possuir contratos específicos (Ex. equipamentos de alta complexidade), deverão ser executadas somente atividades de apoio, conforme especificado na coluna “Atividades” na tabela do ANEXO IV – Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares. Os demais grupos de equipamentos deverão ser executadas as atividades integralmente. Considerando que, atualmente, existem contratos de manutenção de EMH vigentes, os serviços de manutenção preventiva e corretiva nestes equipamentos passarão a ser executados somente após o encerramento do contrato em vigor.

#### **11.4. Cadastro de Equipamentos Médico-Hospitalares:**

11.4.1 A CONTRATADA deverá manter um cadastro atualizado do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE, em software dedicado de gestão de Engenharia Clínica. Esse cadastro deverá conter no mínimo informações como código de identificação, nomenclatura, situação, localização, marca, modelo, série, patrimônio, qualificação, custo de substituição, data de aquisição, data de instalação, cobertura de garantia ou contrato de manutenção etc.;

11.4.2 Cada Equipamento Médico-Hospitalar deverá receber uma Etiqueta de Identificação, com o seu respectivo código da Engenharia Clínica formado por até 10 dígitos, conforme codificação definida pela CONTRATANTE;

11.4.3 A Etiqueta de Identificação dos EMH deverá ser fornecida, e substituída quando necessário, pela CONTRATADA, devendo ser utilizada etiqueta autoadesiva, confeccionada em material poliéster metalizado e que não danifique facilmente com a rotina de higienização dos equipamentos, em formato retangular com bordas abauladas e com as seguintes dimensões aproximadas largura (45 mm) e altura (15 mm), e devendo conter ainda os nomes “ENGENHARIA CLÍNICA” e “HUSM”, além de conter opcionalmente, a critério da CONTRATANTE, QR CODE com informações do EMH, conforme segue os Modelos de Etiqueta de Identificação ilustrados na “FIGURA 01”;

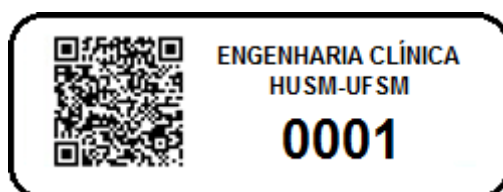


Figura 01 – Modelo de Etiqueta de Identificação

#### **11.5. Qualificação de Equipamentos Médico-Hospitalares:**

11.5.1. A CONTRATADA deverá elaborar, junto ao cadastro de Equipamentos Médico-Hospitalares, uma qualificação dos EMH em 03 (três) níveis de criticidade, acordada com a

CONTRATANTE, realizando a qualificação dos EMH nos níveis de criticidade BAIXA, MÉDIA e ALTA. Esta lista de níveis de criticidade será utilizada para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas na execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica;

11.5.2. A elaboração da qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares em níveis de criticidade deverá ser baseada conjuntamente nos seguintes critérios mínimos:

- 11.5.2.1. Classe de Risco, conforme RDC ANVISA Nº 185/01;
- 11.5.2.2. Importância Estratégica;
- 11.5.2.3. Recomendações de Normas Técnicas/Fabricante.

11.5.3. Qualificação pelo critério de Classes de Risco, conforme RDC 185/01:

11.5.3.1. As orientações a seguir são parte de um grupo de regras relacionadas às questões do enquadramento sanitário de produtos médicos, definidas conforme disposições da RDC ANVISA Nº 185/01. Alterações significativas foram incorporadas de forma a refletir o enquadramento sanitário dos EMH no contexto da Legislação Sanitária Brasileira. Desta forma, as informações aqui apresentadas são única e exclusivamente para fins de classificação de Equipamentos Médico-Hospitalares;

11.5.3.2. Neste sistema de enquadramento sanitário, o nível de controle corresponde ao nível do perigo potencial inerente ao tipo do produto. A fim de evitar que o enquadramento fosse realizado de forma aleatória, o que tornaria o processo de enquadramento bastante complexo, considerando a vasta gama dos produtos médicos, decidiu-se definir um sistema de enquadramento sanitário em que os produtos possam ser enquadrados, tomando como base regras e classes de risco pré-definidas;

11.5.3.3. Verificou-se que estruturar regras de enquadramento fundamentadas nas características técnicas dos produtos médicos era inviável, devido à diversidade de produtos e ao constante incremento tecnológico do setor. Entretanto, o corpo humano é um elemento relativamente imutável na relação “produto médico X ser humano”, e, desta forma, o conceito de enquadramento sanitário foi baseado essencialmente em uma pequena seleção de critérios que podem ser combinados de várias maneiras: duração do contato com o corpo, grau invasivo e efeito local versus sistêmico;

11.5.3.4. Os Equipamentos Médico-Hospitalares são classificados em quatro classes de risco, conforme o risco associado à utilização dos mesmos:

- a) **CLASSE I: baixo risco;**
- b) **CLASSE II: médio risco;**
- c) **CLASSE III: alto risco;**
- d) **CLASSE IV: máximo risco.**

11.5.3.5. Complementarmente à classificação de risco, existe a classificação por regras, que totalizam dezoito. Reconhece-se que, embora as regras existentes classifiquem adequadamente a grande maioria dos produtos existentes, um número pequeno de produtos pode ser encontrado na linha divisória entre duas regras, por causa de sua natureza ou de situações incomuns às quais são submetidos. Nestes casos, o enquadramento será na regra que apresentar a classe de risco mais alta;

11.5.3.6. O quadro abaixo apresenta a qualificação definida, para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, através das Classes de Risco, conforme RDC Nº 185/01:

QUALIFICAÇÃO	CLASSE DE RISCO
ALTA	CLASSE III e CLASSE IV
MÉDIA	CLASSE II
BAIXA	CLASSE I

#### 11.5.4. Qualificação pelo critério de Importância Estratégica:

11.5.4.1. A importância estratégica do EMH no Estabelecimento Assistencial de Saúde é um critério de suma importância para qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares em níveis de criticidade;

11.5.4.2. Para qualificar a importância estratégica de um equipamento, deve-se avaliar, em caso de falha deste, como essa situação afetaria operacionalmente e financeiramente toda a instituição, levando em conta a existência de outros equipamentos que possam suprir as funções exercidas por tal equipamento;

11.5.4.3. Deverão ser considerados Equipamentos Médico-Hospitalares importantes estrategicamente, aqueles cuja paralisação ocasionaria receita cessante e/ou cuja paralisação impossibilitaria ou dificultaria a realização de um ou mais serviços oferecidos pela instituição;

11.5.4.4. Sendo assim os equipamentos foram qualificados da seguinte forma:

- a) EQUIPAMENTOS INDISPENSÁVEIS: são diretamente relacionados à prestação do serviço, sem os quais não é possível oferecê-lo, representando receita cessante considerável para o hospital;
- b) EQUIPAMENTOS RECOMENDÁVEIS: são diretamente relacionados à prestação de serviço, sem os quais este é dificultado, porém pode ser prestado, não apresentando receita cessante significativa;
- c) EQUIPAMENTOS DISPENSÁVEIS: são relacionados à prestação de serviço, sem os quais este pode ser prestado sem dificuldade, não afetando a geração de receitas para o hospital.

11.5.5.5. O quadro abaixo apresenta a qualificação definida, para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, através da Importância Estratégica:

QUALIFICAÇÃO	IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA
ALTA	INDISPENSÁVEL
MÉDIA	RECOMENDÁVEL
BAIXA	DISPENSÁVEL

11.5.5.6. Deve-se ter muito cuidado ao analisar a Importância Estratégica dos Equipamentos Médico-Hospitalares no Estabelecimento Assistencial de Saúde devido a esta qualificação ser um tanto subjetiva, e por esse motivo, deve ser feita sempre com o apoio de outros setores da instituição.

#### 11.5.6. Qualificação pelo critério de Recomendações de Normas Técnicas/Fabricante:

11.5.6.1. Além das qualificações já tratadas, não se pode esquecer as normas técnicas específicas que tratam da manutenção de EMH e outras tantas recomendações de manutenção para cada modelo de EMH, fornecidas pelos próprios fabricantes, tais como

procedimentos de rotina específicos, substituição periódica de peças de vida útil pré-determinada etc.;

11.5.6.2. Para qualificar as recomendações de um Equipamento Médico-Hospitalar, deve-se identificar a existência de uma ou mais normas técnicas de manutenção que incidam sobre este equipamento e se as mesmas são ou não obrigatórias. Paralelamente, deve-se buscar o manual do equipamento e/ou outros documentos técnicos do fabricante para obtenção de todas as recomendações de manutenção que devem ser executadas neste equipamento, além de avaliar se estas recomendações são ou não essenciais para manter a capacidade do equipamento de desempenhar a função requerida;

11.5.6.3. Sendo assim as recomendações foram classificadas da seguinte forma:

- a) **RECOMENDAÇÕES OBRIGATÓRIAS:** quando incidem normas técnicas específicas obrigatórias de manutenção sobre o equipamento e quando existem, ou não, recomendações essenciais de manutenção do fabricante;
- b) **RECOMENDAÇÕES SUGERIDAS:** quando não incidem normas técnicas específicas obrigatórias de manutenção sobre o equipamento e quando existem recomendações essenciais de manutenção do fabricante;
- c) **RECOMENDAÇÕES FACULTATIVAS:** quando não incidem normas técnicas específicas obrigatórias de manutenção sobre o equipamento e quando não existem recomendações essenciais de manutenção do fabricante.

11.5.6.4. O quadro abaixo apresenta a qualificação definida, para estabelecer prioridades, periodicidades e rotinas do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, através das Recomendações de Normas Técnicas/Fabricante:

QUALIFICAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
ALTA	OBRIGATÓRIAS
MÉDIA	SUGERIDAS
BAIXA	FACULTATIVAS

11.5.7. A qualificação do nível de criticidade dos Equipamentos Médico-Hospitalares deverá ser no maior nível dentre o conjunto de critérios utilizados, ou seja, se em algum dos critérios utilizados o EMH foi qualificado com nível de criticidade ALTA, esta deverá ser a sua qualificação, lembrando que a classificação dos EMH poderá mudar a qualquer tempo devido a aquisição de novos EMH, a prestação de novos serviços, a vigência de novas normas etc., devendo a CONTRATADA atualizar a qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares envolvidos;

11.5.8. A CONTRATANTE poderá optar, a qualquer tempo, pela utilização de alguma outra metodologia de qualificação do nível de criticidade dos Equipamentos Médico-Hospitalares, devendo a CONTRATANTE formalizar junto a CONTRATADA os novos critérios a serem adotados para a realização da qualificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares;

11.5.9. No ato de eventuais renovações de contrato e no fim de vigência deste, a CONTRATADA deverá realizar a Conferência Total do Cadastro de Equipamentos Médico-Hospitalares, que inclui a atualização da qualificação dos EMH, a verificação física dos EMH, e caso necessário a atualização das informações cadastrais e/ou reposição da etiqueta de identificação dos Equipamentos Médico-Hospitalares;

11.5.10. A CONTRATADA deverá concluir a Conferência Total do Cadastro de Equipamentos Médico-Hospitalares em até 30 (trinta) dias corridos a contar a partir da data de eventuais renovações anuais de contrato ou da data de fim de vigência do contrato, devendo entregar à CONTRATANTE, dentro deste prazo, o referido Cadastro, em formato impresso e digital, sendo no mínimo 01 (um) volume

do documento impresso e encadernado, e 01 (um) volume do documento em mídia digital contendo arquivo digital totalmente editável;

11.5.11. Caso, ao término do contrato, a CONTRATADA não realize a Conferência Total do Cadastro de Equipamentos Médico-Hospitalares, e respectiva entrega à CONTRATANTE do Cadastro de Equipamentos Médico-Hospitalares, em formato impresso e digital, conforme pactuado neste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita a sanções contratuais, além disto a CONTRATANTE poderá vincular o pagamento da última fatura a conclusão deste serviço;

11.5.12. A CONTRATADA será responsável pelo registro de todo e qualquer serviço referente ao Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE, devendo registrar no software dedicado de gestão de Engenharia Clínica, em até 2 (duas) horas úteis a contar a partir do fim do serviço, todas as informações referentes aos serviços realizados;

#### **11.6. Instalação e Desinstalação de Equipamento Médico-Hospitalar:**

11.6.1. A CONTRATADA será responsável por realizar a instalação e/ou desinstalação, ou seja, montagem e/ou desmontagem, dos Equipamentos Médico-Hospitalares, sempre que necessário.

#### **11.7. Recebimento e Aceitação dos Equipamentos:**

11.7.1. A cada Equipamento Médico-Hospitalar adquirido pela CONTRATANTE, ou a cada EMH que retorne de serviço externo, a CONTRATADA deverá apoiar a CONTRATANTE na realização do recebimento, conferência, instalação e testes de aceitação destes EMH;

11.7.2. O processo de recebimento, conferência, instalação e testes de aceitação de Equipamentos Médico-Hospitalares deverá contemplar o recebimento dos EMH, a verificação da integridade de embalagem de modo a garantir que o Equipamento Médico-Hospitalar não sofreu avaria no transporte, a conferência da compatibilidade da ordem de compra ou ordem de serviço para verificar que o item entregue está de acordo com o demandado, sempre que tratar-se de aquisição o item deverá ser aberto e conferido em conjunto e na presença do fornecedor, a execução ou acompanhamento da instalação do EMH, e a realização ou acompanhamento dos testes de aceitação do Equipamento Médico-Hospitalar, inserindo sempre todas as informações no software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.

#### **11.8. Manutenção Corretiva:**

11.8.1. A CONTRATADA será responsável pelo Atendimento Técnico de todo e qualquer Chamado Técnico referente ao Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE;

11.8.2. A solicitação do Chamado Técnico para a CONTRATADA implica no início da contagem do Prazo de Atendimento Técnico e do Prazo de Reparo;

##### **11.8.3. O Prazo de Atendimento Técnico não poderá exceder a 02 (dois) dias úteis;**

11.8.4. **O Prazo de Reparo não poderá exceder a 10 (dez) dias úteis**, ou 60 (sessenta) dias corridos para aqueles reparos que envolvam peças com importação comprovada, salvo casos excepcionais e com a concordância por escrito da CONTRATANTE;

**11.8.5. O Prazo de Atendimento Técnico e o Prazo de Reparo terão início de vigência a partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato;**

11.8.6. Os atendimentos Técnicos podem, a critério da CONTRATANTE, ser precedidos de tentativa de diagnóstico/reparo pela Equipe da Área Assistencial por intermédio de consulta aos técnicos especialistas da CONTRATADA;

11.8.7. É facultado à CONTRATADA elaborar planos de manutenção e suporte que incluam treinamento especializado para os locais de instalação dos equipamentos/conjuntos, visando maximizar a eficiência das Consultas Técnicas, minimizar necessidade de Chamados Técnicos etc., desde que tais treinamentos não impliquem ônus para a CONTRATANTE;

11.8.8. Para todo Atendimento Técnico deverá ser feito um Documento de Manutenção Corretiva cuja cópia deve ser entregue a CONTRATANTE, do qual conste no mínimo:

- 11.8.8.1. Data na qual a assistência técnica foi acionada, e das demais ações executadas;
- 11.8.8.2. Nomes dos responsáveis pelo chamado, pelo atendimento e pela comprovação do restabelecimento de funcionamento, com as respectivas assinaturas destes;
- 11.8.8.3. Descrição do(s) equipamento(s) envolvido(s), inclusive com modelo, número de série e outros códigos identificadores;
- 11.8.8.4. Descrição da(s) anormalidade(s) observada(s);
- 11.8.8.5. Providências tomadas, reparos efetuados e/ou peças substituídas, com as respectivas datas de execução;
- 11.8.8.6. Resultado(s) do(s) teste(s) aplicado(s);
- 11.8.8.7. O status final do atendimento da assistência técnica que foi prestada.

11.8.9. A CONTRATADA será responsável pela execução de Manutenção Corretiva de Baixa e Média complexidade no Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE, que são caracterizadas por não exigirem conhecimento do projeto de fabricação do Equipamento Médico-Hospitalar, não exigir conhecimento ou mão de obra especializada de fábrica, e somente exigirem a aplicação de peças disponíveis em estoque ou que possam ser encontradas no mercado. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual aplicação de peças para execução de Manutenção Corretiva de Baixa e Média complexidade, utilizando para isso o valor previsto para aplicação de peças e serviços especializados, conforme pactuado neste Termo de Referência;

11.8.10. Para a execução de Manutenção Corretiva de Alta Complexidade, que são caracterizadas por exigirem conhecimento do projeto de fabricação do Equipamento Médico-Hospitalar, exigirem conhecimento ou mão de obra especializada de fábrica, ou a aplicação de peças não disponíveis no mercado, a CONTRATADA poderá realizar a aplicação de serviços especializados. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual aplicação de serviços especializados para execução de Manutenção Corretiva de Alta complexidade, utilizando para isso o valor previsto para aplicação de peças e serviços especializados, conforme pactuado neste Termo de Referência;

11.8.11. Em toda e qualquer Manutenção Corretiva, cuja intervenção possa resultar em alteração dos parâmetros do Equipamento Médico-Hospitalar, a CONTRATADA deverá realizar a respectiva Calibração do EMH antes de liberar o mesmo ao setor de origem;

## **11.9. Manutenção Preventiva, Calibração, Teste de Segurança Elétrica, Ronda Geral e Ronda Setorial:**

11.9.1. A CONTRATADA deverá elaborar procedimentos operacionais de Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica para o Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE, de acordo com o preconizado pelo fabricante e pelas normas incidentes, e por este Termo de Referência;

11.9.2. A CONTRATADA deverá desenvolver e implantar um Plano Anual de Manutenção Programada do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE, de modo a reduzir a incidência de Manutenção Corretiva, prevendo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais, e aumentando a confiabilidade e segurança do Parque de EMH. Devendo o Plano Anual ser divulgado para os responsáveis de cada setor envolvido, de modo que sejam disponibilizados os equipamentos quando no período programado;

11.9.3. O Plano Anual de Manutenção Programada do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE deverá planejar a SEMANA/ANO que será executada a Manutenção Programada, sendo considerada como fora do prazo toda e qualquer Manutenção Programada que não for executada na SEMANA/ANO planejada;

11.9.4. A Parcela, relativa a Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica do Plano Anual de Manutenção Programada do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE, deverá ser desenvolvida com base na qualificação supracitada dos Equipamentos Médico-Hospitalares em níveis de criticidade, conforme segue modelo abaixo. Sendo assim o Plano Anual de Manutenção Programada de NÍVEL BÁSICO;

11.9.5. A critério da CONTRATANTE, a Parcela, relativa a Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica do Plano Anual de Manutenção Programada do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE poderá ser desenvolvida, com base tanto na qualificação supracitada dos Equipamentos Médico-Hospitalares em níveis de criticidade, como também na quantificação fundamentada no Histórico de Manutenção dos Equipamentos, conforme segue modelo abaixo. Sendo assim o Plano Anual de Manutenção Programada de NÍVEL AVANÇADO;

11.9.6. Histórico de Manutenção:

11.9.6.1. O indicador a ser utilizado para quantificação do Plano Anual de Manutenção Programada será extraído do histórico de manutenção. Este indicador é o “Tempo Médio entre Falhas” - MTBF (*“Mean Time Between Failures”*);

11.9.6.2. O MTBF é uma medida de confiabilidade, cujo valor atribuído indica quando poderá ocorrer uma falha no aparelho em questão. Quanto maior for este índice, maior será a confiabilidade no equipamento e, conseqüentemente, a manutenção será avaliada em questões de eficiência;

11.9.6.3. No Plano Anual de Manutenção Programada, para fins de simplificação, o MTBF deverá ser pura e simplesmente a média aritmética dos tempos entre falhas de um equipamento, no período de um ano;

11.9.6.4. O MTBF, no Plano Anual de Manutenção Programada, será quantificado por família de equipamentos no período de um ano e será chamado de “MTBF<sub>EMH</sub>”, ou seja, em um determinado parque de equipamentos, o MTBF<sub>CARDIOVERSOR</sub> de todo e qualquer CARDIOVERSOR em um ano específico será a média dos MTBF’s de todos os CARDIOVERSORES deste parque de EMH neste ano;

11.9.6.5. Será criado ainda para Plano Anual de Manutenção Programada o índice “P<sub>EMH</sub>”, que será a periodicidade de Manutenções Programadas de uma família de equipamentos, e no geral seu valor inicial, e máximo, será de 1 ano, com algumas exceções tratadas mais adiante. Por isso o cálculo do MTBF<sub>EMH</sub> é realizado em períodos de um ano;

11.9.6.6. O quadro abaixo apresenta a quantificação, conforme o MTBF<sub>EMH</sub> e o P<sub>EMH</sub>, definida para desenvolver o Plano Anual de Manutenção Programada de Equipamentos Médico-Hospitalares através do MTBF<sub>EMH</sub> e do P<sub>EMH</sub>:

QUALIFICAÇÃO	MTBF <sub>EMH</sub> x P <sub>EMH</sub>
ALTA	MTBF <sub>EMH</sub> < 75% do P <sub>EMH</sub>
MÉDIA	75% do P <sub>EMH</sub> ≤ MTBF <sub>EMH</sub> ≤ 125% do P <sub>EMH</sub>
BAIXA	MTBF <sub>EMH</sub> > 125% do P <sub>EMH</sub>

11.9.6.7. O MTBF poderá quantificar o Plano Anual de Manutenção Programada, e também reprogramá-lo anualmente, com a obtenção do novo MTBF calculado a cada ano e sua aplicação ao Plano Anual de Manutenção Programada;

11.9.6.8. Deve-se ter muito cuidado ao analisar o indicador MTBF, pois no seu cálculo pode-se ou não considerar falhas ocorridas devido a causas externas ao equipamento, como as instalações hospitalares, condições ambientais adversas, erro de operação do usuário e/ou mau uso do equipamento, que devem ser sanadas com outras medidas que não a manutenção preventiva.

11.9.7. Modelo para elaboração de da Parcela, relativa a Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica do Plano Anual de Manutenção Programada de Equipamentos Médico-Hospitalares:

11.9.7.1. Durante a estruturação da regulação sanitária dos produtos médicos, foi verificado que não é viável economicamente, nem justificável na prática, sujeitar todos os produtos médicos aos mais rigorosos controles sanitários disponíveis. Da mesma forma, para que o Modelo proposto seja realmente funcional, não é viável economicamente, nem justificável na prática, sujeitar todos os Equipamentos Médico-Hospitalares aos mais rigorosos Programas de Manutenção Programada. Dessa forma, o Modelo proposto será graduado em níveis, de forma a priorizar a Manutenção Programada em Equipamentos Médico-Hospitalares de acordo com as qualificações supracitadas, para adequação à realidade de cada Estabelecimento Assistencial de Saúde;

11.9.7.2. O quadro abaixo apresenta os níveis propostos para o Modelo de acordo com as qualificações e quantificações definidas:

NÍVEL DO PROGRAMA	QUALIFICAÇÃO			QUANTIFICAÇÃO
	RECOMENDAÇÕES	IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA	CLASSE DE RISCO	$MTBF_{EMH} \times P_{EMH}$
BÁSICO	ALTA	ALTA	ALTA	NÃO USA
AVANÇADO	ALTA e MÉDIA	ALTA e MÉDIA	ALTA e MÉDIA	USA

11.9.7.3. No Plano Anual de Manutenção Programada, a Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares deverão, agrupadas, ser compostas, sempre que aplicável, basicamente pelos seguintes procedimentos:

- Limpeza interna e externa do equipamento;
- Verificação da integridade física e funcional do equipamento;
- Troca de peças e acessórios com vida útil vencida;
- Ajustes Físicos e Lubrificação geral;
- Testes de desempenho;
- Calibração do equipamento;
- Ajuste dos parâmetros, quando necessário;
- Troca da bateria de alimentação elétrica do equipamento;
- Verificação do IPEM e colocação de selo do INMETRO;
- Teste de segurança elétrica.

11.9.7.4. No Modelo proposto, a Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica, agrupadas, serão divididas em duas categorias:

- ABRANGENTES: Englobam todos os procedimentos supracitados;

b) ESPECÍFICAS: Englobam apenas algum ou alguns dos procedimentos supracitados.

11.9.7.5. Toda a Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica, agrupadas, tratadas neste Termo de Referência serão do tipo abrangentes, exceto as Manutenções Programadas originadas de Recomendações, que podem a critério da CONTRATANTE ser do tipo específicas ou abrangentes;

11.9.7.6. A realização de Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica em famílias de equipamentos, onde todos os seus critérios de qualificação tenham prioridade BAIXA, pode representar custos que não implicarão em nenhum benefício significativo à instituição, por isso, foram descartadas dos dois níveis do Modelo proposto;

11.9.7.7. Para o Modelo proposto foi criado o índice “P<sub>EMH</sub>”, que será a periodicidade de Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica de uma família de equipamentos, e recomenda-se que seu valor inicial, e máximo, seja de 1 ano conforme recomendações da norma ABNT NBR 15943:2011, com exceção de equipamentos que tenham sua quantificação de Manutenções Programadas Específicas regida por Recomendação com qualificação ALTA ou MÉDIA, onde recomenda-se que o valor inicial, e máximo, para este índice seja o da própria Recomendação;

11.9.7.8. Segue abaixo o Fluxograma do Modelo proposto, com a qualificação e quantificação das famílias de Equipamentos Médico-Hospitalares:

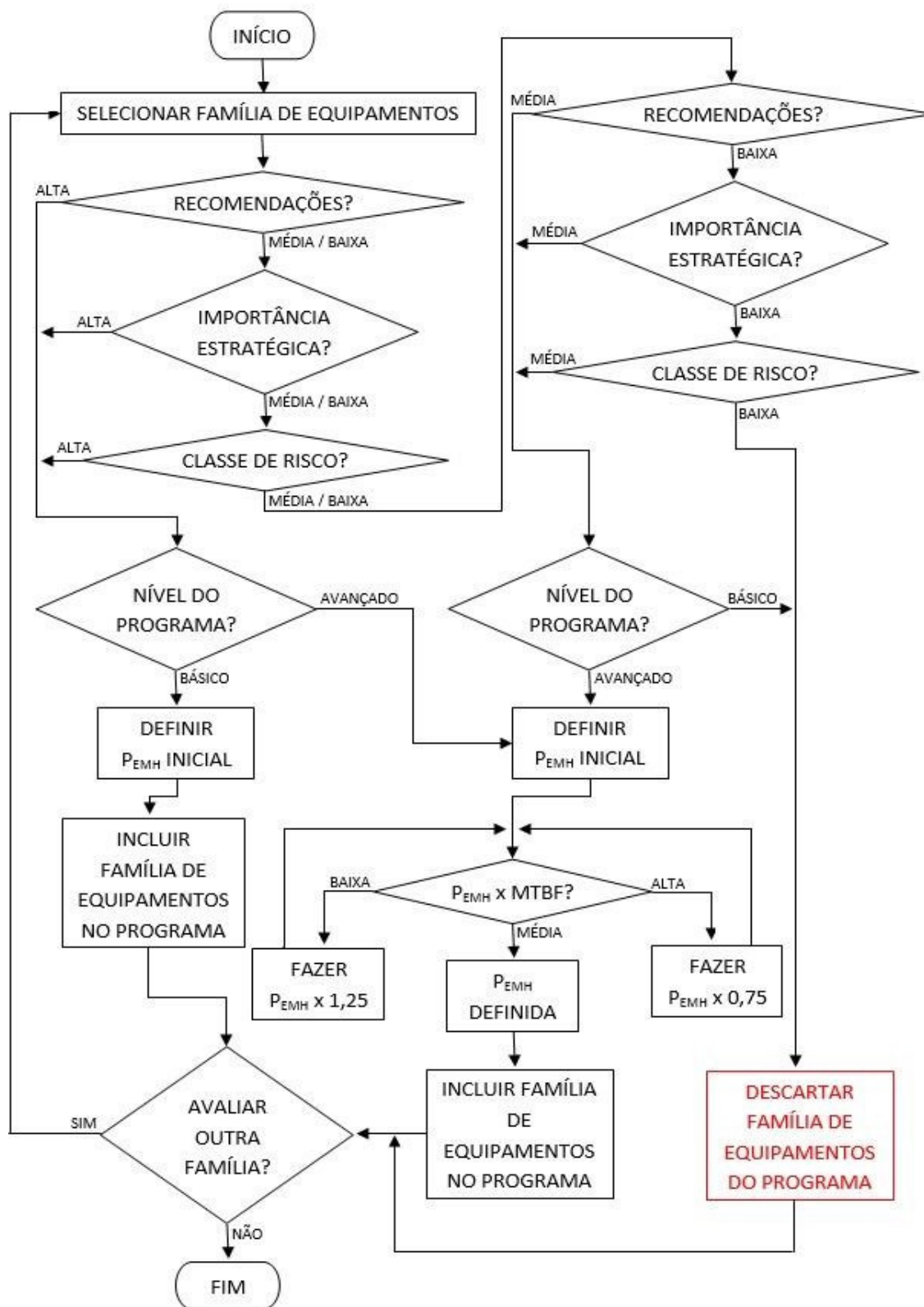


Figura 02 – Fluxograma do Modelo proposto

11.9.8. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas referentes a Verificação do IPEM e colocação de selo do INMETRO, sempre que aplicável conforme procedimentos supracitados das Manutenções Programadas, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

11.9.9. A Primeira Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica de todos os Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE abrangidos no Plano Anual de Manutenção Programada deverá ser realizada em até 90 dias após a data de assinatura do contratado;

11.9.10. Após a realização de cada Manutenção Preventiva, Calibração e/ou Teste de Segurança Elétrica em Equipamento Médico-Hospitalar da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá emitir respectivamente um Documento de Manutenção Preventiva, Certificado de Calibração e/ou Certificado de Teste de Segurança Elétrica, e colocar uma Etiqueta de Manutenção Programada, contendo no mínimo o tipo de serviço, o número do documento gerado, o nome da empresa e do técnico executor, a data de execução e a data útil limite da SEMANA/ANO da próxima Manutenção Preventiva planejada;

11.9.11. A Etiqueta de Manutenção Programada deverá ser fornecida, e substituída quando necessário, pela CONTRATADA, devendo ser utilizada etiqueta de auto-adesiva, confeccionada em material poliéster metalizado e que não danifique com a rotina de higienização dos equipamentos, em formato retangular com bordas abauladas e com as seguintes dimensões aproximadas largura (80 mm) e altura (40 mm), e devendo conter ainda os nomes “ENGENHARIA CLÍNICA” e “CÓDIGO DO HOSPITAL”, conforme segue o Modelo de Etiqueta de Manutenção Preventiva ilustrado na “FIGURA 03”;

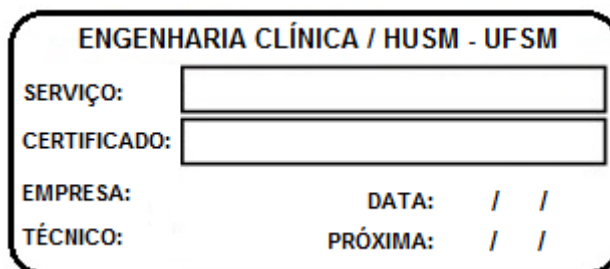


Figura 03 – Modelo de Etiqueta de Manutenção Preventiva

11.9.12. No Plano Anual de Manutenção Programada, as Rondas Gerais e Rondas Setoriais, deverão ser realizadas respectivamente com Periodicidade Semanal e Periodicidade Mensal, sendo a Ronda Geral realizada em todos os setores do hospital com Equipamentos Médico-Hospitalares e a Ronda Setorial realizada apenas nos setores críticos do hospital (Centro Cirúrgico/Obstétrico/ Recuperação Anestésica/CME, Unidade de Cuidados Intensivos e Semi-Intensivos, Unidade de Diagnóstico por Imagem, Unidade de Métodos Gráficos, Unidade de Laboratório de Análises Clínicas, Unidade de Laboratório de Anatomia Patológica, e Ambulatório);

11.9.13. Na execução de Rondas Gerais e Rondas Setoriais deverão ser utilizados respectivamente os modelos do “ANEXO XIV - MODELO DE RONDA GERAL” e “ANEXO XV - MODELO DE RONDA SETORIAL”;

11.9.14. A CONTRATADA será responsável pela execução de Rondas Gerais e Rondas Setoriais nos setores do hospital com Equipamentos Médico-Hospitalares;

11.9.15. A CONTRATANTE poderá optar, a qualquer tempo, pela utilização de alguma outra metodologia de qualificação e/ou quantificação, e/ou por outro Modelo para desenvolver o Plano Anual de Manutenção Programada, devendo a CONTRATANTE formalizar junto a CONTRATADA os novos critérios a serem adotados para a realização da qualificação e/ou quantificação, e/ou o novo Modelo adotado para desenvolver o Plano Anual de Manutenção Programada do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE;

11.9.16. O Contratado deverá entregar ao CONTRATANTE um Plano Anual de Manutenção Programada dos Equipamentos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato;

11.9.17. A CONTRATADA deverá em até 30 (trinta) dias corridos a contar a partir da data de eventuais renovações anuais de contrato ou da data de fim de vigência do contrato, entregar à CONTRATANTE, o Banco de Procedimentos Operacionais de Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica elaborado, em formato digital, sendo no mínimo 01 (um) volume do Banco de Procedimentos Operacionais em mídia digital contendo arquivos digitais totalmente editáveis;

11.9.18. Caso, ao término do contrato, a CONTRATADA não realize a entrega à CONTRATANTE do Banco de Procedimentos Operacionais, em formato digital, conforme pactuado neste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita a sanções contratuais, além disto a CONTRATANTE poderá vincular o pagamento da última fatura a conclusão deste serviço.

#### **11.10. Aplicação de Peças e Serviços Especializados:**

11.10.1. O **VALOR ANUAL PREVISTO** para Aplicação de Peças e Serviços Especializados será de 2% do valor estimado do parque de equipamentos do HUSM, especificado neste termo de referência, a ser empregado sob demanda; desse total, 70% (setenta por cento) corresponde a aplicação de peças e 30% (trinta por cento) corresponde a serviços especializados.

11.10.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a aplicação de peças para execução de Manutenção Corretiva de Baixa e Média complexidade em Equipamentos Médico-Hospitalares, utilizando para isso o valor previsto para emprego de peças e serviços especializados, conforme pactuado neste Termo de Referência;

11.10.3. Sobre o conceito de peças subentende-se toda e qualquer peça, componente, acessório e/ou material auxiliar, consumíveis ou não, necessários para reparar um Equipamento Médico-Hospitalar e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido;

##### **11.10.4. Condições e Prazos para Aplicação de Peças:**

11.10.4.1. Quando a CONTRATADA julgar necessário o emprego de peça, esta deverá indicar a necessidade de aplicação de peça para a CONTRATANTE;

11.10.4.2. A CONTRATANTE fará imediatamente a verificação da real necessidade de aplicação da(s) peça(s) indicada(s) pela CONTRATADA, e mediante a confirmação desta necessidade a CONTRATANTE prontamente autorizará o início do processo de aplicação desta(s) peça(s) pela CONTRATADA;

11.10.4.3. A CONTRATADA deverá apresentar orçamento, visando a aplicação das peças, podendo a CONTRATANTE realizar orçamento complementar para verificação do preço orçado pela CONTRATADA;

11.10.4.4. A CONTRATANTE deverá aprovar formalmente a aplicação das peças referente aos orçamentos apresentados, ficando a CONTRATADA obrigada a aplicar a peça pelo menor valor, dentre os preços orçados;

11.10.4.5. Visando a celeridade no processo de manutenção e antevendo-se a aplicação de algumas peças ordinárias, a CONTRATANTE poderá indicar a CONTRATADA a necessidade de antecipação da entrega destas peças para agilizar futuras aplicações;

11.10.4.6. Deverão ser aplicadas e/ou antecipadas apenas peças novas, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de peças reconcondicionadas, recicladas, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado, exceto quando expressamente autorizado pela CONTRATANTE;

11.10.4.7. As peças a serem aplicadas e/ou antecipadas deverão ser entregues a CONTRATANTE, com cópia da nota fiscal da peça para simples conferência do valor de aplicação;

11.10.4.8. **As peças deverão ser fornecidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, ou 60 (sessenta) dias corridos para peças com importação comprovada, contados a partir da data de autorização do início do processo de aplicação das peças e/ou solicitação de antecipação das peças pela CONTRATANTE.

11.10.5. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual aplicação de serviços especializados para execução de Manutenção Corretiva de Alta Complexidade em EMH, utilizando para isso o valor previsto para peças e serviços especializados, conforme pactuado neste Termo de Referência;

11.10.6. Sobre o conceito de serviços especializados subentende-se todo e qualquer serviço que exigir conhecimento ou mão de obra especializada de fábrica, ou a substituição de peças não disponíveis no mercado, necessários para reparar um EMH e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido;

11.10.7. Condições e Prazos para Aplicação de Serviços Especializados:

11.10.7.1. Quando a CONTRATADA julgar necessário o emprego de serviço especializado, esta deverá indicar a necessidade de aplicação de serviço especializado para a CONTRATANTE;

11.10.7.2. A CONTRATANTE fará imediatamente a verificação da real necessidade de aplicação do(s) serviço(s) especializado(s) indicado(s) pela CONTRATADA, e mediante a confirmação desta necessidade a CONTRATANTE prontamente autorizará o início do processo de aplicação deste(s) serviço(s) especializado(s) pela CONTRATADA;

11.10.7.3. A CONTRATADA deverá apresentar orçamento, visando a aplicação dos serviços especializados, podendo a CONTRATANTE realizar orçamento complementar para verificação do preço orçado pela CONTRATADA;

11.10.7.4. A CONTRATANTE deverá aprovar formalmente a aplicação dos serviços especializados referente aos orçamentos apresentados, ficando a CONTRATADA obrigada a aplicar o serviço especializado pelo menor valor, dentre os preços orçados;

11.10.7.5. Os serviços especializados a serem aplicados deverão ser prestados a CONTRATANTE, com cópia da nota fiscal do serviço especializado para simples conferência do valor de aplicação;

11.10.7.6. **Os serviços especializados deverão ser fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de autorização do início do processo de aplicação dos serviços especializados pela CONTRATANTE, exceto quando houver importação de peças e salvo casos excepcionais.

**11.10.8. O pagamento do Valor de Aplicação de Peças e Serviços Especializados será efetuado mensalmente, somente quando da aplicação e/ou antecipação de peça e quando da aplicação de serviço especializado,** nos valores referentes ao total de peças aplicadas e/ou antecipadas no período mais respectivo BDI (ma) incidente e ao total de serviços especializados aplicados no período mais respectivo BDI (se) incidente, mediante apresentação à CONTRATANTE, de respectivo Relatório de Aplicação de Peças e Serviços Especializados do período, e após o devido atesto deste pela CONTRATANTE;

**11.10.9. O Relatório de Aplicação de Peças e Serviços Especializados** deverá conter, a relação de aplicações e/ou antecipações de peças e de aplicações de serviços especializados, com os itens aplicados e/ou antecipados, aplicação, data, valor unitário e total dos itens, mais o respectivo BDI (ma) e BDI (se) incidentes respectivamente sobre peças e serviços especializados, respectivas cópias das notas fiscais das peças e serviços especializados, e o valor total despendido no período com as aplicações e/ou antecipações de peças e as aplicações de serviços especializados, além do “VALOR TOTAL MENSAL DA APLICAÇÃO DE PEÇAS COM BDI (ma)” e do “VALOR TOTAL MENSAL DA APLICAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COM BDI (se)”;

**11.10.10.** É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação de garantia total, de no mínimo 03 meses, para toda e qualquer peça aplicada e/ou antecipada e para todo e qualquer serviço especializado aplicado para execução de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE, a contar da data de entrega da peça ou da data de prestação do serviço especializado.

#### **11.11. Acompanhamento de Intervenções Técnicas:**

**11.11.1.** A CONTRATADA deverá apoiar no acompanhamento de todas as intervenções técnicas em Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE, executadas por outras empresas contratadas pelo Hospital Universitário, registrando todas as intervenções em software dedicado de gestão de Engenharia Clínica, e apoiando ainda em outros aspectos da gestão destes contratos de manutenção de EMH, tais como gestão das Manutenções Preventivas e validade dos contratos;

#### **11.12. Inativação de Equipamento Médico-Hospitalar:**

**11.12.1.** Quando a CONTRATADA julgar pertinente a Solicitação de Inativação de Equipamento Médico-Hospitalar da CONTRATANTE, esta deverá emitir Laudo Técnico para a CONTRATANTE, acompanhando e justificando tal Solicitação;

**11.12.2.** A CONTRATANTE avaliará a Solicitação de Inativação de Equipamento Médico-Hospitalar feita pela CONTRATADA e emitirá um Parecer Técnico APROVANDO ou REPROVANDO a Solicitação de Inativação de Equipamento feita pela CONTRATADA;

**11.12.3.** Quando da aprovação da Inativação do Equipamento Médico-Hospitalar, por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá excluir do Plano Anual de Manutenção Programada as Manutenções Programadas Planejadas para este Equipamento.

#### **11.13. Plano de Treinamento:**

**11.13.1.** A CONTRATADA deverá elaborar treinamentos operacionais para os usuários de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE, tendo como escopo itens como instruções operacionais, princípios de funcionamento, montagem do equipamento e acessórios, limpeza e desinfecção, solução de problemas etc.;

**11.13.2.** A CONTRATADA deverá desenvolver e implantar um Plano Anual de Treinamento do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE, de modo a auxiliar na melhoria contínua do uso e cuidado dos equipamentos, e da exploração dos recursos tecnológicos disponíveis, reduzindo assim a incidência de Manutenção Corretiva por mau uso, e aumentando a confiabilidade, segurança e eficiência no uso do Parque de EMH. Devendo o Plano Anual ser divulgado para os

responsáveis de cada setor envolvido, de modo que sejam disponibilizados os colaboradores quando no período programado;

11.13.3. A CONTRATADA deverá desenvolver o Plano Anual de Treinamento, fundamentado no Histórico de Manutenção dos Equipamentos Médico-Hospitalares e nos equipamentos apontados pelo corpo clínico da CONTRATANTE como os mais críticos em termos de uso;

11.13.4. Além do Plano Anual de Treinamento, a CONTRATADA deverá realizar treinamentos, individuais ou coletivos, seja preventivamente e/ou sempre que constatados erros operacionais dos usuários, demandas de manutenção por mau uso do equipamento e acessórios por parte dos operadores, e demais incidências que possam inviabilizar o uso do equipamento;

11.13.5. A CONTRATADA deverá apoiar a realização de treinamentos em EMH por outras empresas vinculadas a CONTRATANTE;

11.13.6. A CONTRATADA deverá apoiar a CONTRATANTE no intuito de garantir que os equipamentos sejam utilizados somente por profissionais comprovadamente treinados para este fim;

11.13.7. A CONTRATADA deverá documentar em ata própria da CONTRATANTE todas as informações pertinentes aos treinamentos operacionais realizados, tais como: nome de participantes e respectivas assinaturas, carga horária, data de realização, e conteúdo programático do treinamento.

#### **11.14. Central de Equipamentos Médico-Hospitalares:**

11.14.1. A CONTRATADA deverá realizar a Operacionalização da Central de Equipamentos Médico-Hospitalares, controlando o recebimento e entrega de equipamentos na central, e realizando a desinfecção e testes operacionais nos equipamentos recebidos;

11.14.2. A CONTRATADA deverá notificar toda e qualquer falha em equipamentos recebidos na Central;

11.14.3. A CONTRATADA deverá efetuar o registro de todos os testes operacionais realizados em equipamentos na Central.

#### **11.15. Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica:**

11.15.1. A gestão do Serviço Técnico Especializado em Engenharia Clínica deverá, obrigatoriamente, ser executada com o auxílio de ferramenta de software dedicado de gestão de Engenharia Clínica;

11.15.2. O software deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA, sem nenhum ônus adicional para CONTRATANTE, durante todo o período de vigência do contrato;

11.15.3. O software deverá possuir sistema 100% Web e em interface intuitiva, sendo executado inteiramente no navegador de Internet, e devendo ser totalmente compatível com os navegadores Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome e Safari, e com os sistemas operacionais Windows, MacOS, Linux e Unix;

11.15.4. O software deverá possuir as seguintes funções mínimas:

11.15.4.1. Cadastro de usuários para gestão do sistema, com níveis de acesso diversos, sem limitação da quantidade de usuários cadastrados;

11.15.4.2. Cadastro de setores da instituição de forma hierárquica, e vinculados a centros de custo;

- 11.15.4.3. Cadastro de Fornecedores e/ou Prestadores de Serviço;
- 11.15.4.4. Cadastro de recursos humanos, ou seja, equipe de Engenharia Clínica;
- 11.15.4.5. Cadastro completo dos equipamentos com código de identificação, nomenclatura, situação, localização, marca, modelo, série, patrimônio, qualificação, custo de substituição, data de aquisição, data de instalação, foto, cobertura de garantia ou contrato de manutenção etc.;
- 11.15.4.6. Controle de transferência de equipamentos entre setores/local distintos, com registro de histórico;
- 11.15.4.7. Permitir a gestão dos equipamentos pelo código de identificação, número de série e/ou patrimônio;
- 11.15.4.8. Permitir a abertura de Chamados por usuários dos setores, possibilitando a análise dos chamados e a conversão destes em Ordens de Serviço, seja de forma automática ou de forma manual;
- 11.15.4.9. Permitir a priorização das Ordens de Serviço através da qualificação dos equipamentos;
- 11.15.4.10. Permitir o cadastro de Ordens de Serviço tanto vinculadas a equipamentos como também vinculadas a setores;
- 11.15.4.11. Cadastro de peças e estoque, com baixa de peças automática através do lançamento das mesmas em Ordens de Serviço, incluindo ainda alerta para peças com quantitativo abaixo do estoque mínimo pré-estabelecido;
- 11.15.4.12. Cadastro de Ordem de Serviço com datas e horários do início/fim do atendimento e do início/fim dos diversos serviços, peças, mão de obra, ocorrências, causa das ocorrências, serviços e respectivos técnicos executores, prestadores de serviço, responsável, pendências, custos de peças e/ou serviços, fotos etc.;
- 11.15.4.13. Permitir a anexação de documentos (pdf, doc e/ou xls) e/ou fotos tanto no cadastro de equipamentos como também no cadastro de Ordens de Serviço;
- 11.15.4.14. Cadastro de Planos de Manutenção;
- 11.15.4.15. Geração automática de Ordens de Serviço para intervenções cadastradas em Planos de Manutenção, com alerta das Ordens de Serviço geradas;
- 11.15.4.16. Cadastro de Contratos de Manutenção, e Garantias de Compra e/ou Serviço;
- 11.15.4.17. Alertas para o vencimento de Contratos e/ou Garantias;
- 11.15.4.18. Controle de entrada e saída de equipamentos;
- 11.15.4.19. Permitir a pesquisa dos Equipamentos e/ou das Ordens de Serviço cadastradas, através de diversos filtros tais como período, situação, equipamento, localidade, contrato etc;
- 11.15.4.20. Cadastro de Manuais;
- 11.15.4.21. Cadastro de especificações técnicas por tipo de equipamento.

11.5.5. O software deverá possuir os seguintes indicadores mínimos:

- 11.15.5.1. Tempo Médio de Atendimento (TMA);
- 11.15.5.2. Tempo Médio de Reparo (TMR);
- 11.15.5.3. Performance de Manutenções Programadas (PMP);
- 11.15.5.4. Performance de Treinamento (PT);
- 11.15.5.5. Performance de Resolutividade Interna (PRI);
- 11.15.5.6. Performance de Disponibilidade Operacional dos Equipamentos (PDOE);
- 11.15.5.7. Performance de Manutenção Executada (PME);
- 11.15.5.8. Performance de Rechamado de Manutenção (PRM);
- 11.15.5.9. Produtividade por Técnico;
- 11.15.5.10. Tempo Médio entre Falhas (MTBF - Mean Time Between Failures);
- 11.15.5.11. Performance do custo de manutenção pelo custo de substituição, Geral e por equipamento.

11.15.6. O software deverá permitir a criação de metas para os indicadores;

11.15.7. O software deverá emitir os seguintes relatórios mínimos:

- 11.15.7.1. Cadastro de Equipamentos por código de identificação, nomenclatura, situação, localização, centro de custo, marca, modelo, série, patrimônio, qualificação, data de aquisição, data de instalação, cobertura de garantia ou contrato de manutenção etc.;
- 11.15.7.2. Ordens de Serviço por setor, centro de custo, período, equipamento, técnico, situação etc.;
- 11.15.7.3. Planos de Manutenção cadastrados;
- 11.15.7.4. Contratos cadastrados;
- 11.15.7.5. Estoque de peças;
- 11.15.7.6. Relatórios de Gestão (Mensal, Trimestral e Anual).

11.15.8. Indicadores por equipamento, setor, empresa, técnico etc.

11.15.9. O Software deverá permitir a inserção de logotipos da CONTRATANTE no sistema, para inclusão destes logotipos no cabeçalho de relatórios;

11.15.10. O software deverá permitir a impressão dos relatórios e/ou a exportação destes em formato pdf, html, doc e/ou xls;

11.15.11. A CONTRATANTE deverá disponibilizar login e senha, para todos os usuários do software, com níveis de acesso diversos, conforme indicações da CONTRATANTE, sem limitações da quantidade de usuários. Dentre os usuários do sistema estão:

- 11.15.11.1. Toda a equipe técnica da CONTRATADA;
- 11.15.11.2. A equipe de Engenharia Clínica, apoio administrativo e gestores da CONTRATANTE;
- 11.15.11.3. Os responsáveis pela abertura e acompanhamento dos chamados técnicos dos setores de Equipamentos Médico-Hospitalares.

11.15.12. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a qualificação dos usuários do software, de acordo com o nível de acesso indicado;

11.15.13. Toda a equipe da CONTRATADA deverá estar qualificada para operação plena do software dedicado de gestão de Engenharia Clínica;

11.15.14. O software deverá possuir sistema de segurança que permita a utilização do sistema somente conforme o respectivo nível de acesso de cada usuário;

11.15.15. Toda a base de dados do software será de propriedade da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA, ao final do contrato, exportar todos os dados e, em até 30 (trinta) dias corridos a contar a partir da data de fim de vigência do contrato, entregar à CONTRATANTE, a base de dados, em formato digital, sendo no mínimo 01 (um) volume da base de dados em mídia digital contendo arquivos digitais totalmente editáveis;

11.15.16. Caso, ao término do contrato, a CONTRATADA não realize a entrega da base de dados à CONTRATANTE, em formato digital, conforme pactuado neste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita a sanções contratuais, além disto a CONTRATANTE poderá vincular o pagamento da última fatura a conclusão deste serviço;

11.15.17. A CONTRATANTE, a seu critério e a qualquer tempo, poderá adquirir ou desenvolver um software dedicado de gestão de Engenharia Clínica, caso isto ocorra a CONTRATADA deverá então prover todo o apoio necessário para viabilizar a migração da base de dados do seu software para o software adquirido ou desenvolvido pela CONTRATADA, havendo ainda a possibilidade do uso paralelo de ambos os softwares pelo período que a CONTRATANTE demandar.

#### **11.16. Indicadores:**

11.16.1. A CONTRATADA deverá monitorar os seguintes indicadores mínimos, com metodologia de cálculo explanada no tópico “Acordos de Nível de Serviço”:

- 11.16.1.1. Tempo Médio de Atendimento (TMA);
- 11.16.1.2. Tempo Médio de Reparo (TMR);
- 11.16.1.3. Performance de Manutenções Programadas (PMP);
- 11.16.1.4. Performance de Treinamento (PT);
- 11.16.1.5. Performance de Resolutividade Interna (PRI);
- 11.16.1.6. Performance de Disponibilidade Operacional dos Equipamentos (PDOE);
- 11.16.1.7. Performance de Manutenção Executada (PME);
- 11.16.1.8. Performance de Rechamado de Manutenção (PRM);
- 11.16.1.9. Produtividade por Técnico;
- 11.16.1.10. Tempo Médio entre Falhas (MTBF - Mean Time Between Failures);
- 11.16.1.11. Performance do custo de manutenção pelo custo de substituição, Geral e por Equipamento Médico-Hospitalar.

11.16.2. A CONTRATANTE poderá definir metas internas para estes indicadores, apenas para acompanhamento do desempenho da Engenharia Clínica da instituição.

#### **11.17. Relatórios de Gestão:**

11.17.1. A CONTRATADA deverá, após cada período mensal de prestação do serviço, entregar e apresentar Relatório Mensal do serviço à CONTRATANTE, com as seguintes informações mínimas referentes ao período do serviço prestado:

- 11.17.1.2. Quantidade de Manutenções Corretivas abertas no período, abertas e/ou pendentes ao início do período, e executadas no período, incluindo percentual de Manutenções Corretivas executadas no período por Manutenções Corretivas abertas no período mais as abertas e/ou pendentes ao início do período;

11.17.1.3. Gráfico de tendência indicando o percentual solicitado no item anterior ao longo dos meses, ou seja, período a período, e acumulado por trimestre e por ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências;

11.17.1.4. Quantidade de Manutenções Programadas planejadas no período, planejadas e/ou pendentes ao início do período, e executadas no período, incluindo percentual de Manutenções Programadas executadas no período por Manutenções Programadas planejadas no período mais as planejadas e/ou pendentes ao início do período;

11.17.1.5. Gráfico de tendência indicando o percentual solicitado no item anterior ao longo dos meses, ou seja, período a período, e acumulado por trimestre e por ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências;

11.17.1.6. Relação sintética dos contratos de manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares, incluindo empresa, valor e abrangência;

11.17.1.7. Quantidade de Treinamentos planejados no período, planejados e/ou pendentes ao início do período, e executados no período, incluindo percentual de Treinamentos executados no período por Treinamentos planejados no período mais os planejados e/ou pendentes ao início do período;

11.17.1.8. Gráfico de tendência indicando o percentual solicitado no item anterior ao longo dos meses, ou seja, período a período, e acumulado por trimestre e por ano, com análise de resultados e justificativa das principais pendências;

11.17.1.9. Relação sintética de peças adquiridas e/ou serviços especializados subcontratados, juntamente com o serviço de alocação dos mesmos;

11.17.1.10. Indicação dos custos com aplicação de peças e serviços especializados em Equipamentos Médico-Hospitalares;

11.17.1.11. Avaliação do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica;

11.17.1.12. Apresentação dos indicadores mínimos monitorados, definidos neste Termo de Referência, com análise de cada resultado, principalmente em relação as metas internas definidas pela CONTRATANTE, e elaboração de Plano de Ação para os indicadores que estão fora da meta acumulada.

11.17.2. A CONTRATADA deverá entregar e apresentar Relatório Trimestral do serviço à CONTRATANTE, com as seguintes informações mínimas do período:

11.17.2.1. Todas as informações solicitadas nos Relatórios Mensais, estratificados por mês e acumulado por trimestre e do ano, com gráficos de tendência;

11.17.2.2. Planejamento Estratégico com a situação atual dos Equipamentos Médico-Hospitalares qualificados com nível de criticidade ALTA.

11.17.3. CONTRATADA deverá entregar e apresentar Relatório Anual do serviço à CONTRATANTE, com as seguintes informações mínimas do período:

11.17.3.1. Todas as informações dos Relatórios Trimestrais, estratificados por mês e acumulado por trimestre e do ano, com gráficos de tendência;

11.17.3.2. Apresentação dos indicadores mínimos monitorados, definidos neste Termo de Referência, com análise de cada resultado, principalmente em relação as metas internas definidas pela CONTRATANTE, e elaboração de estudo detalhado para os indicadores que não atingiram a meta anual definida pela CONTRATANTE.

11.17.3.3. Relação sintética de equipamentos desativados;

11.17.3.4. Planejamento Estratégico com a situação atual do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares.

11.17.4. Os Relatórios Mensais, Trimestrais e Anuais, supracitados, deverão ser entregues a CONTRATANTE, junto com a nota fiscal do período do respectivo relatório. Sendo a entrega destes relatórios condição prévia para o pagamento da NOTA FISCAL do respectivo período ao qual o relatório se refere.

#### **11.18. Planejamento Estratégico:**

11.18.1. A CONTRATADA deverá entregar e apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, um Planejamento Estratégico com a situação atual do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares, demonstrando a situação dos equipamentos em contraste com a necessidade de aparelhagem existente para atendimento às demandas reais e previstas da instituição, além de baseado em dados técnicos e/ou gerenciais sugerir estratégias de novas aquisições, substituição de equipamentos obsoletos (abrange EMH com custo de manutenção excessivo), alternativas disponíveis, remanejamento e manutenção dos equipamentos, visando atender da melhor forma possível as demandas da CONTRATANTE.

#### **11.19. Gerenciamento do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares:**

11.19.1. A CONTRATADA deverá apoiar a CONTRATANTE no gerenciamento do Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares, devendo acompanhar o andamento e a qualidade dos serviços, e manter o registro de todas as intervenções realizadas nos Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE;

#### **11.20. Equipe do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica:**

11.20.1. O dimensionamento da equipe para execução adequada do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo assegurar-se de que será suficiente para o cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência e seus Acordos de Nível de Serviço;

11.20.2. A Equipe do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica deverá ser composta de **Equipe Residente**, ou seja, fixa no local e horário de prestação do serviço, conforme estabelecido neste Termo de Referência, e de **Equipe Não Residente**, ou seja, não fixa no local de prestação do serviço, conforme também estabelecido neste Termo de Referência, porém sempre acessível para atender demandas da CONTRATANTE;

11.20.3. Conforme supracitado neste Termo de Referência, de forma a orientar o dimensionamento da Equipe Residente, através da quantidade de equipamentos, foi estimado, para executar o objeto deste contrato, como sugestão, uma **EQUIPE RESIDENTE MÍNIMA** composta por 06 (seis) colaboradores, sendo estes 01 (um) Supervisor Técnico, 03 (três) Técnicos em Equipamentos Médico-Hospitalares e 02 (dois) Auxiliares Técnicos em Equipamentos Médico-Hospitalares;

11.20.4. O quadro abaixo apresenta a qualificação mínima para cada função, e de forma não exaustiva as respectivas atribuições, da Equipe Residente do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica:

EQUIPE RESIDENTE		
FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
<u>Supervisor Técnico</u>	Tecnólogo, com Registro Profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e detentor de CAT - Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA que comprove a experiência deste na Prestação de Serviço de Manutenção Corretiva e Preventiva, com Calibração e Teste de Segurança Elétrica, em Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Supervisionar o desenvolvimento do serviço técnico especializado de engenharia clínica, atuando diretamente na execução dos mesmos sempre que necessário;</li> <li>✓ Realizar a distribuição das demandas de serviços técnicos entre os membros da equipe;</li> <li>✓ Realizar auditorias periódicas dos serviços em execução e executados;</li> <li>✓ Executar tarefas relativas ao planejamento, avaliação e controle da manutenção dos equipamentos médico-hospitalares;</li> <li>✓ Manter permanente contato com a CONTRATANTE, visando otimização de metas e objetivos;</li> <li>✓ Assessorar a CONTRATANTE nas áreas de gestão de equipamentos e tecnologia médica pertinentes às suas atribuições profissionais, quais sejam: elaboração de projetos básicos, assessorias técnicas, periciais, de fiscalização, de supervisão e gerenciamento de serviços;</li> <li>✓ Elaborar e assinar os Relatórios Mensal, Trimestral e Anual do serviço;</li> <li>✓ Promover e realizar treinamento técnico e orientação à equipe residente;</li> <li>✓ Promover e realizar treinamento operacional aos colaboradores indicados pela CONTRATANTE;</li> <li>✓ Solicitar a substituição de colaboradores que não estejam realizando as atividades dentro do esperado;</li> <li>✓ Solicitar a reposição de colaboradores, que eventualmente não possam comparecer ao trabalho;</li> <li>✓ Analisar as solicitações, e providenciar, quando necessário, a aplicação de peças e serviços especializados, conforme pactuado neste termo de Referência;</li> <li>✓ Providenciar a aquisição, manutenção e/ou reposição de ferramentas, instalações físicas, e materiais de escritório necessários à execução do serviço;</li> <li>✓ Seguir os fluxos estabelecidos pela CONTRATANTE.</li> </ul>

EQUIPE RESIDENTE		
FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
<u>Técnico em Equipamentos Médico-Hospitalares</u>	Técnico, com Registro Profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA. Ao menos metade dos Técnicos deve ser detentor de CAT - Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA que comprove a experiência deste na Prestação de Serviço de Manutenção Corretiva e Preventiva, com Calibração e Teste de Segurança Elétrica, em Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Executar os serviços técnicos em equipamentos médico-hospitalares;</li> <li>✓ Acompanhar os serviços realizados em EMH por outras empresas vinculadas a CONTRATANTE;</li> <li>✓ Acompanhar procedimentos cirúrgicos sempre que necessário;</li> <li>✓ Registrar todo e qualquer serviço executado, e/ou acompanhado, em equipamentos médico-hospitalares;</li> <li>✓ Emitir e Assinar certificados de manutenção preventiva, calibração e/ou teste de segurança elétrica;</li> <li>✓ Executar Rondas Gerais e Setoriais, emitir e assinar os documentos comprobatórios desta atividade;</li> <li>✓ Efetuar ações de prevenção de acidentes de trabalho, bem como situações que possam colocar em risco a segurança da edificação e de seus ocupantes;</li> <li>✓ Orientar colaboradores da CONTRATANTE quanto à operação de Equipamentos Médico-Hospitalares;</li> <li>✓ Efetuar levantamento de dados (equipamentos, infraestrutura, acessórios, etc.) de natureza técnica;</li> <li>✓ Efetuar a organização de arquivos técnicos;</li> <li>✓ Identificar e cadastrar todo o sistema e equipamentos;</li> <li>✓ Efetuar a organização do local de trabalho, como bancada técnica, ferramentas e equipamentos do setor;</li> <li>✓ Executar trabalhos repetitivos de mensuração e controle de qualidade;</li> <li>✓ Realizar o transporte interno de equipamentos quando necessário;</li> <li>✓ Acompanhar e Promover a capacitação dos Auxiliares Técnicos;</li> <li>✓ Realizar a indicação de solicitação de aplicação de peças e/ou ferramentas para a Supervisão Técnica;</li> <li>✓ Realizar a indicação de aplicação de serviços especializados para a Supervisão Técnica;</li> <li>✓ Seguir os fluxos estabelecidos pela CONTRATANTE.</li> </ul>

EQUIPE RESIDENTE		
FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
<u>Auxiliar Técnico</u> <u>em</u> <u>Equipamentos</u> <u>Médico-</u> <u>Hospitalares</u>	2º Grau Completo	✓ Operacionalizar a Central de Equipamentos Médico-Hospitalares; ✓ Realizar o controle do recebimento e entrega de EMH na Central de Equipamentos; ✓ Realizar a desinfecção e testes operacionais de EMH recebidos na Central de Equipamentos; ✓ Registrar todo e qualquer serviço executado em EMH na Central de Equipamentos; ✓ Notificar toda e qualquer falha em equipamentos recebidos na Central; ✓ Orientar colaboradores da CONTRATANTE quanto à operação de Equipamentos; ✓ Seguir os fluxos estabelecidos pela CONTRATANTE.

11.20.5. A Equipe Não Residente deverá ser composta de no mínimo 01 (um) Engenheiro, com Registro Profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, e detentor de CAT - Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA que comprove a experiência deste na Prestação de Serviço de Engenharia Clínica. Este(s) Engenheiro(s) devem estar sempre acessíveis para consulta e apoio na Gestão de Equipamentos Médico-Hospitalares, conforme demandas solicitadas pela CONTRATANTE;

11.20.6. A empresa CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitado por esta, a relação nominal dos profissionais de sua Equipe Residente e Não Residente, bem como a documentação comprobatória da qualificação destes;

11.20.7. A CONTRATADA deverá substituir no prazo máximo de 30 (trinta) dias, todo componente da Equipe Residente que for apontado pela CONTRATANTE, seja por desempenho insatisfatório e/ou por comportamento considerado inadequado;

11.20.8. A substituição pela CONTRATADA de qualquer membro da Equipe Residente, alheia a vontade da CONTRATANTE, deverá ser prévia e formalmente comunicada à CONTRATANTE, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência;

11.20.9. Em caso de afastamento de funcionários (férias, licença médica etc.) a CONTRATADA deverá fazer a substituição imediata do mesmo, pelo tempo que for necessário, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

#### 11.21. Horário de Prestação do Serviço:

11.21.1. O Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica deverá ser prestado diariamente, no horário de 07:00h às 18:00h. Podendo ser executado em outros dias e horários, mediante prévio acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

11.21.2. A jornada de trabalho da Equipe residente deverá ser:

11.21.2.1. **Supervisor Técnico:** 08 horas por dia útil, de segunda-feira à sexta-feira, totalizando usualmente 40 horas semanais;

11.21.2.2. **Técnico em EMH:** 08 horas por dia útil, de segunda-feira à sexta-feira, totalizando usualmente 40 horas semanais;

11.21.2.3. **Auxiliar Técnico em EMH:** 08 horas por dia útil, de segunda-feira à sexta-feira, totalizando usualmente 40 horas semanais;

11.21.3. Para efeito de qualificação de dias úteis e dias não úteis será considerado o calendário oficial da cidade de Santa Maria RS.

11.21.4. A CONTRATANTE definirá junto a CONTRATADA, os horários de trabalho para cada um dos colaboradores da Equipe Residente, com intervalos de almoço entre 01 e 02 horas, de forma que sempre tenha pelo menos um técnico ou auxiliar técnico disponível durante o “Horário de Prestação do Serviço”;

11.21.5. A CONTRATANTE poderá alterar os horários estabelecidos dos profissionais da Equipe Residente, sempre que julgar necessário, respeitada a natureza e a jornada de trabalho diária, devendo comunicar prévia e formalmente a CONTRATADA;

11.21.6. A frequência da Equipe Residente será aferida mediante fiscalização da CONTRATANTE;

#### **11.22. Sobreaviso:**

11.22.1. A CONTRATADA, deverá sempre manter SOBREAVISO, para atender eventuais Chamados Técnicos Emergenciais, e demais que se fizerem necessários, fora do “Horário de Prestação do Serviço”;

11.22.2. A solicitação do Chamado Técnico Emergencial para a CONTRATADA implica no início da contagem do Prazo de Atendimento Técnico Emergencial e do Prazo de Reparo;

**11.22.3. O Prazo de Atendimento Técnico Emergencial não poderá exceder a 02 (duas) horas;**

11.22.4. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas referentes ao sobreaviso e/ou acionamento dos profissionais neste regime, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

11.22.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar um número de celular para o acionamento do SOBREAVISO pela CONTRATANTE.

#### **11.23. Reuniões:**

11.23.1. Deverá ser realizada Reunião Semanal, com a participação obrigatória do Fiscal da CONTRATANTE, e do Preposto e Responsável(is) Técnico(s) da CONTRATADA, podendo a periodicidade desta ser alterada em comum acordo entre as partes;

11.23.2. Esta Reunião Periódica deverá ter como pauta o acompanhamento do serviço através dos Indicadores de Desempenho dos ACORDOS DE NÍVEL DE SERVIÇO, e a tratativa destes e de possíveis pendências, além de outros assuntos pertinentes.

#### **11.24. Local de Prestação do Serviço:**

11.24.1. O Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica deverá ser prestado nas dependências da CONTRATANTE, salvo casos excepcionais formalmente autorizados pela CONTRATANTE.

#### **11.25. Ferramentas da Equipe Residente:**

11.25.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Ferramentas para execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

11.25.2. Sobre o conceito de Ferramentas subentende-se todo e qualquer dispositivo físico que forneça uma vantagem de trabalho, e/ou acessório ou consumível deste, necessária para reparar um Equipamento Médico-Hospitalar e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido;

11.25.3. É inteiramente vedado o fornecimento de Ferramentas usadas, recondicionadas, recicladas, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado;

11.25.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar, de forma fixa, no local de prestação do serviço, as Ferramentas listadas e quantificadas de forma não exaustiva no “ANEXO V”;

11.25.5. Estas Ferramentas são propriedade da CONTRATADA e, a critério desta, poderão ser recolhidas ao fim da vigência do contrato.

#### **11.26. Uniformes da Equipe Residente:**

11.26.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Uniformes para a Equipe Residente do serviço, condizente com a atividade a ser desempenhada, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE nem para os empregados da CONTRATADA;

11.26.2. É inteiramente vedado o fornecimento de Uniformes usados, recondicionados, reciclados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado;

11.26.3. Os Uniformes deverão ter a seguinte composição mínima:

11.26.3.1. Calça comprida tipo jeans ou social;

11.26.3.2. Camisa social com identificação da CONTRATADA;

11.26.3.3. Crachá com informações da empresa e identificação pessoal do profissional;

11.26.3.4. Jaleco Branco com identificação da CONTRATADA, do funcionário e o termo “Engenharia Clínica” em destaque.

11.26.4. A CONTRATADA deverá sempre fiscalizar, e substituir periodicamente e/ou quando necessário, os Uniformes da sua Equipe Residente;

11.26.5. A CONTRATADA deverá substituir os Uniformes, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a comunicação formal da CONTRATANTE;

11.26.6. Caso a CONTRATADA já possua uniforme, esta poderá submetê-los a aprovação da CONTRATANTE, que poderá formalmente autorizar a utilização destes;

#### **11.27. EPI da Equipe Residente:**

11.27.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de EPI - Equipamentos de Proteção Individual para a Equipe Residente do serviço, condizente com a atividade a ser desempenhada e conforme as disposições da NR 6, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE nem para os empregados da CONTRATADA;

11.27.2. É inteiramente vedado o fornecimento de EPI usados, recondicionados, reciclados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado;

11.27.3. A CONTRADA deverá apresentar a CONTRATANTE a relação de EPI - Equipamentos de Proteção Individual para cada classe profissional da Equipe Residente, devendo esta relação ser avaliada e aprovada pela área de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE;

11.27.4 A CONTRADA deverá observar as recomendações de segurança do trabalho do Hospital Universitário de Santa Maria, conforme o Anexo XVII.

#### **11.28. Analisadores e Simuladores de Equipamentos Médico-Hospitalares:**

11.28.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, calibração, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, de Analisadores e/ou Simuladores necessários para execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

11.28.2. Sobre o conceito de Analisadores e/ou Simuladores subentende-se todo e qualquer instrumento necessário para simular e/ou aferir parâmetros de um Equipamento Médico-Hospitalar, e/ou calibrar este;

11.28.3. Todos os Analisadores e/ou Simuladores fornecidos deverão estar calibrados, e deverão sempre ser fornecidos juntamente com cópia do respectivo certificado de calibração válido e Rastreável à RBC – Rede Brasileira de Calibração;

11.28.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar de forma fixa, no local de prestação do serviço, os Analisadores e/ou Simuladores para os parâmetros mensuráveis listados no “ANEXO VII - RELAÇÃO DE PARÂMETROS MENSURÁVEIS” como aferição “REGULAR”;

11.28.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar de forma ocasional, no local de prestação do serviço, os Analisadores e/ou Simuladores para os parâmetros mensuráveis listados no “ANEXO VII - RELAÇÃO DE PARÂMETROS MENSURÁVEIS” como aferição “EVENTUAL”;

11.28.6. Os Analisadores e/ou Simuladores para parâmetros listados no “ANEXO VII - RELAÇÃO DE PARÂMETROS MENSURÁVEIS” como aferição “EVENTUAL” deverão ser disponibilizados, no local de prestação do serviço, conforme a previsão de utilização destes no Plano Anual de Manutenção Programada elaborado para a instituição;

11.28.7. Os Analisadores e/ou Simuladores para os parâmetros mensuráveis listados no “ANEXO VII - RELAÇÃO DE PARÂMETROS MENSURÁVEIS” como aferição “EVENTUAL” deverão ser também disponibilizados, no local de prestação do serviço, para atender demandas imprevistas, devendo a CONTRATANTE nestes casos disponibilizar o Analisador e/ou Simulador solicitado em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da solicitação formal do instrumento por parte da CONTRATANTE;

11.28.8. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o transporte de Analisadores e/ou Simuladores para execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;

11.28.9. Estes Analisadores são propriedade da CONTRATADA, e poderão, a critério desta, ser recolhidos ao fim da vigência do contrato.

#### **11.29. Instalações Físicas:**

11.29.1. Para execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, será necessário estruturar as instalações físicas nas dependências da CONTRATANTE;

11.29.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, e a manutenção e/ou a reposição quando necessário, dos itens para estruturar as instalações físicas nas dependências da CONTRATANTE, para execução do objeto deste Termo de Referência;

11.29.3. A especificação técnica dos itens deve ser aprovada formalmente pela CONTRATANTE antes do fornecimento pela CONTRATADA, visando garantir a qualidade mínima destes itens;

11.29.4. Segue a lista de itens mínimos, com quantitativo, para estruturar as instalações físicas para execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica:

11.29.4.1. Sala Móvel, tipo container, com no mínimo 02 (dois) ambientes, um técnico e um administrativo, todos interligados através de portas com chave e em dimensões suficientes para acondicionar os itens aqui listados e com área de circulação de no mínimo 3 m<sup>2</sup> por colaborador da Equipe Residente. Em um ambiente técnico deverá existir uma pia tipo tanque de lavar com torneira, ambos funcionais, e um banheiro com pia, torneira e vaso sanitário funcionais, tendo este banheiro acesso pelo ambiente interno por porta com chave. Todo o conjunto de ambientes deve ter acesso externo único através de rampa e porta com chave, possuir ar refrigerado e iluminação compatíveis com a dimensão dos ambientes, e devem ainda dispor de ponto para conexão de entrada de água, energia elétrica, e rede de dados, e pontos para conexão de saída de esgoto. É de responsabilidade da CONTRATADA a construção da base de estrutura para a sala móvel, e a execução das ligações elétricas, de dados e sanitárias necessárias na sala móvel. A CONTRATANTE deverá disponibilizar os pontos de fornecimento de energia, dados e água, além do fornecimento do ponto de escoamento de esgoto;

11.29.4.2. 01 Mesa de Escritório com computador desktop completo, para o ambiente técnico, cada uma com no mínimo 03 (três) gavetas com chave. Sendo estas mesas para uso do apoio administrativo. Cada mesa deverá ainda acompanhar 01 (uma) cadeira estofada com rodízio, ajuste de altura e inclinação, e apoio de braços com ajuste de altura;

11.29.4.3. Mesas de Escritório com computador desktop completo, para o ambiente administrativo, na mesma quantidade de profissionais dimensionados na Supervisão Técnica, cada uma com no mínimo 03 (três) gavetas com chave. Cada mesa deverá ainda acompanhar 01 (uma) cadeira estofada com rodízio, ajuste de altura e inclinação, e apoio de braços com ajuste de altura, e acompanhar também 02 (duas) cadeiras estofadas sem rodízio;

11.29.4.4. 02 (duas) Mesas de Escritório, para o ambiente administrativo, cada uma com no mínimo 03 (três) gavetas com chave. Sendo estas mesas para uso do fiscal da CONTRATANTE e seu substituto. Cada mesa deverá ainda acompanhar 01 (uma) cadeira estofada com rodízio, ajuste de altura e inclinação, e apoio de braços com ajuste de altura, e acompanhar também 02 (duas) cadeiras estofadas sem rodízio;

11.29.4.5. Bancadas Técnicas, para o ambiente técnico, na mesma quantidade de profissionais dimensionados na função Técnico em EMH, com tampo revestido com borracha resistente, e contendo no mínimo 01 (uma) tomada de energia 220 V e 05 (cinco) tomadas de energia 110V, todas funcionais, 01 (uma) prateleira, iluminação exclusiva, e 03 gavetas com chave. Cada bancada deverá ainda acompanhar 01 (uma) cadeira estofada com rodízio, ajuste de altura e inclinação, e apoio de braços com ajuste de altura;

11.29.4.6. 01 Impressoras Laser Colorida multifuncional com scanner;

11.29.4.7. 02 Estantes de ferro reforçadas, e altas, para o ambiente técnico;

11.29.4.8. 02 Armários reforçados, altos e com chaves, para o ambiente administrativo;

11.29.4.9. 01 Aparelho de Telefone, digital, sem fio, e com dois aparelhos extensão;

11.29.4.10. 01 Aparelho Celular com linha ativa para receber chamadas do SOBREAVISO;

11.29.4.11. Rádios Móveis de Comunicação, tipo Walk-Talk, na mesma quantidade de profissionais dimensionados na função Técnico em EMH, e também 01 (um) Rádio para ficar fixo na base da Engenharia Clínica;

11.29.4.12. Todo e qualquer Material de Escritório necessário para completa execução do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica.

11.29.5. Para estruturar as instalações físicas é inteiramente vedado o fornecimento de itens usados, recondicionados, reciclados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado;

11.29.6. Estes itens são propriedade da CONTRATADA, e poderão, a critério desta, ser recolhidas ao fim da vigência do contrato.

### 11.30. Cronograma de Atividades:

11.30.1. A execução dos serviços terá início na data de assinatura do contrato, e vigorará por 12 (doze) meses, podendo o contrato ser renovado por iguais períodos, conforme legislação, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses;

11.30.2. A CONTRATADA deverá seguir o seguinte Cronograma de Atividades:

11.30.2.1. Fase 1: 01º ao 15º dia, a contar da assinatura do contrato;

11.30.2.2. Fase 2: 16º ao 30º dia;

11.30.2.3. Fase 3: 31º ao 60º dia;

11.30.2.4. Fase 4: 61º ao 90º dia;

11.30.2.5. Fase 5: a partir do 91º dia até o fim do contrato

11.30.3. O quadro abaixo apresenta a descrição das atividades de cada Fase do Cronograma que deverá ser seguido pela CONTRATADA:

Descrição das Atividades	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5
Apresentação do software, e das ferramentas, uniforme e EPI a serem fornecidos; Apresentar a Equipe Residente e definir o Horário dos profissionais desta e a escala de SOBREAVISO.					
Estruturar as instalações físicas na instituição para desenvolvimento do serviço contratado; Cadastramento de Equipamentos Médico-Hospitalares.					
Execução de Manutenção Corretiva, de Manutenção Preventiva, Calibração e Teste de Segurança Elétrica, e de Rondas Gerais e Setoriais; Acompanhamento de Intervenções Técnicas, e Recebimento e Aceitação dos Equipamentos.					
Plano de Treinamento, e Relatórios.					
Desenvolver Todas as Atividades do Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica.					

## 12. PROPRIEDADE INTELECTUAL

12.1. No tocante aos aspectos relativos ao direito à propriedade intelectual dos documentos a serem elaborados em conjunto com a CONTRATANTE e utilizados na gestão dos Equipamentos Médico-

Hospitais tais como cadastros, procedimentos operacionais, manuais, fluxogramas, etc., bem como os dados gerados da utilização do software dedicado de gestão de Engenharia Clínica, não cabe a CONTRATADA seus direitos vistos serem inerentes ao desenvolvimento de suas atividades para o pleno atendimento ao objeto deste Termo de Referência;

12.2. A CONTRATADA deverá em até 30 (trinta) dias corridos a contar a partir da data de eventuais renovações anuais de contrato ou da data de fim de vigência do contrato, entregar à CONTRATANTE, o Banco de Documentos elaborado e o Banco de Dados gerado, em formato digital, sendo no mínimo 01 (um) volume do Banco de Documentos em mídia digital contendo arquivos digitais totalmente editáveis e 01 (um) volume do Banco de Dados em mídia digital contendo arquivos digitais totalmente editáveis;

12.3. Caso, ao término do contrato, a CONTRATADA não realize a entrega à CONTRATANTE do Banco Documentos e/ou do Banco de Dados, em formato digital, conforme pactuado neste Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita a sanções contratuais, além disto a CONTRATANTE poderá vincular o pagamento da última fatura a conclusão deste serviço;

12.4. A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com a CONTRATANTE.

### **13. ACORDOS DE NÍVEL DE SERVIÇO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

#### **13.1. Acordos de Nível de Serviço**

13.1.1. Conforme a Instrução Normativa Nº 02, de 30 de Abril de 2008, emitida pelo MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a contratação de serviços continuados deverá adotar unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da CONTRATADA, e que elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, desta forma, os critérios de aferição de resultados deverão ser preferencialmente dispostos na forma de Acordos de Nível de Serviço;

13.1.2. Os Acordos de Nível de Serviço (ANS) são uma disposição, pactuada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, que definem critérios objetivos de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite a Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos;

13.1.3. Seguindo as orientações da Instrução Normativa Nº 02, de 30 de Abril de 2008, emitida pelo MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os Indicadores definidos para adoção dos Acordos de Nível de Serviço do objeto deste Termo de Referência foram elaborados com base em critérios objetivos de mensuração de resultados, a serem aferidos através de software dedicado de gestão de Engenharia Clínica, possibilitando à CONTRATANTE verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

**13.2.** Abaixo seguem os Indicadores de Desempenho, a serem utilizados nos Acordos de Nível de Serviço do objeto deste Termo de Referência:

INDICADOR 01 - TEMPO MEDIO DE ATENDIMENTO (TMA)	
FINALIDADE	Garantir a celeridade no Atendimento Técnico, pela Equipe Interna, dos Chamados Técnicos demandados pela Instituição.
META A CUMPRIR	2 horas úteis
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pelo software.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	$TMA = (\sum TA) / N$ Onde: TMA = Tempo Médio de Atendimento, em horas úteis. TA = Tempo de Atendimento, é o período em horas úteis transcorrido entre a abertura do Chamado Técnico e o primeiro Atendimento Técnico relativo a este chamado. $\sum TA$ = Somatório dos Tempos de Atendimento das Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva. N = Quantidade de Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	$TMA \leq 2$ horas úteis – Sem redução do Valor do Serviço $TMA > 2$ horas úteis – 5% a menos do Valor do Serviço
SANÇÕES	$3$ horas úteis < $TMA \leq 4$ horas úteis – aplicar Advertência $TMA > 4$ horas úteis – aplicar Advertência e Multa

INDICADOR 02 - TEMPO MEDIO DE REPARO (TMR)	
FINALIDADE	Garantir a celeridade na Execução, pela Equipe Interna, dos Chamados Técnicos demandados pela Instituição.
META A CUMPRIR	3 dias úteis
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pelo software.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	$TMR = (\sum TR) / N$ Onde: TMR = Tempo Médio de Reparo, em dias úteis. TR = Tempo de Reparo, é o período em dias úteis transcorrido entre a abertura do Chamado Técnico e a Execução da respectiva Ordem de Serviço deste chamado. $\sum TR$ = Somatório dos Tempos de Reparo das Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva. N = Quantidade de Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	$TMR \leq 3$ dias úteis – Sem redução do Valor do Serviço $TMR > 3$ dias úteis – 5% a menos do Valor do Serviço
SANÇÕES	$4$ dias úteis < $TMR \leq 5$ dias úteis – aplicar Advertência $TMR > 5$ dias úteis – aplicar Advertência e Multa

INDICADOR 03 - PERFORMANCE DE MANUTENÇÃO PROGRAMADA (PMP)	
FINALIDADE	Garantir a execução, pela Equipe Interna, conforme programado, do Plano Anual de Manutenção Programada na Instituição.
META A CUMPRIR	90%
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Pelo software.
PERIODICIDADE	Mensal

<b>MECANISMO DE CÁLCULO</b>	$PMP = (ME / MP) \times 100$ Onde: PMP = Performance de Manutenção Programada, em %. ME = Quantidade de Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Programada. MP = Quantidade de Ordens de Serviço Internas Planejadas de Manutenção Programada.
<b>INÍCIO DE VIGÊNCIA</b>	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
<b>FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO</b>	$PMP \geq 90\%$ – Sem redução do Valor do Serviço $PMP < 90\%$ – 5% a menos do Valor do Serviço
<b>SANÇÕES</b>	$70 \leq PMP < 80\%$ – aplicar Advertência $PMP < 70\%$ – aplicar Advertência e Multa
<b>OBSERVAÇÕES</b>	Para o cálculo deste indicador devem ser excluídas do denominador “MP” as Ordens de Serviço Internas Planejadas Não Executadas devido a indisponibilidade de Equipamento Médico-Hospitalar motivada pela CONTRATANTE.

**INDICADOR 04 - PERFORMANCE DE TREINAMENTO (PT)**

<b>FINALIDADE</b>	Garantir a execução, pela Equipe Interna, conforme programado, do Plano Anual de Treinamento na Instituição.
<b>META A CUMPRIR</b>	90%
<b>INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO</b>	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
<b>FORMA DE ACOMPANHAMENTO</b>	Pelo software.
<b>PERIODICIDADE</b>	Mensal
<b>MECANISMO DE CÁLCULO</b>	$PT = (TE / TP) \times 100$ Onde: PT = Performance de Treinamento, em %. TE = Quantidade de Treinamentos Internos Executados. TP = Quantidade de Treinamentos Internos Planejados.
<b>INÍCIO DE VIGÊNCIA</b>	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
<b>FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO</b>	$PT \geq 90\%$ – Sem redução do Valor do Serviço $PT < 90\%$ – 5% a menos do Valor do Serviço
<b>SANÇÕES</b>	$70\% \leq PT < 80\%$ – aplicar Advertência $PT < 70\%$ – aplicar Advertência e Multa

**INDICADOR 05 - PERFORMANCE DE RESOLUTIVIDADE INTERNA (PRI)**

<b>FINALIDADE</b>	Garantir a execução, pela Equipe Interna, da grande maioria dos Chamados Técnicos demandados pela Instituição.
<b>META A CUMPRIR</b>	80%
<b>INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO</b>	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
<b>FORMA DE ACOMPANHAMENTO</b>	Pelo software.
<b>PERIODICIDADE</b>	Mensal
<b>MECANISMO DE CÁLCULO</b>	$PRI = (MCI / MCT) \times 100$ Onde: PRI = Performance de Resolutividade Interna, em %. MCI = Quantidade de Ordens de Serviço Internas Executadas de Manutenção Corretiva. MCT = Quantidade de Ordens de Serviço Executadas de Manutenção Corretiva.
<b>INÍCIO DE VIGÊNCIA</b>	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
<b>FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO</b>	$PRI \geq 80\%$ – Sem redução do Valor do Serviço $PRI < 80\%$ – 5% a menos do Valor do Serviço
<b>SANÇÕES</b>	$60\% \leq PRI < 70\%$ – aplicar Advertência $PRI < 60\%$ – aplicar Advertência e Multa

<b>INDICADOR 06 - PERFORMANCE DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS (PDE)</b>	
<b>FINALIDADE</b>	Garantir a disponibilidade operacional dos Equipamentos Médico-Hospitalares qualificados com nível de criticidade ALTA.
<b>META A CUMPRIR</b>	90%
<b>INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO</b>	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
<b>FORMA DE ACOMPANHAMENTO</b>	Pelo software.
<b>PERIODICIDADE</b>	Mensal
<b>MECANISMO DE CÁLCULO</b>	$PDE = ( 1 - ( ( \sum TR ) / ( N \times TD ) ) ) \times 100$ <p>Onde:  PDE = Performance de Disponibilidade de Equipamentos qualificados com nível de criticidade ALTA, em %.  TR = Tempo de Reparo, é o período em dias transcorrido entre a abertura do Chamado Técnico e a Execução da respectiva Ordem de Serviço deste chamado.  <math>\sum TR</math> = Somatório dos Tempos de Reparo das Ordens de Serviço dos EMH qualificados com nível de criticidade ALTA.  N = Quantidade de Equipamentos Médico-Hospitalares da instituição qualificados com nível de criticidade ALTA.  TD = Quantidade de Dias.</p>
<b>INÍCIO DE VIGÊNCIA</b>	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
<b>FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO</b>	PDE $\geq$ 90% – Sem redução do Valor do Serviço PDE < 90% – 5% a menos do Valor do Serviço
<b>SANÇÕES</b>	70% $\leq$ PDE < 80% – aplicar Advertência PDE < 70% – aplicar Advertência e Multa
<b>OBSERVAÇÕES</b>	Para o cálculo deste indicador devem ser consideradas no denominador “N” apenas os Equipamentos Médico-Hospitalares qualificados com nível de criticidade ALTA.

<b>INDICADOR 07 - PERFORMANCE DE MANUTENÇÃO EXECUTADA (PME)</b>	
<b>FINALIDADE</b>	Garantir a execução da grande maioria dos Chamados Técnicos demandados pela instituição.
<b>META A CUMPRIR</b>	90%
<b>INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO</b>	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
<b>FORMA DE ACOMPANHAMENTO</b>	Pelo software.
<b>PERIODICIDADE</b>	Mensal
<b>MECANISMO DE CÁLCULO</b>	$PME = ( ME / N ) \times 100$ <p>Onde:  PME = Performance de Manutenção Executada, em %.  ME = Quantidade de Ordens de Serviço Executadas.  N = Quantidade de Ordens de Serviço.</p>
<b>INÍCIO DE VIGÊNCIA</b>	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
<b>FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO</b>	PME $\geq$ 90% – Sem redução do Valor do Serviço PME < 90% – 5% a menos do Valor do Serviço
<b>SANÇÕES</b>	70% $\leq$ PME < 80% – aplicar Advertência PME < 70% – aplicar Advertência e Multa

<b>INDICADOR 08 - PERFORMANCE DE RECHAMADO DE MANUTENÇÃO (PRM)</b>	
<b>FINALIDADE</b>	Garantir a qualidade do serviço executado no Parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da Instituição.
<b>META A CUMPRIR</b>	10%
<b>INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO</b>	Software dedicado de gestão de Engenharia Clínica.
<b>FORMA DE ACOMPANHAMENTO</b>	Pelo software.
<b>PERIODICIDADE</b>	Mensal
<b>MECANISMO DE CÁLCULO</b>	$PRM = ( MR / ME ) \times 100$

	Onde: PRM = Performance de Reclamado de Manutenção, em %. MR = Quantidade de Ordens de Serviço Internas de Manutenção Corretiva originadas de Reclamado Técnico* ME = Quantidade de Ordens de Serviço Internas de Manutenção Corretiva.
<b>INÍCIO DE VIGÊNCIA</b>	A partir do 91º dia a contar da assinatura do contrato.
<b>FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO</b>	PRM ≤ 10% – Sem redução do Valor do Serviço PRM > 10% – 5% a menos do Valor do Serviço
<b>SANÇÕES</b>	15% < PRM ≤ 20% – aplicar Advertência PRM > 20% – aplicar Advertência e Multa
<b>OBSERVAÇÕES</b>	*Será considerada Ordem de Serviço Interna de Manutenção Corretiva originada de Reclamado Técnico aquela que for precedida por outra Ordem de Serviço Interna de Manutenção Corretiva, no mesmo EMH, em período inferior a 30 dias. Para o cálculo deste indicador devem ser excluídas do numerador “MR” as ordens de Serviço de Manutenção Corretiva Executadas originadas de Reclamado técnico cujo defeito seja erro de operação e/ou mau uso do operador.

13.2.1. Os indicadores de desempenho dos Acordos de Nível de Serviço do objeto deste Termo de Referência poderão, a qualquer tempo e em comum acordo entre as partes, ser ajustados, ampliados e/ou reduzidos, desde que estas alterações sejam devidamente formalizadas através de Termo Aditivo de contrato.

### 13.3. Medição:

13.3.1. No Modelo de Acordos de Nível de Serviço, o Valor do Serviço é estabelecido quando da contratação, com base no Valor Mensal do Serviço da proposta da CONTRATADA, porém o “VALOR MENSAL DO SERVIÇO A SER FATURADO”, é calculado com base nos resultados alcançados pela CONTRATADA na prestação do serviço. Portanto, os valores apresentados nas planilhas de composição de custos e formação de preços, quando da apresentação das propostas, corresponderão aos valores máximos a serem faturados na hipótese da CONTRATADA atingir as metas de todos os indicadores pactuados nos Acordos de Nível de Serviço;

13.3.2. A frequência de aferição dos Acordos de Nível de Serviço será mensal, devendo a CONTRATADA emitir relatório sintético dos indicadores supracitados, apresentando-o à CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço;

13.3.3. O quadro abaixo apresenta o Método de Cálculo da Parcela do “VALOR MENSAL DO SERVIÇO A SER FATURADO” pela CONTRATADA, utilizando os Indicadores de Desempenho dos Acordos de Nível de Serviço do objeto deste Termo de referência. Onde “VMS” é o “VALOR MENSAL DO SERVIÇO” conforme apresentado na proposta da CONTRATADA, e “VR” é o “VALOR DE REDUÇÃO”, a ser aplicado no período, incidente sobre o “VALOR MENSAL DO SERVIÇO”:

MÉTODO DE CÁLCULO DA PARCELA DO VALOR MENSAL DO SERVIÇO A SER FATURADO		
INDICADOR	ANÁLISE DO DESEMPENHO MENSAL	VR
01	TMA ≤ 2 horas úteis	0%
	TMA > 2 horas úteis	5%
02	TMR ≤ 3 dias úteis	0%
	TMR > 3 dias úteis	5%
03	PMP ≥ 90%	0%
	PMP < 90%	5%
04	PT ≥ 90%	0%
	PT < 90%	5%

05	PRI $\geq$ 80%	0%
	PRI $<$ 80%	5%
06	PDE $\geq$ 90%	0%
	PDE $<$ 90%	5%
07	PME $\geq$ 90%	0%
	PME $<$ 90%	5%
08	PRM $\leq$ 10%	0%
	PRM $>$ 10%	5%
VALOR TOTAL DE REDUÇÃO (%):		$\sum VR$
VALOR MENSAL DO SERVIÇO A SER FATURADO (R\$):		$(1 - (\sum VR / 100)) \times VMS$

13.3.4. Conforme os Acordos de Nível de Serviço pactuado, o pagamento à CONTRATADA, referente à parcela de serviço, poderá variar de 100% do valor mensal do serviço contratado, caso a CONTRATADA atinja as metas de todos os indicadores pactuados, até 60% do valor mensal do serviço contratado, caso a CONTRATADA não atinja as metas de nenhum dos indicadores pactuados;

13.3.5. Não haverá a incidência de bônus ou pagamentos adicionais para os casos em que a CONTRATADA superar as metas previstas, ou caso seja necessária à alocação de maior número de profissionais para o alcance das metas. E a superação de uma das metas não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento de outras metas no mesmo período, bem como o não atendimento da mesma meta em outro período.

#### 13.4. Pagamento:

13.4.1. O pagamento será feito mensalmente através de uma NOTA FISCAL DE SERVIÇO para cada período, onde deve estar discriminado o VALOR GLOBAL MENSAL DO SERVIÇO, formado pela parcela do “VALOR MENSAL DO SERVIÇO”, com eventuais descontos referentes aos Acordos de Nível de Serviço e/ou eventuais sanções contratuais aplicadas, e as parcelas da “APLICAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COM BDI (se)” e uma NOTA FISCAL do “VALOR TOTAL MENSAL DA APLICAÇÃO DE PEÇAS COM BDI (ma).

13.4.2. O pagamento será realizado pela CONTRATANTE somente para a CONTRATADA, em conta corrente bancária de sua titularidade, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após a atestação da Nota Fiscal pela CONTRATANTE, uma vez que tenham sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

#### 14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no Artigo 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG 02/2008.

14.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93.

14.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.7. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Artigo 67 da Lei 8.666/93.

14.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 77 e 80 da Lei 8.666/93.

14.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Artigo 70 da Lei 8.666/93.

## 15. DA REPACTUAÇÃO

15.1. Será admitida, por solicitação da CONTRATADA, a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, **desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano**, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, de acordo com o artigo 5º do Decreto 2.271/97, e com os dispositivos aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008.

15.2. A responsabilidade pela apresentação das documentações que comprovem a variação dos custos do objeto contratual é exclusiva da CONTRATADA, a qual deverá ser apresentada à CONTRATANTE antes do vencimento do contrato, sob pena de ocorrer preclusão lógica.

15.2.1 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao **princípio da anualidade** do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como:

c) Os custos decorrentes da mão de obra, de acordo com a convenção coletiva das categorias envolvidas

d) Os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço, que serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

15.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

15.4 A repactuação não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato.

15.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

15.6 O aumento dos custos da mão de obra decorrente de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deverá ser integralmente repassado ao preço repactuado, exceto na hipótese descrita no subitem abaixo.

15.7 A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. O cumprimento de tais obrigações será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

15.8 O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

15.8.1. Para a primeira repactuação;

a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir do dia correspondente à data da vigência dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo à categoria profissional abrangida pelo contrato;

b). Para os custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir do dia correspondente à data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

15.8.2. Para as repactuações subsequentes à primeira: a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação ocorrida ou preclusa.

15.8.3 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

15.8.4 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

15.8.5. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste Termo de Referência.

15.8.6 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido registrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, a CONTRATADA deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo disponha daquele instrumento devidamente registrado, sob pena de preclusão.

15.8.7. Ao solicitar a repactuação, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços contratados da seguinte forma:

15.8.7.1 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra: apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato, acompanhado da demonstração analítica da variação dos custos.

15.8.7.2 Quando a repactuação se referir aos demais custos: Planilha de Custos e Formação de Preços que comprove o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

- a) Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração.
- b) As particularidades do contrato em vigência.
- c) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, limitado a variação anual do INPC.

15.9. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

15.10. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

15.15.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

15.15.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras, ou

15.15.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

15.12. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

15.13. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

15.14 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela EBSERH-HUSM para a comprovação da variação dos custos.

15.15. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

#### **16. DA CONTA VINCULADA:**

16.1. Haverá provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela Administração em conta vinculada específica, conforme o disposto no Anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008.

16.2. Os valores provisionados na forma do item acima somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições:

16.2.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

16.2.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

16.2.3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

16.2.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

#### **17. DA VISTORIA:**

17.1. Para a correta elaboração da sua proposta, a provável licitante poderá realizar vistoria do parque de Equipamentos Médico-Hospitalares da CONTRATANTE, nas instalações do local de execução do serviço, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante agendamento prévio a ser realizado de segunda a sexta, das 08 às 17h, junto ao Setor de Engenharia Clínica, pelo telefone (55) 3213-1675;

17.2. O prazo para agendamento da vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até três dias úteis antes da data prevista para abertura do certame;

17.3. Para a vistoria, o participante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, e a procuração registrada em cartório.

17.4. Apesar de facultativa, a vistoria é de extrema importância para que a empresa se certifique das condições em que se encontra o Parque de Equipamentos Médico-Hospitais da CONTRATANTE, de modo a realizar o correto dimensionamento da sua proposta;

17.5. Como a vistoria é opcional, caso o participante desconsidere tal necessidade, não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para recusar-se a assinar o contrato ou eximir-se das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto.

## **18. DAS PENALIDADES:**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 8.666/93, da Lei 10.520/02, do Decreto 3.555/00, e do Decreto 5.450/05, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

18.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

18.1.2. Apresentar documentação falsa;

18.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.4. Cometer fraude fiscal;

18.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

18.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

18.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

18.2.2. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, até o limite de 15 (quinze) dias;

18.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

18.2.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a EBSERH-HUSM, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

18.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

18.2.7. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

18.2.7.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

18.2.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.2.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.2.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/93, e subsidiariamente na Lei 18.784/918.

18.2.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.2.10. Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como a não manutenção das condições de habilitação e o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02.

18.2.10.1. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item acima, a CONTRATANTE deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

18.2.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.2.12. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**18.2.13. O cálculo das multas a serem aplicadas no decorrer da execução do contrato** poderá se basear na gradação prevista nas tabelas de infrações abaixo:

**Tabela I – Percentagem para Multa**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (em relação ao valor mensal do contrato)
1	0,06%
2	0,2%
3	0,3%
4	0,4%
5	0,6%
6	1%

**Tabela II – Infrações**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	1	Por empregado e por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços	3	Por empregado e por dia
3	Suspender ou interromper, em sua totalidade, os serviços contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito	6	Por ocorrência e por dia

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
4	Subcontratar o serviço	6	Por ocorrência
5	Utilizar as dependências da EBSERH-HUSM para fins diversos do objeto do contrato	5	Por ocorrência
6	Recusar-se a executar serviço determinado pela equipe de fiscalização, sem motivo justificado	4	Por ocorrência
7	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem anuência prévia da EBSERH-HUSM	4	Por empregado e por dia
8	Reter documentos pessoais de seus empregados	3	Por ocorrência e por dia
9	Efetuar o pagamento de verbas trabalhistas em desacordo com a proposta apresentada ou determinação normativa, inclusive das Convenções Coletivas aplicáveis às categorias	5	Por ocorrência e por dia
10	Indicar preposto sem treinamento, qualificação e/ou remuneração compatíveis com a função	3	Por ocorrência e por dia
11	Demora injustificada no atendimento das solicitações emanadas da equipe de fiscalização	2	Por ocorrência e por dia

**Para os itens seguintes - Deixar de:**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
13	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	1	Por empregado e por dia
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	3	Por ocorrência
15	Manter a documentação de habilitação atualizada	2	Por item e por ocorrência
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela equipe de fiscalização	4	Por ocorrência
17	Cumprir determinação da equipe de fiscalização para controle de acesso de seus funcionários	1	Por ocorrência
18	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da equipe da fiscalização	4	Por ocorrência
19	Efetuar a reposição de funcionários faltosos	4	Por empregado e por ocorrência
20	Efetuar o pagamento de salários, vale transportes, auxílio alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionada à execução do contrato nas datas avençadas	6	Por ocorrência e por dia
21	Entregar o uniforme aos funcionários no prazo estipulado no contrato	3	Por empregado e por dia
22	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária	6	Por ocorrência e por dia
23	Entregar no prazo os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências e dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida pela equipe de fiscalização	4	Por ocorrência e por dia
24	Observar determinação da legislação trabalhista	6	Por ocorrência
25	Registrar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados	6	Por empregado e por ocorrência
26	Fornecer meios para que seus funcionários cumpram as tarefas gerais ou específicas previstas para cada posto de trabalho	1	Por ocorrência
27	Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança para execução dos serviços, quando necessário	4	Por empregado e por ocorrência
28	Cumprir as políticas de segurança da EBSERH-HUSM	2	Por ocorrência
29	Recolher as contribuições sociais da Previdência Social e do FGTS	6	Por empregado e por ocorrência



18.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**ANEXO IV - PARQUE DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES**

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	ATIVIDADES
Acelerador linear	1	Apoio
Agitador	1	Integral
Agitador de Kline	1	Integral
Agitador de Plaquetas	4	Integral
Agitador de Solução	1	Integral
Agitador Orbital de Tubos	2	Integral
Amalgador	1	Integral
Analizador Automático de Hematologia	1	Integral
Analizador Bioquímico	3	Integral
Analizador de Coagulação	1	Integral
Analizador Imunológico	5	Integral
Analizador Multiparamétrico	2	Integral
Analizador de Condutividade de Suor	1	Integral
Analizador de Desfibrilador	1	Integral
Analizador Hematológico	1	Integral
Angiógrafo (Hemodinâmica)	1	Apoio
Aparelho de Anestesia	13	Integral
Aparelho BILEVEL VPAP	2	Integral
Aparelho de Correntes (Fisioterapia)	2	Integral
Aparelho de Densitometria Óssea	1	Apoio
Aparelho de Dialise Peritoneal	4	Integral
Aparelho de Fototerapia	30	Integral
Aparelho de Hemodiálise (locados)	4	Apoio
Aparelho de Hidroterapia	1	Integral
Aparelho de Oscilometria	3	Integral
Aparelho de Pletismografia	3	Integral
Aparelho Port. P/ Aval. Emissões Otoacust.	1	Integral
Aparelho de Raio X Fixo Convencional	3	Apoio
Aparelho de Raio X Móvel	4	Apoio
Aparelho de Raio X Odontológico	2	Apoio
Aparelho de Raio X Telecomandado	1	Apoio
Aparelho de Ultrassom Terapêutico	10	Integral
Aparelho de Ultrassonografia Ocular	1	Integral
Aparelho de Ultrassom Diagnostico	17	Apoio
Aparelho Infravermelho (Fisioterapia)	3	Integral
Aparelho Laser (Fisioterapia)	8	Integral
Aparelho Interferencial (Fisioterapia)	3	Integral
Aparelho de ondas Curtas (Fisioterapia)	2	Integral
Aquecedor de Armação (Caixa de Areia)	1	Integral
Aquecedor de Fluido	3	Integral
Aquecedor de Gel	2	Integral
Aquecedor de manta térmica	1	Integral
Arco-C Móvel Convencional	3	Apoio
Aspirador de Secreção Elétrico Móvel	50	Integral

<b>Audiômetro</b>	9	Integral
<b>Autoclave Horizontal (acima de 350 litros)</b>	3	Integral
<b>Autoclave Horizontal de Mesa</b>	2	Integral
<b>Autoclave por Plasma de Peróxido de Hidrogênio</b>	1	Integral
<b>Autoclave Vertical</b>	3	Integral
<b>Autorefrator com Ceratômetro</b>	3	Integral
<b>Balança Analítica</b>	9	Integral
<b>Balança Antropométrica Eletrônica</b>	56	Integral
<b>Balança Antropométrica Mecânica</b>	12	Integral
<b>Balança Digital</b>	1	Integral
<b>Balança Pediátrica Eletrônica</b>	25	Integral
<b>Balança Pediátrica Mecânica</b>	1	Integral
<b>Balão Intra Aórtico</b>	1	Apoio
<b>Banho Histológico</b>	3	Integral
<b>Banho Maria</b>	10	Integral
<b>Berço Aquecido</b>	23	Integral
<b>Bicicleta Ergométrica</b>	5	Integral
<b>Biometro</b>	1	Integral
<b>Bisturi Eletrônico</b>	19	Integral
<b>Bomba de Cobalto</b>	2	Apoio
<b>Bomba de Infusão</b>	476	Apoio
<b>Bomba de Infusão de Seringa</b>	62	Apoio
<b>Bomba Injetora de Contraste</b>	2	Apoio
<b>Cadeira Eletrônica</b>	2	Integral
<b>Cadeira Odontológica</b>	4	Integral
<b>Cadeira Oftalmológica</b>	2	Integral
<b>Calandra</b>	2	Integral
<b>Cama Elétrica Hospitalar</b>	252	Integral
<b>Cama FOWLER Manual</b>	2	Integral
<b>Cama PPP (Pré Parto, Parto e Pós Parto)</b>	2	Integral
<b>Câmara de Congelamento</b>	1	Integral
<b>Câmara de Conservação</b>	1	Integral
<b>Câmara de Incubação</b>	2	Integral
<b>Câmara Imunológica</b>	1	Integral
<b>Câmara Portátil para Revelação</b>	1	Integral
<b>Campímetro</b>	1	Integral
<b>Capela de Exaustão</b>	3	Integral
<b>Capela de Fluxo Laminar Horizontal</b>	3	Integral
<b>Capela de Fluxo Laminar Vertical</b>	7	Integral
<b>Cardioversor/Desfibrilador</b>	30	Integral
<b>Central de Inclusão</b>	1	Integral
<b>Centrifuga</b>	3	Integral
<b>Centrifuga Refrigerada</b>	6	Integral
<b>Centrifuga Sorológica Laboratorial</b>	30	Integral
<b>Cintilógrafo (Medicina Nuclear)</b>	1	Apoio
<b>Citômetro de Fluxo</b>	2	Integral
<b>Colchão BIOAIR</b>	4	Integral

Colchão Térmico	1	Integral
Colchão Térmico (locados)	4	Apoio
Coletor de Suor Portátil	1	Integral
Colonoscópio	16	Integral
Colposcópio	2	Integral
Colposcópio Binocular	4	Integral
Contador de Blocos	1	Integral
Contador Portátil	2	Integral
Contador de Células Automático	2	Integral
Corrente Russa	2	Integral
CPAP Neonatal	1	Integral
CR Digitalizador de Imagens Radiográficas (multicassetes)	2	Integral
Criostato	1	Integral
Desumidificador	3	Integral
Detector Fetal	27	Integral
Dermatomo Elétrico/Motor Cirúrgico	1	Integral
Ecobiometria	1	Integral
Eletrocardiograma	13	Integral
Eletroencefalógrafo	5	Integral
Eletroestimulador	1	Integral
Eletroforese	2	Integral
Eletroforese Capilar	1	Integral
Eletrômetro	1	Integral
Endoscópios	9	Integral
Endoscópio Rígido	5	Integral
Equipamento de Agiografia	1	Integral
Equipamento de Diagnóstico de Hemostasis	1	Integral
Equipamento de Gerenciamento de Soluções Parenterais	1	Integral
Equipamento Oftalmológico	1	Integral
Esteira Ergométrica	3	Integral
Estimulador de Plexo	2	Integral
Estimulador do Polissonígrafo		Integral
Estimulador Nervo Facial Cirúrgico	1	Integral
Estimulador Neuromuscular	3	Integral
Estimulador Otoneurológico	1	Integral
Estufa de Cultura Biológica	9	Integral
Estufa de Secagem e Esterilização	9	Integral
Facetadora	1	Integral
Fibrobroncoscópio	2	Integral
Fibrocolonoscópio	2	Integral
Foco Cirúrgico Auxiliar (móvel)	31	Integral
Foco Cirúrgico de Teto	7	Integral
Fonte de Luz Endoscopia	29	Integral
Foto Estimulador do Polissonígrafo	1	Integral
Fotometro	1	Integral
Gastroscópio	19	Integral
Gerador de Corrente	1	Integral

Guincho	1	Integral
Guindaste	2	Integral
Identificador Bactericida	2	Integral
Imitanciômetro	1	Integral
Impedanciômetro	1	Integral
Impressora Dry de Filmes Radiológicos	2	Apoio
Inaloterapia Portátil	1	Integral
Incubadora	5	Integral
Incubadora Neonatal	40	Integral
Incubadora Neonatal de Transporte	2	Integral
Insuflador	6	Integral
Jato de Bicarbonato	1	Integral
Lâmpada de Fenda	3	Integral
Laser Yag	1	Integral
Lavadora	5	Integral
Lavadora de Endoscópios	1	Integral
Lavadora de Microplacas de Elisa	1	Integral
Lavadora de Microplacas e tiras	1	Integral
Lavadora Termodesinfectora	2	Integral
Lavadora Ultrassônica	2	Integral
Leitora de Microplacas e Tiras	1	Integral
Lensometro	3	Integral
Liquefator	1	Integral
Mamógrafo Convencional	2	Apoio
Maq Circ. Extracorporea	7	Integral
Máquina de Osmose Reversa Convencional	5	Integral
Máquina de Osmose Reversa Portátil	4	Integral
Medidor de PH de Bancada	2	Integral
Mesa Cirúrgica Elétrica	8	Integral
Mesa Cirúrgica Mecânica	4	Integral
Mesa Elétrica	1	Integral
Microscópio Cirúrgico	3	Integral
Microscópio Laboratorial	34	Integral
Micrótomo	4	Apoio
Monitor de Debito Cardíaco	1	Integral
Monitor CR	2	Integral
Monitor de Nivel de Consciencia	3	Integral
Monitor NOX500	1	Integral
Monitor de Radiação	2	Integral
Monitor de Sinais Vitais	8	Integral
Monitor de Tempo de Coagulação Ativa (TCA)	1	Integral
Monitor de Trigger Cardíaco	1	Integral
Monitor de Vídeo Convecional	21	Integral
Monitor Multiparamétrico	156	Integral
Monovacuometro	1	Integral
Motor Pneumático	1	Integral
Multímetro Digital	1	Integral

Nebulizador	14	Integral
Negastoscópio odontológico	2	Integral
Neuroestimulador	1	Integral
Oftalmoscópio Direto	3	Integral
Oftalmoscópio Indireto	4	Integral
Otoscópio	9	Integral
Oxicapnógrafo	1	Integral
Oxímetro de Pulso (locados)		Apoio
Oxímetro de Pulso	52	Integral
Pantógrafo (Leitora de Armação)	1	Integral
PCR Quantitative Real Time	1	Integral
Perfurador Osseo	9	Integral
Poligrafo Para Hemodinâmica	1	Integral
Processadora de raio X	1	Integral
Projetor Oftalmológico	2	Integral
Processador de Tecidos	2	Integral
Pupilometro	1	Integral
Quatificador de Carga Viral	1	Integral
Refrator Oftálmico	3	Integral
Ressuscitador Infantil	1	Integral
Retinografo	3	Integral
Rotâmetro	1	Integral
Seladora de Embalagens	11	Integral
Serra Elétrica para Gesso	3	Integral
Sistema de Aférese	2	Integral
Sistema de Gasometria	1	Integral
Sistema Teste de Hemoglobina	1	Integral
Tacômetro Digital	1	Integral
Tambor Rotativo de Barany	1	Integral
Tanque Nitrogênio	4	Integral
Tela de Acuidade	2	Integral
Termo Reator	1	Integral
Termociclador	4	Integral
Termohigrômetro	2	Integral
Termômetro	21	Integral
Tomógrafo Computadorizado	2	Apoio
Tonometro	1	Integral
Topografo de Cornea	2	Integral
Torre de Arco Cirúrgico	2	Integral
Torre Endoscopia	24	Integral
Triagem Auditiva Neonatal	1	Integral
Turbilhao p/ Membros Inf.	1	Integral
Turbilhao p/ Membros Sup.	1	Integral
Umidificador	11	Integral
Unidade de Gravação	2	Integral
Unidade Dental	2	Integral
Urodensímetro	2	Integral

User station (CR)	2	Integral
Vecto- Eletronistagmografo	1	Integral
Ventiladores Pulmonares (locados)		Apoio
Ventilador Pulmonar Convencional	60	Integral
Ventilador Pulmonar de Transporte	3	Integral
Vídeo Processadora de Imagem (Endoscopia)	35	Integral
Videobroncoscópio	2	Integral
Viscosímetro	1	Integral

OBSERVAÇÃO: **Esta lista resumida de Equipamentos Médico-Hospitalares, é apenas um balizador para a dimensão do parque da instituição, não servindo como limitadora para a execução do serviço;**

NOTA: A lista integral de atividades e definição de atividades de apoio estão especificados no item 6.5

**ANEXO V - ESTOQUE DE PEÇAS USUAIS**

A CONTRATADA deverá fornecer e manter estoque mínimo de peças usuais no local de prestação do serviço conforme listagem e quantidade estabelecida pela CONTRATANTE.

Abaixo segue sugestão de algumas peças usuais a serem mantidas em estoque:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Abraçadeiras (nylon e ferro)
2	Água destilada
3	Álcool isopropílico
4	Anéis de pressão, chavetas, abraçadeiras e pinos
5	Anticorrosivos, limpa contatos
6	Caixa com terminais <i>crimper</i>
7	Cola de contato e de madeira
8	Colas Araldite e Super Bonder, Durepoxi
9	Componentes eletrônicos vários valores (resistores, capacitores, LEDs, fusíveis, etc.)
10	Conectores e terminais elétricos para cabos de até 16 mm <sup>2</sup>
11	Conectores terminais e anilhas de identificação de cabos
12	Estopas, palha de aço e panos para limpeza
13	Fita dupla face
14	Fita isolante para manutenção elétrica
15	Fita Silver Tape
16	Fita zebrada
17	Lâminas de serra e estiletes
18	Lona plástica
19	Óleos, graxas e pastas para lubrificação
20	O-rings (diversas medidas)
21	Pasta fluxo
22	Pilhas e baterias
23	Pincel e rolos para pintura de qualquer superfície (metal, madeira e alvenaria)
24	Pregos, parafusos, buchas de nylon, arrebitos, arruelas, braçadeiras e porcas
25	Produtos antiferrugem
26	Produtos de limpeza, sabões, detergentes
27	Solda para componentes eletrônicos
28	Solventes, colas e veda juntas
29	Spray limpador de contatos eletrônicos
30	Tubos termo retráteis (várias medidas)

OBSERVAÇÃO: O Estoque de peças usuais inicial deverá ser estabelecido pela CONTRATANTE, e poderá ser ampliado e/ou reduzido pela CONTRATANTE à medida que for sendo construído um histórico de peças aplicadas no parque da instituição.

**ANEXO VI - RELAÇÃO DE FERRAMENTAS**

A CONTRATADA deverá fornecer, e manter e/ou repor quando necessário, as Ferramentas usuais para prestação do serviço conforme listagem e quantidade estabelecida pela CONTRATANTE. Abaixo segue sugestão de algumas ferramentas usuais a serem disponibilizadas:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Alicate crimpador para RJ 9, RJ 11 e RJ 45;
2	Alicate de bico chato, cabo isolado 6
3	Alicate de bico chato c/ cortador e cabo isolado
4	Alicate de bico redondo e curto c/ cabo isolado
5	Alicate de bico reto c/ cabo isolado
6	Alicate de corte c/mola (corte diagonal) c/ cabo isolado
7	Alicate de corte c/mola (corte rente) c/ cabo isolado
8	Alicate de corte diagonal cabo isolado 6
9	Alicate de corte fios e cabos
10	Alicate desencapador de fios
11	Alicate de pressão
12	Alicate universal, cabo isolado, 8"
13	Cavalete
15	Chave canhão 8mm 6"
16	Chave de fenda 1" 3/16"
17	Chave de fenda 8" 5/16"
18	Chave de fenda angular dupla 3/8" 6"
19	Chave de fenda cotovelo 1/4"x1.11/2
20	Chave <i>philips</i> cotovelo 1/4"x1.11/2
21	Chave em L (diversos tamanhos)
22	Chave teste néon
23	Conjunto de chaves ajustáveis (6";10";12")
24	Conjunto de chaves de fenda p/ relojoeiro
25	Conjunto de chaves de fenda 4" (1/8;1/4;3/8;5/16;5/32;11/32)
26	Conjunto de chaves de fenda 6" (1/8;1/4;3/8;5/16;5/32)
27	Conjunto de chaves Philips (1/8;1/4;3/8;3/16; 5/16;5/32)
28	Escovas para limpeza
29	Espelho de dentista
30	Estilete com proteção (tamanho grande);
31	Estilete tipo faca retrátil
32	Extrator de CLs
33	Ferro de solda de 30 e 60 watts;
34	Ferros de solda, com sugador de ponta de teflon
35	Furadeira (com brocas diversos tamanhos)
36	Jogos de chave Allen, milímetro
37	Jogos de chave Allen, polegada
38	Jogos de chave de boca, mm e polegada
39	Jogo de chave de fenda
40	Jogo de chaves hexagonal c/ suporte
41	Jogo de chave inglesa
42	Jogos de chave soquete, mm e polegada
43	Jogos de chave <i>torx</i> , mm e polegada
44	Lanterna tipo caneta

ITEM	DESCRIÇÃO
45	Conjunto de limas
46	Lupa com iluminação
47	Maletas de ferramentas
48	Martelo de borracha
49	Martelo comum
50	Morsa de bancada
51	Pincéis para limpeza
52	Pinça reta serrilhada 165mm
53	Aspirador de pó
54	Estação de solda c/ sugador para bancada
55	Multímetro digital TRUE RMS
56	Secador térmico
57	Alicate Amperímetro

OBSERVAÇÃO: O Conjunto de Ferramentas inicial deverá ser estabelecido pela CONTRATANTE, e poderá ser ampliado e/ou reduzido pela CONTRATANTE à medida que forem surgindo as necessidades do serviço.

NOTA: Cada Técnico em EMH deverá ter seu kit de ferramentas e maleta, podendo algumas ferramentas de uso eventual serem compartilhadas entre a equipe desde que isto não prejudique o desempenho do serviço.

## **ANEXO VII - RELAÇÃO DE PARÂMETROS MENSURÁVEIS**

A CONTRATADA deverá fornecer, calibrar, manter e/ou repor quando necessário, os Analisadores e/ou Simuladores necessários para os parâmetros mensuráveis listados abaixo:

<b>FAMÍLIA DE EQUIPAMENTOS</b>	<b>PARÂMETROS</b>
<b>Agitador Kline</b>	Tempo
<b>Aparelho de Anestesia</b>	Volume; Pressão; Peep; Frequência; Tempo inspiratório; Concentração de oxigênio; Fluxo de rotâmetros
<b>Aparelho de Eletroterapia</b>	Tensão; Corrente; Frequência
<b>Aparelho de Fototerapia</b>	Radiação luminosa
<b>Aspirador Cirúrgico</b>	Vácuo (pressão negativa)
<b>Balança</b>	Massa
<b>Banho Maria</b>	Temperatura
<b>Berço Hospitalar Aquecido (UCI)</b>	Temperatura
<b>BIPAP</b>	Pressão; Peep; Frequência; Tempo inspiratório
<b>Bisturi Elétrico</b>	Potência
<b>Blender / Baby-Pap</b>	Concentração de oxigênio
<b>Câmara de conservação de Vacina</b>	Temperatura
<b>Cardioversor</b>	Energia; Frequência cardíaca; Oximetria; Marca-passo; Respiração
<b>Centrífuga</b>	Velocidade; Temperatura
<b>CPAP</b>	Pressão
<b>Cronômetro/ Relógio</b>	Tempo
<b>DEA</b>	Energia
<b>Desfibrilador</b>	Energia; Frequência cardíaca; Oximetria; Marca-passo; Respiração
<b>Eletrocardiógrafo</b>	Frequência cardíaca; Amplitude
<b>Eletroestimulador</b>	Corrente; Frequência; Tensão
<b>Esfigmomanômetro Comum</b>	Pressão
<b>Estufa de Secagem e Esterilização</b>	Temperatura; Umidade
<b>Foco Cirúrgico</b>	Intensidade luminosa
<b>Freezer/ Geladeira/ Frigobar</b>	Temperatura
<b>Garrote Pneumático</b>	Pressão
<b>Incubadora Bacteriológica</b>	Temperatura; Umidade
<b>Incubadora Neonatal</b>	Temperatura; Umidade; Concentração de oxigênio
<b>Insuflador</b>	Pressão
<b>Marca-passo Externo</b>	Frequência cardíaca; Tensão; Corrente
<b>Monitor de Pressão Arterial</b>	Pressão não invasiva
<b>Monitor Multiparâmetros</b>	Frequência cardíaca; Oximetria; respiração; temperatura; Pressão não invasiva; Pressão Invasiva
<b>Módulo de PI (IBP)</b>	Pressão invasiva
<b>Oxímetro de Pulso</b>	Oximetria; Frequência cardíaca
<b>Pipetas</b>	Volume
<b>Homogeneizador</b>	Tempo, Frequência
<b>Fluxômetro</b>	Fluxo
<b>Polígrafo</b>	Frequência cardíaca; Pressão não invasiva; Oximetria
<b>Sistema de Análise de Holter</b>	Frequência cardíaca
<b>Termohigrômetro</b>	Temperatura; Umidade
<b>Termômetro</b>	Temperatura
<b>Vacuômetro</b>	Pressão (negativa)
<b>Ventilador Pulmonar/ Respirador</b>	Volume; Pressão; Peep; Frequência; Tempo inspiratório; Concentração de oxigênio

**ANEXO VIII - INFORMAÇÕES OPERACIONAIS DA EMPRESA**

Por este documento, a \_\_\_\_\_ (nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ com sede à \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, APRESENTA, para fins de atendimento à exigência do PREGÃO EBSERH (EBSERH-HUSM) nº \_\_\_\_/2016, as informações para contato e abertura de chamado, e a relação nominal dos profissionais envolvidos na execução do Contrato EBSERH (EBSERH-HUSM) nº \_\_\_\_/2015 originado por este Pregão, e apresenta em ANEXO a documentação que comprova o vínculo destes profissionais com nossa empresa.

**Informações para Contato e Abertura de Chamados:**

<b>TELEFONE(S):</b>	
<b>E-MAIL(S):</b>	
<b>CELULAR (SOBREAVISO):</b>	

**Relação Nominal dos Profissionais envolvidos na execução do contrato:**

Função: <b>PREPOSTO</b>				
Nome		Telefone	E-mail	Assinatura
Função: <b>ENGENHEIRO - RESPONSÁVEL TÉCNICO</b>				
Nome		Nº CREA		Assinatura
Função: <b>SUPERVISOR TÉCNICO</b>				
Nome		Nº CREA		Assinatura
Função: <b>TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES</b>				
Nome		Nº CREA		Assinatura
Função: <b>AUXILIAR TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES</b>				
Nome		Função		Assinatura
Função: <b>OUTRAS</b>				
Nome		Função		Assinatura

E por ser verdade, assina o presente documento sob as penas da lei.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante Legal]

## **ANEXO IX - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

### **1. OBJETO**

Prestação de Serviço Técnico Especializado de Engenharia Clínica, utilizando software dedicado de gestão de Engenharia Clínica, para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças e serviços especializados quando necessário, calibração, treinamento de operadores e apoio ao gerenciamento de Equipamentos Médico-Hospitalares instalados na **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, filial Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria (EBSERH-HUSM)**

### **2. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PARTICIPANTE**

**RAZÃO SOCIAL/ NOME FANTASIA:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE/FAX/E-MAIL:**

### **3. PREÇOS OFERTADOS**

3.1. O valor mensal do serviço é de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

3.2. O valor anual do serviço – doze vezes o item 3.1 (valor mensal do serviço) – é de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

3.3. O valor do BDI (ma), a incidir sobre a aplicação de peças, é de \_\_\_\_\_ % (valor por extenso).

3.4. O valor do BDI (se), a incidir sobre a aplicação de serviços especializados, é de \_\_\_\_\_ % (valor por extenso).

3.5. O valor do BDI (PROPOSTA), utilizado unicamente para formação do valor global do serviço, será o maior BDI dentre o BDI (ma) e o BDI (se), é de \_\_\_\_\_ % (valor por extenso).

3.6. O valor anual previsto para aplicação de peças e serviços especializados é de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

3.7. O valor anual previsto para aplicação de peças e serviços especializados com respectivo BDI (ma) e BDI (se) – valor do item 3.6 (valor anual previsto para aplicação de peças e serviços especializados) acrescido da taxa do item 3.5 (valor do BDI (PROPOSTA), utilizado apenas para fins de proposta) – é de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

**3.8. O VALOR GLOBAL DO SERVIÇO – valor do item 3.2 (valor anual do serviço) somado ao valor do item 3.7 (valor anual previsto para aplicação de peças e serviços especializados com respectivo BDI (ma) e BDI (se)) – é de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).**

A empresa declara, sob as penalidades cabíveis, e para fins de participação no Certame (**Pregão** \_\_\_\_\_), que:

Nos preços propostos, estão incluídas todas as despesas e insumos necessários à perfeita execução dos serviços, tais como: salários, materiais, equipamentos, seguros, impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações, objeto da licitação;

O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_\_ (valor por extenso) dias;



Responsabiliza-se pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive, os atos praticados, diretamente ou por seu representante, não cabendo à CONTRATANTE responsabilidade por eventuais danos, decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

Possui instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis, para a realização dos serviços objeto desta licitação, conforme os discriminados neste Termo de Referência e seus Anexos.

Santa Maria, \_/\_/ \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa  
Nome/RG/CPF

**ANEXO X – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI (PARA  
PREENCHIMENTO DA PARTICIPANTE E ENTREGA JUNTO COM A PROPOSTA  
COMERCIAL)**

COMPOSIÇÃO DO BDI (ma), a incidir sobre a Aplicação de Peças		
ITEM	DESCRIÇÃO	%
1	Rateio da Administração Central	
2	Risco	
3	Seguro e Garantia	
4	Despesas Financeiras	
5	Lucro	
6	COFINS	
7	PIS	
8	ISS	
9	Outros (Especificar)	

**Fórmula para cálculo do BDI:**

$$BDI (\%) = \left\{ \left[ \frac{\left( 1 + \frac{(AC + R + S + G)}{100} \right) \left( 1 + \frac{DF}{100} \right) \left( 1 + \frac{L}{100} \right)}{\left( 1 - \frac{C + P + I}{100} \right)} \right] - 1 \right\} \times 100$$

**Legenda:** AC = Rateio da Administração Central, R = Risco, S = Seguro, G = Garantia, DF = Despesas Financeiras, L = Lucro, C = COFINS, P = PIS, e I = ISS.

A licitante deverá apresentar a planilha de composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), na forma do art. 9º do Decreto nº 7.983/2013 da Presidência da República, e dos Acórdãos nº 2.369/2011 e 2.622/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU:

*Art. 9º O preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo:*

*I - taxa de rateio da administração central;*

*II - percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado;*

*III - taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e*

*IV - taxa de lucro.*

Deve ser respeitada as deliberações da Súmula do TCU nº 254/2010, e dos Acórdãos nº 325/07 e 2369/11 - Plenário do TCU, segundo os quais o IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI do orçamento-base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado.

Na análise da proposta de preços, serão utilizados os parâmetros para taxas de BDI a seguir especificados, conforme o Acórdão nº 2.622/2013- Plenário TCU.

Valores do BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Fornecimento de Materiais e Equipamentos - BDI (ma)	11,10%	14,02%	16,80%
Serviço Especializado de Manutenção em EMH* - BDI (se)	20,34%	22,12%	25,00%

Quando a taxa de BDI estiver fora dos patamares estipulados acima, será realizado exame pormenorizado dos itens que compõem essa taxa, utilizando como diretriz para esse exame os seguintes

percentuais conforme o Acórdão nº 2.622/2013- Plenário TCU, levando-se sempre em consideração as peculiaridades de cada caso.

<b>Fornecimento de Materiais e Equipamentos - BDI (ma)</b>	<b>1º Quartil</b>	<b>Médio</b>	<b>3º Quartil</b>
Rateio da administração central	1,50%	3,45%	4,49%
Seguro + Garantia	0,30%	0,48%	0,82%
Risco	0,56%	0,85%	0,89%
Despesa Financeira	0,85%	0,85%	1,11%
Lucro	3,50%	5,11%	6,22%

<b>Serviço Especializado de Manutenção em EMH * - BDI (se)</b>	<b>1º Quartil</b>	<b>Médio</b>	<b>3º Quartil</b>
Rateio da administração central	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro + Garantia	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	0,97%	1,27%	1,27%
Despesa Financeira	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	6,16%	7,40%	8,96%

\* Pela ausência de dados específicos para Serviço Especializado de Manutenção em Equipamentos Médico-Hospitalares, em consonância com o Acórdão nº 2.622/2013- Plenário foram considerados os valores padrões existentes da área mais próxima a esta.

**ANEXO XI – QUADRO RESUMO DA EQUIPE RESIDENTE (PARA  
PREENCHIMENTO DA PARTICIPANTE E ENTREGA JUNTO COM A PROPOSTA  
COMERCIAL)**

EQUIPE RESIDENTE	
COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS
SUPERVISOR TÉCNICO	
TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES	
AUXILIAR TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES	

**ANEXO XII - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

1. O licitante deverá apresentar planilhas de custos e formação de preços para cada categoria contratada, com base no modelo apresentado, versando sobre:

- a) Supervisor Técnico
- b) Técnico em Equipamentos Médico-Hospitalares
- c) Auxiliar Técnico em Equipamentos Médico-Hospitalares

**Planilha de Custos e Formação de Preços**

DADOS PROCESSUAIS		
	Pregão Eletrônico Nº	
	Data	
	Horário	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS		
	Empresa:	
	CNPJ:	
	Data da Apresentação da Proposta:	
	Município/UF	
	Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa do Dissídio Coletivo:	
	Registro no MTE:	
	Data do Registro no MTE:	
	Prazo de Execução Contratual: 12 meses prorrogáveis até 60 meses	

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS		
	(Categoria Profissional / Mão de obra do preposto)	
	Quantidade de postos	

MAO DE OBRA VINCULADA A EXECUÇÃO CONTRATUAL		
1	Tipo de Serviço:	
2	Salário Normativo da Categoria	
3	Categoria Profissional	
4	Data-base da Categoria	

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
			Valor
A	Salário Base		
B	Adicional de periculosidade		
C	Adicional de insalubridade		
D	Adicional noturno		
E	Hora noturna adicional		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intra jornada		
H	Outros (especificar)		
	<b>TOTAL DA REMUNERAÇÃO</b>		<b>R\$ 0,00</b>

**MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS**

			Valor
A	Transporte		
B	Auxílio alimentação		
C	Assistência médica e familiar		
D	Auxílio creche		
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		
G	Outros (especificar)		
<b>TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>			<b>R\$ 0,00</b>

**MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS**

			Valor
	<b>Custos Fixos</b>		
A	Uniformes		
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI		
C	Registrador de Ponto Eletrônico - REP		
D	Outros		
<b>TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS</b>			<b>R\$ 0,00</b>

**MÓDULO 4 – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

<b>4.1</b>	<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	INSS	20,00%	
B	SESI ou SESC	1,50%	
C	SENAI ou SENAC	1,00%	
D	INCRA	0,20%	
E	Salário Educação	2,50%	
F	FGTS	8,00%	
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	
H	SEBRAE	0,60%	
<b>TOTAL</b>		<b>36,80%</b>	
<b>4.2</b>	<b>13º Salário</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	13º Salário e adicional de férias		
<b>Subtotal</b>			
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário		
<b>TOTAL</b>			
<b>4.3</b>	<b>Afastamento Maternidade</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	Afastamento Maternidade		
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade		
<b>TOTAL</b>			
<b>4.4</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	Aviso prévio indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS e Contribuições Sociais sobre o aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa do FGTS e Contribuições Sociais sobre o aviso prévio trabalhado		
<b>TOTAL</b>			
<b>4.5</b>	<b>Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	Férias e terço constitucional de férias		
B	Ausência por doença		
C	Licença paternidade		

D	Ausências legais		
E	Ausência por Acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
	<b>Subtotal</b>		
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Custo de Reposição do Profissional Ausente		
	<b>TOTAL</b>		
<b>QUADRO RESUMO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>			
4.1	Encargos previdenciários e FGTS e outras contribuições		
4.2	13º Salário		
4.3	Afastamento Maternidade		
4.4	Custo de Rescisão		
4.5	Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.6	Outros (Especificar)		
	<b>TOTAL</b>		

<b>MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>			
		<b>%</b>	<b>Valor</b>
A	<b>Custos Indiretos</b>		
B	<b>Lucro</b>		
C	<b>Tributos</b>		
	<b>C.1 Tributos federais (PIS + COFINS)</b>		
	<b>C.2 Tributos Estaduais (especificar)</b>		
	<b>C.3 Tributos Municipais (ISS)</b>		
	<b>C.4 Outros tributos (especificar)</b>		
	<b>TOTAL</b>		

<b>RESUMO DOS CUSTOS</b>			
			<b>Valor</b>
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração		
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários		
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, EPI, REP e outros)		
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas		
	<b>Subtotal (A + B + C + D)</b>		
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro		
	<b>VALOR TOTAL (EMPREGADO)</b>		

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do proponente<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Todas as páginas da Planilha de Custos e Formação de Preços (proposta) deverão ser **rubricadas** pelo proponente.

**ANEXO XIII - QUADRO RESUMO DO VALOR GLOBAL DO SERVIÇO (PARA  
PREENCHIMENTO DA PARTICIPANTE E ENTREGA JUNTO COM A PROPOSTA  
COMERCIAL)**

SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA CLÍNICA		Valor (R\$)
<b>A</b>	VALOR MENSAL DO SERVIÇO	
<b>A.1</b>	VALOR MENSAL – SUPERVISOR TÉCNICO	
<b>A.2</b>	VALOR MENSAL – TÉCNICO(S) DE EMH	
<b>A.3</b>	VALOR MENSAL – AUXILIAR(ES) TÉCNICO(S) DE EMH	
<b>A.4</b>	VALOR MENSAL - SOBREAVISO DA EQUIPE RESIDENTE	
<b>A.4</b>	VALOR MENSAL - EQUIPE NÃO RESIDENTE	
<b>A.5</b>	VALOR MENSAL - INSTALAÇÕES FÍSICAS	
<b>A.6</b>	VALOR MENSAL - ANALISADORES E SIMULADORES	
<b>A.7</b>	VALOR MENSAL – SOFTWARE	
<b>A.8</b>	...	
<b>B</b>	<b>VALOR ANUAL DO SERVIÇO (A x 12)</b>	

BDI (APLICAÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS)		Valor (%)
<b>C</b>	VALOR - BDI (ma), a incidir sobre a Aplicação de Peças	
<b>D</b>	VALOR - BDI (se), a incidir sobre a Aplicação de Serviços Especializados	
<b>E</b>	BDI (PROPOSTA), utilizado unicamente para formação do valor global do serviço, será o maior BDI dentre o BDI (ma) e o BDI (se)	

VALOR GLOBAL DO SERVIÇO		Valor (R\$)
<b>F</b>	VALOR ANUAL PREVISTO PARA APLICAÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	
<b>G</b>	VALOR ANUAL PREVISTO PARA APLICAÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COM BDI ( $F \times (1 + E / 100)$ )	
<b>VALOR GLOBAL DO SERVIÇO (B + G)</b>		

## ANEXO XIV - PLANILHA DE CÁLCULO DO VALOR GLOBAL MENSAL DO SERVIÇO

MÉTODO DE CÁLCULO DA PARCELA DO VALOR MENSAL DO SERVIÇO A SER FATURADO			
INDICADOR	ANÁLISE DO DESEMPENHO NO PERÍODO	VR	LEITURA
01	TMA $\leq$ 2 horas úteis	0%	
	TMA $>$ 2 horas úteis	5%	
02	TMR $\leq$ 3 dias úteis	0%	
	TMR $>$ 3 dias úteis	5%	
03	PMP $\geq$ 90%	0%	
	PMP $<$ 90%	5%	
04	PT $\geq$ 90%	0%	
	PT $<$ 90%	5%	
05	PRI $\geq$ 80%	0%	
	PRI $<$ 80%	5%	
06	PDE $\geq$ 90%	0%	
	PDE $<$ 90%	5%	
07	PME $\geq$ 90%	0%	
	PME $<$ 90%	5%	
08	PRM $\leq$ 10%	0%	
	PRM $>$ 10%	5%	
VALOR TOTAL DE REDUÇÃO (%):		$\sum VR$	
VALOR MENSAL DO SERVIÇO A SER FATURADO (R\$):		$(1 - (\sum VR / 100)) \times VMS$	

Onde "VMS" é o "VALOR MENSAL DO SERVIÇO" conforme apresentado na proposta da CONTRATADA, e "VR" é o "VALOR DE REDUÇÃO", a ser aplicado no período, incidente sobre o "VALOR MENSAL DO SERVIÇO".

SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA CLÍNICA		Valor (R\$)
<b>A</b>	VALOR MENSAL DO SERVIÇO A SER FATURADO	

BDI (APLICAÇÃO DE PEÇAS)		Valor (%)
<b>B</b>	VALOR DO BDI (ma), a incidir sobre a Aplicação de Peças	
<b>C</b>	VALOR DO BDI (se), a incidir sobre a Aplicação de Serviços Especializados	

VALOR GLOBAL MENSAL DO SERVIÇO		Valor (R\$)
<b>D</b>	VALOR TOTAL MENSAL DA APLICAÇÃO DE PEÇAS	
<b>E</b>	VALOR TOTAL MENSAL DA APLICAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	
<b>F</b>	VALOR TOTAL MENSAL DA APLICAÇÃO DE PEÇAS COM BDI (ma) ( $D \times (1 + B / 100)$ )	
<b>G</b>	VALOR TOTAL MENSAL DA APLICAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COM BDI (se) ( $E \times (1 + C / 100)$ )	
VALOR GLOBAL MENSAL DO SERVIÇO ( $A + F + G$ )		



**ANEXO XV – MODELO DE RONDA GERAL**

**RONDA GERAL**

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EXECUTOR: \_\_\_\_\_

Identificação do Setor			Observações
Descrição	Responsável		
	Nome/Carimbo	Assinatura	



**ANEXO XVI – MODELO DE RONDA SETORIAL**

**RONDA SETORIAL**

SETOR : \_\_\_\_\_

DATA : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EXECUTOR: \_\_\_\_\_

Identificação do Equipamento						Integridade Física	Integridade Funcional	Testes de Desempenho	Integridade dos	Integridade das	Legenda: √ = OK X = Problema
TAG	Equipamento	Fabricante	Modelo	Nº de Série	Patrimônio						Observações

## **ANEXO XVII – REQUISITOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

### **1. REQUISITOS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO PACIENTE (SSP) PARA ATUAÇÃO DE TERCEIRIZADOS OU CONTRATADOS:**

- 1.1 Identificar-se ao acessar o ambiente hospitalar e as diferentes áreas do hospital;
- 1.2 Portar crachá de identificação;
- 1.3 Transportar os materiais de trabalho bem acondicionados, fixos e organizados em carros funcionais;
- 1.4 Comunicar responsáveis pelo setor onde será realizado o trabalho e solicitar permissão para acessar áreas restritas;
- 1.5 Higienizar as mãos (ao acessar o ambiente, antes de sair do local de execução do trabalho e antes de sair do hospital);
- 1.6 Iniciar o serviço com brevidade e executá-lo com agilidade e segurança, para não interferir no atendimento ao paciente;
- 1.7 Utilizar meios para isolar a área de trabalho, conforme o serviço a ser executado: avisos, faixas, cordões de isolamento, telas, tapumes, cortinas vedantes para obras que geram poeira, e garantir a segurança na fixação de tapumes e andaimes;
- 1.8 Não interromper fluxo de passagem e transporte de pacientes;
- 1.9 Não interromper fornecimento de energia elétrica ou desligar/desconectar equipamentos sem consentimento da equipe do setor;
- 1.10 Zelar pelo silêncio, reduzindo ruídos ao mínimo possível;
- 1.11 Manter discrição e sigilo com relação aos pacientes e procedimentos;
- 1.12 Não fotografar o ambiente, pacientes e demais membros da comunidade hospitalar (se necessário ao trabalho, solicitar permissão da assessoria de comunicação);
- 1.13 Segregar e destinar os resíduos da obra/trabalho com responsabilidade, conforme NR-25;
- 1.14 Não desperdiçar produtos, insumos e energias (água, luz, papel);
- 1.15 Para os trabalhos com corte e geração de poeira, esses devem ser realizados fora do hospital e só após retornarem para o hospital, evitando ruídos e poeiras nas unidades.

### **2 REQUISITOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

2.1 A EBSERH-HUSM estabelece, nesta especificação técnica, as exigências mínimas de SOST/SSP/CMA (Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho/Saúde e Segurança do Paciente/Comissão de Meio Ambiente) para Contratada, que vier a exercer atividades objeto desta licitação.

2.2 Caberá à Contratada total responsabilidade no cumprimento dos Requisitos de SOST/SSP/CMA do HUSM-EBSERH, dos procedimentos a seguir estabelecidos, bem como os demais previstos nas Normas Reguladoras (NR) aprovadas pela Portaria Nº 3214, de 8 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como as NBR's abaixo, pertinente ao objeto da licitação é obrigação exigida

as Contratadas, estendendo-se esta responsabilidade às suas subcontratadas, conforme seguem abaixo:

**RDC 02 2010** - Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde;

**NBR 15943/2011** - Diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde;

**CNEN** – Seguir as diretrizes de segurança da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

2.3 A CONTRATADA deverá enviar uma declaração juntamente com a proposta técnica, se responsabilizando naquilo que se aplicar à atividade, declarando que irá cumprir rigorosamente os preceitos Legais e considerados acima.

2.4 A Contratada deve apresentar antes do início das atividades os seguintes documentos, sendo alguns em formulário padrão do HUSM-EBSERH:

2.4.1 Termo de Aceite das exigências (conforme ADENDO);

2.4.2 Ficha de registro de todos os empregados envolvidos na atividade;

2.4.3 Ordens de Serviço dos empregados envolvidos;

2.4.4 Certificados de capacitação e habilitação para os empregados e responsáveis técnicos (Engenheiros clínico, Técnicos ou Tecnólogos, CREA, Certificados de formação, capacitação para função, etc.);

2.4.5 ASO – Atestados de saúde ocupacional de todos os empregados indicados;

2.4.6 Ficha de entrega EPI dos empregados, (contendo EPIs específicos para a função descritos no PPRA), para todos os empregados envolvidos, em atendimento a NR-6;

2.4.7 Cópia atualizada do Programa de controle médico e saúde ocupacional, em atendimento a NR-7 – PCMSO;

2.4.8 Cópia atualizada do Programa de prevenção de riscos ambientais, em atendimento a NR-9 - PPRA;

2.4.9 Certificados de NR-10 Básico (40 horas) e suas reciclagens, para todos os empregados envolvidos nos serviços com eletricidade, em atendimento a NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

2.4.10 Certificado de treinamento da NR-12 para os empregados que utilizam máquinas e equipamentos, em atendimento a NR-12 – Máquinas e Equipamentos;

2.4.11 Certificados de NR-13, Caldeiras, vasos de pressão e tubulações, em atendimento a NR-13 Caldeiras e vasos de pressão e tubulação;

2.4.12 Certificados de NR-14, em atendimento a NR-14 Fornos;

2.4.13 Laudos técnicos em atendimento a NR-15 – Atividades e operações insalubres e seus anexos e a NR-16 – Atividades e operações perigosas. Quando da existência do LTCAT junto ao PPRA, não há a necessidade de apresentação dos laudos citados no item;

2.4.14 Certificados de treinamentos para todos os empregados de prevenção contra incêndio, em atendimento a NR 23 - Proteção contra incêndio;

2.4.15 A Destinação dos resíduos gerados nas atividades deve atender ao que prevê a NR-25 – Resíduos industriais;

2.4.16 Certificados de treinamentos NR-32 – Segurança e saúde no trabalho em estabelecimentos da saúde;

**OBS:** Sempre que novos funcionários forem inseridos ou substituídos, a contratada deve enviar ao SOST a ficha de registro, o ASO, a ficha de entrega de EPI e os certificados de treinamentos citados acima.

## 2.5 Equipamento de Proteção Coletiva – EPC

2.5.1 Os equipamentos de proteção coletiva devem ser padrão EBSERH-HUSM e quando não, devem passar por avaliação da SOST.

2.5.2 Cones de sinalização de no mínimo 0,75cm nas cores laranja e listas brancas, fitas zebra de sinalização com recolhedor, cerquites para limitação e demarcação de área, placas de sinalização de área de riscos, biongos, barreiras;

## 2.6 Equipamento de Proteção Individual – NR-6

2.6.1. Conforme estabelece a Portaria N° 3.214 do MTE, toda empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

2.6.1.1 Sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou não fornecer completa proteção contra os riscos de acidentes e/ou doenças profissionais e do trabalho.

2.6.1.2 Enquanto as medidas de proteção coletivas estiverem sendo implementadas.

2.6.1.3 Para atender situações de emergência.

**Importante:** Todo EPI deve possuir o Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho, que deve estar gravado de forma indelével em seu corpo.

**2.6.2 As vestimentas, óculos de segurança, luvas e calçado de segurança são de uso obrigatório em todas as atividades.**

**2.6.3** Todo o EPI necessário para a execução das atividades deverá estar em perfeita condição de uso e conservação, bem como apresentar, de forma indelével, o número do CA (Certificado de Aprovação) emitido pela Secretaria da Segurança e Saúde no Trabalho do MTE.

**Nota 1:** Não é permitido o compartilhamento de Equipamentos de Proteção Individuais.

**Nota 2:** Deverá ser realizada avaliação dos produtos químicos/radioativos e definidos os EPI's necessários para utilização e manuseio, tais como: aventais, macacões, máscaras respiratórias com filtro específicos, óculos de segurança, calçados adequados, etc.

**Nota 3:** Os equipamentos de proteção individual deverão ser listados e apresentados para avaliação da SOST.

#### **2.6.4 A Contratada tem obrigação de:**

- a) adquirir o tipo adequado de EPI à atividade que será desenvolvida pelos empregados;
- b) fornecer ao empregado somente EPI aprovado pelo MTE;
- c) treinar o empregado sobre o uso adequado do EPI;
- d) tornar obrigatório o seu uso;
- e) substituí-lo, imediatamente, quando danificado ou extraviado;
- f) responsabilizar-se pela sua higienização e manutenção periódica, e
- g) comunicar ao MTE, qualquer irregularidade observada no EPI.

2.6.4.1 Os EPIs básicos, mas não exclusivos as atividades da contratada, são:

- a) Luvas de proteção com certificado de aprovação para trabalhos com eletricidade, óleos e produtos químicos/radioativos padrão EBSERH-HUSM;
- b) Óculos de proteção – Proteção dos olhos contra a projeção de objetos e partículas sólidas, calor e radiação;
- c) Calçado de segurança - Proteção dos pés contra a queda de objetos, esmagamento, corte, perfuração, proteção elétrica, produtos químicos, etc.

2.6.4.2 **Óculos de proteção** - proteção dos olhos contra a projeção de objetos e partículas sólidas, calor, intensidade luminosa, radiação.

2.6.4.3 **Luvas** proteção das mãos contra materiais abrasivos, cortantes, produtos químicos/radioativos, calor e eletricidade.

**Nota 1:** As luvas utilizadas para as diferentes atividades devem ser autorizadas pela SOST da EBSERH-HUSM.

#### **2.6.4.4 Proteção contra quedas (quando aplicável) – Padrão EBSERH-HUSM**

2.6.4.4.1 Cinto paraquedista, corda de linha de vida e de salva-vida e trava-quedas e/ou outro dispositivo para escalada em altura. Proteção contra quedas em trabalhos acima de 2,0 metros de altura.

2.6.4.4.2 Para trabalhos acima de 2,0m devem ser instalados provisoriamente pontos de ancoragem conforme NR-35.

**NOTA:** Não serão aceitos equipamentos de segurança para trabalho em altura onde seus componentes não tenham CA's conjugados.

#### **2.6.4.5 Vestimentas (Uniforme)**

2.6.4.5.1. Para atividades de projetos a empresa deve fornecer uniformes compatíveis com a atividade a ser desenvolvida, sendo que os mesmos devem proteger os membros superiores e inferiores dos seus empregados, contra projeções de produtos químicos/radioativos (macacões impermeáveis), partículas sólidas ou líquidas e que atendam as condições climáticas.

**2.6.4.5.2 Todas as vestimentas devem proteger os membros inferiores e superiores, sendo proibido o uso de bermudas, calções, ou similares, regatas, camisas ou camisetas sem mangas, ou similares.**

#### **2.7 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – NR-7**

**2.7.1** A Contratada deve entregar o PCMSO com prazo de validade atualizado que deverá ser assinado por um médico do trabalho em conformidade com os riscos levantados no PPRA.

**2.7.2** Caso a validade expire antes do término das atividades contratadas, deverá ser fornecido novo PCMSO válido.

**2.7.3** Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) dos empregados que realizarão serviço devem constar todos os exames determinados no PCMSO da empresa e devem estar dentro do prazo de validade, para os casos específicos deve constar a autorização para a atividade (ex: para trabalhos acima de 2,00 metros, deve constar no ASO a autorização “apto para trabalho em altura”).

## **2.8 PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA) – NR-9**

**2.8.1** A Contratada deve entregar o PPRA com prazo de validade em dia e atualizado;

**2.8.2** Caso a validade expire antes do término das atividades ou durante o período de vigência da licitação, a contratadas deverá ser fornecido novo PPRA válido.

## **2.9 PERMISSÕES DE TRABALHO**

**2.9.1** Antes de cada atividade deve ser preenchida a APR (análise preliminar de riscos), e de acordo com o tipo de serviço, deve ser elaborada a Permissão Especial de Trabalho:

- APR Geral (elaborada para todos os serviços);
- PTE (Permissão de Trabalho Especial);
- Ou documento equivalente.

## **2.10 FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO**

**2.10.1** O atendimento aos requisitos legais e de segurança, serão inspecionados antes do início dos trabalhos e fiscalizados periodicamente durante a vigência da licitação. Não conformidades identificadas nos itens desta especificação e demais requisitos de segurança e legais serão passíveis de embargo da atividade pela contratante.

## **2.11 ACESSO DE EMPREGADOS DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS À SERVIÇO DA EBSERH-HUSM**

**2.11.1.** Todos os serviços executados por empresas terceirizadas nas dependências da EBSERH-HUSM deverão ter um acompanhamento de um profissional da EBSERH-HUSM para supervisionar o início, a execução e o término dos serviços.

## **2.12 ACIDENTES/SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA**

**2.12.1.** Em caso de acidente do trabalho ou de qualquer outra natureza envolvendo empregado da contratada, deverá ser dado atendimento imediato ao acidentado, o qual deve ser encaminhado para o atendimento médico de referência da contratada, sendo que o fato deverá ser comunicado ao preposto, que deve informar imediatamente ao responsável da área demandante da EBSERH, cabendo a este as providências decorrentes necessárias.

## **2.13 AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO**

**2.13.1** A documentação deverá ser enviada para a unidade demandante, por meios físicos (papel) e em cópia eletrônica em CD ou DVD em igual teor aos documentos impressos. Este enviará para a SOST para análise com prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento. Caso haja inconsistência dos documentos e/ou incompleta, a SOST estará reportando a área demandante que deverá providenciar a adequação e enviar novamente para análise que terá como prazo de avaliação 10 (dez) dias úteis a contar da data de recebimento do novo documento.

**2.13.2** Após avaliação e aprovação de toda a documentação recebida, e empresa vencedora da licitação deve encaminhar seus empregados para integração de segurança com agendamento prévio mínimo de 10 (dez) dias úteis com a área demandante. Na integração a empresa vencedora

deve apresentar-se com a equipe completa além dos EPIs, EPCs, ferramentas e veículos para a realização de check list.

## **2.14 TRANSPORTE E DESLOCAMENTO DE PESSOAL E MATERIAIS**

**2.14.1** O transporte de pessoal deverá ser em veículo apropriado, respeitando a limitação do mesmo. Fica expressamente proibido o transporte de pessoal na carroceria de caminhões, camionetes, máquinas em geral, etc.

**2.14.2** O condutor deve possuir habilitação adequada à operação de cada veículo conforme legislação de trânsito brasileira.

**2.14.3** Os veículos devem possuir cinto de segurança três pontos para todos os ocupantes do veículo.

**2.14.4** Os veículos tipo pick-up, caminhoneta ou caminhão devem possuir aviso sonoro de ré.

**2.14.5** É proibido transportar ferramentas e materiais junto aos ocupantes do veículo, esses devem possuir compartimentos adequados evitando a projeção em caso de sinistros.

**2.14.6** A empresa fica responsável pela sinalização e isolamento da área de descarregamento de acordo com a ABNT NBR 9735:2014.

## **2.15 INTEGRAÇÃO DE SEGURANÇA**

**2.15.1** Todos os empregados deverão passar por integração de segurança antes do início das atividades, abordará pelo menos os seguintes assuntos:

- Medidas de segurança da EBSERH-HUSM;
- NR-6 Medidas de controle e uso dos EPIs e EPCs;
- APR – Análise Preliminar de Riscos;
- Permissão Especial de Trabalho;
- Inspeção de Segurança;
- Chek List;
- (PAE) Plano de Atendimento a Emergências da EBSERH-HUSM;
- Comunicação de acidentes e incidentes;
- Instrução de trabalho específico.

**2.15.2** A integração terá validade somente para os empregados que receberam o treinamento, devendo ser refeita sempre que estes empregados ficarem mais de 03 meses sem prestar serviços para a EBSERH-HUSM.

**2.15.3** A integração obedecerá ao conteúdo que consta no Procedimento Operacional Padrão para Gestão de Contratadas.

## **2.16 TRABALHOS COM ELETRICIDADE**

**2.16.1 Orientações Gerais:** O Responsável Técnico (engenheiro eletricista) é responsável por definir os conhecimentos necessários para os empregados que executam serviços em eletricidade serem considerados qualificados. Os conhecimentos mínimos são:

2.16.1.1 Realizado mediante ordem de serviço específica (OS) para data e local, assinada pelo superior imediato.

2.16.1.2 Responsável pela área.

2.16.1.3 Reconhecimento de níveis de voltagem de componentes energizados expostos.

2.16.1.4 Conhecimentos e métodos para manter as distâncias de segurança (zona de risco, zona controlada, zona livre) para os níveis de tensão no local de trabalho (conforme requisitos da NR-10).

2.16.1.5 Reconhecimento de todos os riscos elétricos envolvendo o trabalho com equipamentos de alta tensão ou em sua proximidade.

2.16.1.6 Conhecimentos e habilidades para executar trabalhos em instalações energizadas, ou em sua proximidade para tensão acima de 50 volts.

2.16.1.7 Procedimentos de emergência incluindo, mas não se limitando a, primeiros socorros, ressuscitação cardiopulmonar (RCP), resgate em áreas classificadas ou em altura.

2.16.1.8 Uso adequado de técnicas de prevenção e medidas de controle, incluindo os equipamentos de proteção individual (EPI) conforme NR-6, equipamentos de proteção coletiva (EPC), materiais isolantes e ferramentas isoladas para trabalhar em componentes energizados de equipamentos elétricos ou em sua proximidade.

2.16.2 Além dos conhecimentos mínimos, o treinamento de segurança em eletricidade deve seguir os seguintes Princípios Básicos:

2.16.2.1 Prioritariamente, os trabalhos devem ser executados em circuitos desenergizados. O processo de desenergização deve atender os preceitos da Norma Regulamentadora NR-10.

2.16.2.2 Todos os empregados que trabalham em ambientes com exposição a risco elétrico devem ser qualificados e autorizados formalmente conforme determina esse procedimento e a Norma Regulamentadora NR-10.

2.16.2.3 Os serviços realizados no SEP ou em alta tensão (acima de 1000V) não podem ser realizados individualmente.

2.16.2.4 Um empregado qualificado deve conhecer a tensão máxima da área onde for trabalhar.

2.16.2.5 Um empregado qualificado deve conhecer as distâncias de segurança para as diferentes tensões, sabendo que qualquer equipamento ou ferramenta deve ser considerado extensão do corpo.

2.16.2.6 O empregado qualificado deve ter conhecimento sobre os equipamentos de proteção aplicáveis às suas atividades.

2.16.3 O responsável técnico deve garantir que os empregados somente interajam em instalações e serviços com eletricidades se devidamente treinados. Os treinamentos obrigatórios a todos os empregados que realizam serviço no SEP ou em sua proximidade são:

2.16.3.1 Eletricidade básica (Carga Horária 24 horas).

2.16.3.2 Curso Básico de NR-10 – Segurança em instalações e serviços com eletricidade (Carga Horária 40 horas).

**Nota 1:** Os treinamentos referentes à NR-10 devem ser realizados a cada dois anos.



## 2.17 TRABALHOS NÃO PREVISTOS

2.17.1 Sempre que novas atividades forem incorporadas ao processo e não estiverem previstas nesse termo de referência, a contratada tem a obrigação de avaliar e adotar as medidas de controles cabíveis, sem ônus para a contratante;

2.17.2 Essas novas atividades devem ser informadas a contratada para avaliação e validação das medidas de controle propostas pela contratada.

Santa Maria, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Elson Fernandes Cozza  
Engenheiro de Segurança do Trabalho

---

Cristiano Oliveira da Silva  
Técnico em Segurança do Trabalho



**ADENDO AO ANEXO XVII - TERMO DE ACEITAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS**

À

Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, filial Hospital Universitário Federal de Santa Maria (EBSERH-HUSM)

Av. Roraima, n.º 1000, Prédio 22 – Santa Maria–RS - CEP 97.105-900

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_, assume o compromisso de aceitar e cumprir todos os requisitos, recomendações e normativas contidas nos REQUISITOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO de SOST/SSP/CMA (Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho/Saúde e Segurança do Paciente/Comissão de Meio Ambiente) do HUSM-EBSERH.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Preposto da Proponente

**ANEXO XVIII –  
REQUISITOS DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA PARA A ATUAÇÃO DE TERCEIRIZADOS OU  
CONTRATADOS**

1. Os funcionários da contratada que vierem a desenvolver suas atividades em área com risco de exposição à radiação ionizante devem estar incluídos em um programa rotineiro de monitoração individual de responsabilidade da contratada, independentemente do tempo de permanência destes profissionais no setor, em conformidade com legislação vigente da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.
2. A contratada deve encaminhar à Comissão de Dosimetria e Radioproteção do HUSM - CDR, através de memorando ou de e-mail encaminhado para o endereço eletrônico [cdarhusm@gmail.com](mailto:cdarhusm@gmail.com), antes do início das atividades no HUSM, cópia do contrato com empresa prestadora do serviço de dosimetria.
3. A contratada deve formalizar à CDR, através de memorando ou de e-mail encaminhado para o endereço eletrônico [cdarhusm@gmail.com](mailto:cdarhusm@gmail.com), antes do início das atividades no HUSM, a relação dos funcionários que exercerão suas atividades em área com risco de exposição à radiação ionizante bem como sua lotação. Quaisquer alterações que venham a ocorrer devem ser notificadas assim que ocorrerem.
4. É obrigação da contratada informar mensalmente à CDR os resultados das doses referentes às exposições de rotina, acidentais e de emergência dos profissionais expostos ao risco físico - radiação ionizante. O relatório mensal deve ser encaminhado através de memorando ou para o endereço eletrônico [cdarhusm@gmail.com](mailto:cdarhusm@gmail.com) até o dia 10 de cada mês.
5. O não recebimento do relatório de dose até o prazo estipulado acarretará em impedimento da entrada dos profissionais em áreas com risco de exposição à radiação ionizante, até que o mesmo seja recebido.
6. A contratada deve implementar um programa de treinamento anual, sob aspectos de proteção radiológica, para os profissionais que exercem suas funções em área com risco de exposição à radiação ionizante. A contratada pode inserir seus profissionais no programa de treinamento de proteção radiológica do Hospital, desde que haja disponibilidade de vagas e em comum acordo com a CDR. A CDR reserva-se o direito de não oferecer o treinamento para os profissionais da contratada.
7. A contratada deve elaborar e manter atualizado o Relatório de Proteção Radiológica. O Relatório deve ser assinado pelo responsável legal pela empresa e deve conter no mínimo:
  - Identificação da empresa contratada e seu responsável legal (Nome, CPF e qualificação);
  - Relação nominal de toda a equipe que exerce suas funções em área com risco de exposição à radiação ionizante, seu cargo, com respectiva qualificação, carga horária e turno (em caso de pertencer a algum conselho de classe, deve ser informado o número);
  - Instruções a serem fornecidas por escrito à equipe, no que diz respeito à radiação ionizante, visando a execução das atividades em condições de segurança;
  - Programa de treinamento periódico e atualização de toda a equipe sob aspectos de proteção radiológica;
  - Programa de monitoração individual;
  - Descrição das vestimentas de proteção individual (para radiação ionizante), com respectivo controle de qualidade dos mesmos;



- Procedimentos para os casos de exposições acidentais à radiação ionizante de membros da equipe, incluindo sistemática de notificação (tanto para o colaborador quanto para CDR) e registro;

8. O Relatório de Proteção Radiológica deve ser encaminhado à CDR através de memorando ou para o endereço eletrônico [cdarhusm@gmail.com](mailto:cdarhusm@gmail.com) em até 30 dias após o início das atividades da contratada no HUSM e sempre que houver alterações e/ou atualizações.

A contratada também deverá seguir recomendações e exigências que venham a ser estabelecidas pela CDR, sem ônus para a contratante.

## **ANEXO XIX**

### **CONTA VINCULADA PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

**1.** As provisões realizadas pela Administração CONTRATANTE para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam este Anexo, em relação à mão-de-obra das empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão-de-obra, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta vinculada em instituição bancária, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa.

**1.1** A movimentação da conta vinculada dependerá de autorização da EBSERH/HUSM e será feita exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

**1.1** O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- I – 13º (décimo terceiro) salário;
- II – Férias e um terço constitucional de férias;
- III – Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- IV – Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

**1.3** A EBSERH deverá firmar acordo de cooperação com instituição bancária, o qual determinará os termos para a abertura da conta corrente vinculada.

**2.** A assinatura do contrato de prestação de serviços entre a EBSERH e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

**2.1** Solicitação da EBSERH, mediante ofício, de abertura de conta corrente vinculada bloqueada para movimentação, no nome da empresa, conforme disposto no item 1;

**2.2** Assinatura, pela empresa a ser CONTRATADA, no ato da regularização da conta corrente vinculada, de termo específico da instituição financeira que permita à EBSERH ter acesso aos saldos e extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização.

**3.** O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação, observada a maior rentabilidade.

**4.** Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item 1.2, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

**5.** Os editais deverão conter expressamente as regras previstas neste Anexo e um documento de autorização para a criação da conta vinculada, que deverá ser assinado pela CONTRATADA, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008.

**6.** A empresa CONTRATADA poderá solicitar a autorização da EBSERH para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

**6.1.** Para a liberação dos recursos da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar à EBSERH os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

**6.2.** Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento de indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a EBSERH expedirá a autorização para a movimentação da conta vinculada e a encaminhará à instituição financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

**6.3** A autorização de que trata o item 6.2 deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento das indenizações trabalhistas aos trabalhadores favorecidos.

**7.** A empresa deverá apresentar à EBSERH, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

**8.** O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

**9.** Os valores provisionados para atendimento do item 1.2 serão discriminados conforme tabela abaixo.

**10.** A Administração poderá utilizar como referência para fins de provisão dos encargos sociais e trabalhistas o modelo de Planilha disponível no Portal Comprasnet, devendo adaptá-lo às especificidades dos serviços a ser contratado.

**RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS  
PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO**

13º (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgulas trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgulas dez por cento)		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00 % (cinco por cento)		
Subtotal	25,43% (vinte e cinco vírgulas quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39% (Sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (Sete vírgula seis por cento)	7,82% (Sete vírgula oitenta e dois por cento)
<b>Total</b>	<b>32,82% (trinta e dois vírgulas oitenta e dois por cento)</b>	<b>33,03% (trinta e três vírgulas zero três por cento)</b>	<b>33,25% (Trinta e três vírgulas vinte e cinco por cento)</b>

\* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.



**ANEXO XX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA  
FACULTATIVA**

Eu, \_\_\_\_\_ (Responsável pelo setor demandante do HUSM), \_\_\_\_\_ (cargo no HUSM), **DECLARO**, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_ (Nome da empresa) realizou visita técnica ao local onde será executado(a) o(a) **Serviço técnico de Engenharia Clínica para Manutenção preventiva e corretiva com peças e serviços nos equipamentos médicos**, do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria, objeto do **Edital do Pregão 031/2018**.

Eu, \_\_\_\_\_ (Representante legal da empresa devidamente qualificado), na condição de **REPRESENTANTE DA EMPRESA** \_\_\_\_\_ (Nome da Empresa), **DECLARO**, para os devidos fins, que visitei o local onde será executado(a) o(a) **Serviço técnico de Engenharia Clínica para Manutenção preventiva e corretiva com peças e serviços nos equipamentos médicos** do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria, objeto do **Edital do Pregão 031/2018**, tendo tomado conhecimento de todas as peculiaridades e características do local, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo.

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME  
(RESPONSÁVEL PELO SETOR  
DEMANDANTE DO HUSM)  
CPF nº:  
RG nº:  
(assinatura e carimbo)

\_\_\_\_\_  
NOME  
(RESPONSÁVEL TÉCNICO OU  
REPRESENTANTE LEGAL)  
CPF nº:  
RG nº:  
(assinatura e carimbo)



**ANEXO XXI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA  
OBRIGATÓRIA SE NÃO REALIZAR A VISITA**

Eu, \_\_\_\_\_ (Representante Legal devidamente qualificado)  
da empresa \_\_\_\_\_, **DECLARO**, para os devidos fins, que **NÃO** visitei o local  
onde será executado(a) o(a) **Serviço técnico de Engenharia Clínica para Manutenção preventiva  
e corretiva com peças e serviços nos equipamentos médicos** do Hospital Universitário da  
Universidade Federal de Santa Maria, por opção própria, assumindo assim que **CONCORDO** com  
todas as condições estabelecidas no **Edital do Pregão 031/2018 e seus Anexos**, e que ainda, assumo  
toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da omissão na  
verificação das condições do local de execução do objeto do certame.

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)

CPF nº:

RG nº:

(Assinatura e carimbo constando RG ou CPF)



**ANEXO XXII –**  
**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A**  
**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

NOME DO ÓRGÃO/EMPRESA	ENDEREÇO	VIGÊNCIA DO CONTRATO	VALOR TOTAL DO CONTRATO
VALOR TOTAL DOS CONTRATOS:			

\_\_\_\_\_ - \_\_, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do emissor